

3490

**R
E
V
I
S
T
A**

**DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE
MATO GROSSO
1998**

**COMEMORATIVA
AOS 250 ANOS
DA CAPITANIA
DE MATO GROSSO**

OMOS CXLVI

NO LXX

**REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
MATO GROSSO**



**COMEMORATIVA
AOS 250 ANOS DA CAPITANIA
DE MATO GROSSO**

TOMO CXLVI

ANO LXX

**EDIÇÃO DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
MATO GROSSO
CUIABÁ
1998**

DIRETORIA ATUAL biênio 1998-2000

Presidente - Elizabeth Madureira Siqueira
1º Vice-Presidente - Lourembergue Alves
2º Vice-Presidente - Vera Iolanda Randazzo
1ª Secretário - Benedito Pinheiro de Campos
2ª Secretário - Aníbal Alencastro
1ª Tesoureiro - Moacyr Freitas
2ª Tesoureiro - Gabriel Francisco de Mattos
Orador Oficial - Lenine de Campos Póvoas
Conselho Fiscal - Aداuto Dias de Alencar
Dunga Rodrigues
Dr. João Alberto Novis Gomes Monteiro

Sede Própria: CASA BARÃO DE MELGAÇO

Rua Barão de Melgaço nº 3.869
Cuiabá - Mato Grosso

Escritura de doação do Governo do Estado de 15 de abril de 1931, às fls. 96v. à 97v., do livro 143, do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá, e transcrito sob nº 2.102, fls. 199. livro 3-B, em 15 de abril de 1931, no Cartório do RGI de Cuiabá. Estatutos Sociais Registrados no Cartório do 1º Ofício de Cuiabá, sob nº 14, em 24 de abril de 1930.

Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 815 de 8 de outubro de 1930.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Elizabeth Madureira Siqueira 9

ARTIGOS

GOMES FREIRE DE ANDRADE, o 1º Capitão General de Mato Grosso

Paulo Pitaluga Costa e Silva..... 13

O "TAVARES" DE D. ANTÔNIO ROLIM DE MOURA

Paulo Pitaluga Costa e Silva..... 19

O MAPA QUE ENGANOU OS ESPANHÓIS

*Dora Ribeiro**..... 26

BRASÕES DAS CIDADES DE CUIABÁ E MATO GROSSO

João Severiano da Fonseca..... 29

ROLIM DE MOURA E A CRIAÇÃO DO PANTANAL.

Maria de Fatima Costa 35

A CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Nilza Queiroz Freire..... 44

ROLIM DE MOURA A Capitania, o Homem e a História

Luis-Philippe Pereira Leite 48

A DESCOBERTA HISTÓRICA DA IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DE MATO GROSSO

General Carlos de Meira Mattos 57

CANTANDO A TERRA MATO-GROSSENSE

Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro 62

UM MARCO NA FORMAÇÃO DE MATO GROSSO
Natalino Ferreira Mendes.....70

CAPITANIA DE MATO GROSSO, 250 ANOS DE SUA CRIAÇÃO
Lourenbergue Alves.....73

LUIZ D'ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES
Antônio de Pádua Bertelli.....94

OS MILITARES EM MATO GROSSO
Lenine C. Póvoas113

MATO GROSSO - DEFESAS E DEFENSORES 1748 -1870
Cel Cláudio Moreira Bento.....128

A CONQUISTA DO OESTE BRASILEIRO
João Alberto Novis Gomes Monteiro137

DOCUMENTAÇÃO

CARTA RÉGIA DE 5 DE AGOSTO DE 1746, mandando fundar uma Vila no Distrito de Mato Grosso142

CARTA RÉGIA DE DOM JOÃO V, criando a Capitania de Mato Grosso.....146

CARTA PATENTE de 25 de Setembro de 1748 - Nomeando D. Rolim Capitão General da Capitania de Mato Grosso.....148

APRESENTAÇÃO

*Elizabeth Madureira Siqueira**

250 anos da criação da Capitania de Mato Grosso rememora um percurso que teve seu início há 279 anos, com a descoberta das jazidas auríferas do rio Coxipó. Em 1721, com as lavras do Sutil, o perímetro aurífero ganhou delimitação oficial, englobando, além do arraial de São Gonçalo (Coxipó), os ricos terrenos que bordejavam o córrego da Prainha: nasciam as Minas do (rio) Cuiabá. Da baixada cuiabana a saga desenhada pelos bandeirantes e sertanistas imprimiu novos contornos adentrando ao Pantanal, subindo as encostas do paredão dos Parecis, passando pelo rio Jauru e atingindo a região do Guaporé. Redesenhava-se, então, uma nova conformação geopolítica da Colônia brasileira em sua raia oeste, cujos limites imprecisos, em termos geográficos, tinham no encontro frontal das duas Coroas ibéricas a definição da fronteira real entre Portugal e Espanha. Com essa realidade, o simples limite transformava-se em fronteira, uma vez determinada pela dinâmica humana e não mais por Tratados. Fôra ela traçada pelos colonizadores que fíncaram, com sua movimentação, marcos para o esquadramento de um mapa que diferenciava, sobremaneira, do perfil traçado por Tordesilhas, em vigor até 1750, ano em que fôra assinado o de Madri.

Vale lembrar que nessa movimentação, os índios povos nativos lutaram bravamente contra a invasão de seu milenar território. Certamente, a fronteira oeste teve na figura deles, marcas indeléveis de seu limite, pois, combatendo os espanhóis em suas investidas de oeste para leste e os portugueses, de oriente para o ocidente, os silvícolas, aldeados em missões jesuítas ou vivendo livremente, configuraram uma fronteira viva no sentido sul-norte, impondo o limite possível entre os impérios lusitano e espanhol.

* Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (gestão 1998 -2000)

A Capitania de Mato Grosso criada, em 1748, no bojo desse contexto de disputa e luta, apresentava-se como a raia máxima das conquistas lusitanas em território brasileiro a ocidente, diga-se de passagem, conquista colonial preciosa, visto o desprestígio político e econômico de que gozava Portugal que, no final do século XVII, perdera grande parte de seu Império afro-asiático. Encontrou ele, mais uma vez no Brasil, porto seguro que garantiu à Coroa portuguesa transladar, em 1808, a sede do Reino para terras tupiniquins, abrigo tropical da Rainha mãe e de toda comitiva régia.

Foi no imenso território da Capitania de Mato Grosso, que abarcava das bordas do rio Pardo até o alto Guaporé, estabelecido um processo vigoroso e contínuo de ocupação e colonização que não se ateve ao século XVIII, mas que atingiu o XX. Nessas plagas foram extraídos metais preciosos - ouro e prata (séc. XVIII) -, o látex das mangabeiras, a poaia e a erva-mate (XIX). Foi também, Mato Grosso, abrigo, nesse último período e primórdios do XX, das primeiras usinas açucareiras, da pecuária e território dos saladeiros - manufaturas onde eram transformados os subprodutos bovinos.

Essa intensa movimentação econômica demandou uma infra-estrutura comercial e financeira capaz de dar suporte às transformações de base: surgem as Casas Comerciais e Bancárias. Por outro lado, o capital estrangeiro penetrou fortemente no cenário mato-grossense, seja através do grande comércio, seja pela exploração de complexos agrícolas, pastoris, ou, até mesmo com investimentos no setor da industrialização.

Mesmo tendo em Corumbá um importante porto, as terras sul pantaneiras mantiveram-se, até a segunda metade do século passado, sem marcas de colonização. O povoamento da região da Nhecolândia se deveu à ação deliberada de famílias que, de Cáceres, Livramento e Poconé, migraram para aquela região, dando início à típica população pantaneira, responsável pela reprodução, naquelas plagas, da cultura e etnia dos mato-grossenses primevos, de nobre linhagem. Ali, o guaraná ralado, a carne-seca com arroz, os quitutes matinais, sempre

acompanhados do bolo de queijo, continuaram a fazer o regalo da mesa do Pantanal.

Se a ligação de Mato Grosso com o litoral, durante o século XVIII, realizava-se através dos difíceis sistemas monçoeiros, monções do sul (Tietê-Paraguai-Cuiabá) ou monções do norte (Guaporé-Madeira-Amazonas), no século passado optou-se por uma aquavia mais ampliada e segura que, do Oceano Atlântico, adentrava pelo estuário do Rio da Prata, atingindo o rio Paraguai e, deste, o Cuiabá.

As primeiras décadas do século atual foram decisivas para traçar uma nova configuração nas comunicações de Mato Grosso que passaram das hidrovias para ferrovias e rodovias. Assim, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ligou São Paulo (Bauru) a Mato Grosso (Porto Esperança/Corumbá), redesenhando novas possibilidades de colonização em terras do antigo sul, hoje Mato Grosso do Sul. Inúmeras cidades nasceram ao longo do trajeto ferroviário e a pecuária explodiu nas regiões serranas que bordejavam o Pantanal, com expressiva presença de colonizadores vindos de Minas Gerais. Ali, a couve passada no alho, a costelinha de porco, a farinha podre e o tutu de feijão passaram a integrar a mesa daqueles mineiros que ali chegaram para ficar.

Ao norte, onde o trilho da ferrovia não chegou, a opção foi a rodovia que trouxe de outras regiões do Brasil, agricultores dispostos a povoar terras pertencentes à Amazônia mato-grossense. Vale salientar que um projeto abortado de ferrovia fôra iniciado no norte de Mato Grosso, a Estrada de Ferro Madeira - Mamoré, de triste memória.

A parte leste mato-grossense, no século atual, mereceu impulso e colonização definitiva com os garimpos diamantíferos estabelecidos, inicialmente, ao longo do rio Araguaia, atingindo, com a chegada de levas sucessivas de migrantes, especialmente nordestismos e nortistas, terras das microbacias dos rios São Lourenço e Cuiabá. Das corrutelas garimpeiras, floresceram vilarejos que se transformaram em cidades. Essa zona diamantífera, onde o controle pelo poder era disputado palmo a palmo pelos chefes locais, ganhou fortes contornos da

expressiva cultura nordestina e nortista expressos nos bailes animados com sanfona, onde o forró, a carne-seca e a manteiga de garrafa revelavam a opção, daquele destemido povo, por Mato Grosso.

Foram essas experiências, de mais de dois séculos, responsáveis pela configuração de Mato Grosso até quase o final da década de 1970, quando ocorreu a divisão do Estado. Com ela, pode-se implementar, agora com mais vigor, o processo de colonização de sua parte norte. Levas de pequenos agricultores ou simples trabalhadores rurais deixaram terras e empregos (Sudeste e Sul), passando a desbravar territórios intocados pela atividade produtiva sistemática. De 38 municípios existentes em 1976, momento de divisão do Estado, conta hoje com 126. Dessa movimentação, dinamizada pelo incremento das Empresas de Colonização de cunho estatal ou privado, floresceu um Mato Grosso ainda mais diferenciado que ao lado do bolo de arroz, da paçoca de pilão, banana frita, peixe, bolo de queijo, couve mineira, tutu de feijão, farinha podre, manteiga de garrafa, forró e sanfona, passaram a conviver também com o chimarrão, o tererê, o fandango e com a bombacha.

Desse percurso histórico rico, visto que plural, emerge a especificidade mato-grossense, a exigir ações, antecedidas de reflexão, que levem em conta um passado povoado em sonhos, possibilidades e realizações. Assim, o mundo hoje globalizado, ao contrário do que muitos erroneamente supõem, não está sendo capaz de homogeneizar as trajetórias humanas. Ao contrário, o que se assiste, longe de negá-las, permite a emersão da história de cada pedaço do globo, num clamor coletivo pela expressão de identidades forjadas historicamente, impossíveis, portanto, de serem silenciadas.

Com a presente Revista, comemorativa aos 250 anos da criação da Capitania de Mato Grosso, homenageamos a todos aqueles, governantes e governados, que aqui viveram e vivem, construtores e sujeitos maiores da rica História mato-grossense.

GOMES FREIRE DE ANDRADE, o 1º Capitão General de Mato Grosso

Paulo Pitaluga Costa e Silva

Perdeu-se na memória dos tempos, quem primeiro saiu com a notícia de ter sido D. Antonio Rolim de Moura o primeiro Capitão General de Mato Grosso. Vários historiadores mencionaram o fato. Nos séculos XVIII e XIX saíram-se com essa, Felipe José Nogueira Coelho¹, o Barão de Melgaço², Henrique de Beaurepaire-Rohan³, e no século XX, praticamente todos os grandes e eméritos historiadores que se dedicaram ao período colonial, mantiveram em seus trabalhos, esse dogma do primeiro Capitão General.

Praticamente sem qualquer exceção, os historiadores mato-grossenses ou aqueles que se ativeram à história de Mato Grosso, em seus trabalhos, menos ou mais importantes, disseram que D. Rolim de Moura foi o primeiro capitão general da Capitania de Mato Grosso.

A Capitania de Mato Grosso foi criada por Carta Régia de 9 de maio de 1748, e D. Rolim, o "**primeiro**" Capitão General, só tomou posse em 17 de janeiro de 1751. Chegou a Cuiabá por viagem fluvial, foi recebido com grandes festas e estardalhaço; escreveu um famoso relatório dessa viagem, fundou a sede da Capitania, Vila Bela da Santíssima Trindade; governou por 14 anos e consolidou boa parte da fronteira portuguesa em solo mato-grossense, e por isso tudo, ficou com a fama de ter sido o primeiro Capitão General. Por tudo o que realizou em prol da Capitania de Mato Grosso, e da Coroa Portuguesa, foi um grande Capitão General sem dúvida.

Mas numa primeira e rápida análise, devemos indagar como ficou então a administração da Capitania nesse período

1- Coelho, Felipe José Nogueira. Memórias cronológicas da Capitania de Mato Grosso. Rev. do Inst. Hist. E Geogr. Brasileiro, Rio de Janeiro: v. 26, 1863

2- Leverger, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso, Rev. Do Inst. Hist. E Geogr. Brasileiro, Rio de Janeiro: v. 205, 1949

de mais de dois anos, entre a sua criação em 1748 e a posse de D. Rolim em 1751? Por esse lapso de tempo, quem comandou os destinos da novel Capitania ? Tirando-se a administração da região mato-grossense da tutela de São Paulo, qual o administrador colonial que geriu os destinos administrativos, financeiros, fiscais, militares, fronteiriços de Mato Grosso nesse lapso de tempo ?

A própria Carta Régia de criação nos responde:⁴

Faço saber a vós, Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, que por resolutio se criem de novo dois Governos, um nas minas de Goiás e outro nas de Cuiabá [...]

[...]Hei por bem, por resolução do presente mês e ano, em consulta do Meu Conselho Ultramarino, cometer-vos a administração interina dos ditos dois novos Governos, enquanto não sou servido nomear Governador para eles, a qual administração vos ordeno, exerciteis debaixo da mesma homenagem que me destes pelo Governo que ocupais [...]. (Grifo nosso).

E Gomes Freire de Andrade, dessa forma e por esse instrumento legal, foi nomeado Capitão General da Capitania de Mato Grosso e Goiás, [...] *enquanto não sou servido nomear Governador para eles [...]*.

Dessa forma, Gomes Freire de Andrade e não Rolim de Moura, foi o primeiro Capitão General, e provas incontestes de sua administração estão estampadas em alguns ofícios que se encontram no Arquivo Público de Mato Grosso, remetidos nesse período do Rio de Janeiro, dando as suas ordens administrativas para o Senado da Câmara da Vila do Cuiabá. E a prova maior, a sua nomeação para o cargo de Governador de Mato Grosso, contida no bojo da própria Carta Régia que

3 - Beaurepaire-Rohan, Henrique de. "Anais de Mato Grosso".
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: São Paulo, vol. 15, 1910

criou a Capitania em 1748, detalhe esse nunca antes atentado por quantos se ativeram para esse episódio de nossa história regional.

A bem da verdade, nem mesmo o próprio D. Rolim se considerava o primeiro Capitão General de Mato Grosso, vez que, em carta por ele remetida a D. José I, Rei de Portugal, datada de Cuiabá de 13 de julho de 1751, assim claramente se manifestou:⁵

Senhor:

Vossa Majestade foi servido ordenar a meu antecessor mandasse fazer dois lanchões ou barcos com força bastante para se lhe montar alguma peça [...]. (Grifo nosso)

Assim se expressando, o próprio D. Rolim reconhece claramente que teve um "*antecessor*", que foi Gomes Freire de Andrade, e quem teve antecessor, obviamente, não foi o primeiro.

Esse fato foi bem percebido e colocado por Varnhagen, em sua "*História Geral do Brasil*"⁶, nos afirmando:

[...] em 1748, por Provisão de 9 de maio, resolveu a Metrópole [...] criar duas novas Capitánias, uma em Goiás e outra no Cuiabá, devendo tudo ficar administrado pelo Capitão General do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade [...].

Foi esse o praticamente único grande historiador que realmente atentou e despertou para o fato, mencionando esse administrador colonial como o primeiro Capitão General de Mato Grosso.

O outro historiador foi Monsenhor Pizarro, em suas "*Memórias Históricas do Rio de Janeiro*"⁷. Ao tempo em que diz à página 180.

4 - A Carta Régia mencionada acha-se inteiramente transcrita. In: **Mendonça, Estêvão de.**

"*Datas MatoGrossenses*". Cuiabá: Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1972, 1^o. v, p.224

5 - vide: "*Dom Antonio Rolim de Moura - Correspondências*". Cuiabá: UFMT, 1982, vol.I, p.46

[...] teve começo a regulação da Província de Mato Grosso, com a presença do 1º. Capital General privativo, Dom Antonio Rolim de Moura [...], nos relata também á página 181, que "Vigilante, Gomes Freire de Andrade, sobre o comandamento das duas Capitánias sujeitas á sua direção[...]. Pizarro entendeu perfeitamente as entrelinhas da Carta Régia, dando á Gomes Freire a primazia do "comandamento" da Capitania, mas inexplicavelmente coloca Rolim de Moura como seu primeiro Capitão General. Assim, conseguiu nomear a ambos como primeiro Capitão General de Mato Grosso.

Em Mato Grosso, o historiador Luis-Philippe Pereira Leite, bem compreendeu o exato texto da Carta Régia, nos dizendo que *Determinava a Carta Régia a Gomes Freire de Andrade como Capitão General e Governador da Capitania, até que seu titular assumisse efetivamente seu posto.* Mas, apesar de reconhecer a administração Gomes Freire, não o nomeia como 1º. Capitão General de Mato Grosso.

Tão logo investido como administrador das duas novas capitanias, Gomes Freire se dirigiu em longa e cansativa viagem por terra para Goiás, para uma rápida visita administrativa. Talvez pretendesse mesmo chegar até Mato Grosso, mas a distância ainda faltante, a viagem penosa e o perigo sempre presente de ataques indígenas, certamente devem tê-lo feito desistir da aventura por terras mato-grossenses.

Dom Rolim, antes de perpetrar a sua viagem para Mato Grosso, teve um célebre encontro com Gomes Freire em Parati. Foi uma reunião de trabalho, *[...] onde conferíamos até as 10 horas [...] sempre com os seus oficiais e as pessoas que haviam ido comigo, [...]*⁸. Claro está que, nessa reunião administrativa solicitada por Gomes Freire, tratou o mesmo de transmitir a Dom Rolim de Moura, certamente, a situação geral da Capitania de Mato Grosso, os detalhes relativos aos problemas de administração, questões de fronteiras, militares, fazendárias e outras que julgou importante colocar ao conhecimento do

6 - Varnhagen, Adolfo - "História Geral do Brasil". São Paulo: Melhoramentos, s.n., 3v., 5 tomos

7 - Pizarro e Araújo, José de Souza Azevedo. "Memórias Históricas do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, 9 v.

novo Capitão General. Esta reunião, fica claro, foi uma autêntica transmissão de cargo que Gomes Freire fez ao seu substituto Dom Rolim de Moura.

A própria Carta Patente de nomeação de D. Rolim de Moura de 25 de setembro de 1748, assinada pela Rainha D. Mariana Vitória⁹, nos menciona tanto o antecessor governador do Mato Grosso, como a própria posse que se deveria lhe ser dada: *Pelo que mando ao general ou pessoa que estiver governando a dita capitania de Mato Grosso, dê ao dito D. Antonio Rolim de Moura posse do mesmo governo [...]* (Grifo nosso).

Este é mais um reconhecimento oficial de que, D. Rolim teve um antecessor no governo, não sendo, portanto, o primeiro Capitão General de Mato Grosso.

As impressões sobre Gomes Freire, Dom Rolim nos transmite, após a reunião mencionada: *Não se pode negar a capacidade nem o zelo com que serve a El Rey, e com grande desinteresse e limpeza de mãos [...]. É ativo e prudente, e sofredor quando necessário; não obra coisa alguma sem tenção; é político e sentencioso; finalmente, tenho-o em conta de bom governador*¹⁰.

A propósito, Gomes Freire governou a Capitania do Rio de Janeiro por trinta anos, de 1733 a 1763, sendo o Capitão General que por mais tempo permaneceu nesse cargo numa única Capitania, e o que enfeixou a si a maior soma de poder, pois administrou praticamente quase a metade do Brasil. Comandou o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso, e todo o sul do país. Nunca teve a patente de Vice-Rei, apesar de grande o seu poder, tão somente recebendo o título de Sargento Mor de Batalhas.

8 - Moura, Dom Antonio Rolim de. "Relação de Viagem que fez o Conde Azambuja, Dom Antonio Rolim de Moura, da cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: v. VII, 1845

9 - A Carta Patente de nomeação de D. Rolim está transcrita In - MENDONÇA, Marcos Carneiro de - "Rios Guaporé e Paraguai, as primeiras fronteiras definitivas do Brasil". Rio de Janeiro: Biblioteca Xerográfica Xerox, 1985

10 - Moura, Dom Antonio Rolim de - op. Cit.

E as memórias históricas do Rio de Janeiro o definem como um bom governador, tendo realizado inúmeras obras de vulto na capitania que administrou. Foi o construtor do sistema de abastecimento de água do Rio de Janeiro, o famoso aqueduto, hoje denominado Arcos da Lapa, além de inestimável serviço de ordem política, administrativa, militar e cultural. Patrocinou em 1736 a criação da Academia dos Felizes, e incentivou a fundação da primeira tipografia no Brasil, pelo seu amigo Antonio Izidoro da Fonseca. Implementou nas Minas Gerais o novo sistema de arrecadação de impostos pelo sistema de captação, que tantos protestos gerou nas Câmaras das vilas mineiras. Por volta de 1760, deixou interinamente o governo a cargo de seu irmão Antonio Freire de Andrade e partiu para a região das Missões, na fronteira com o Reino espanhol. Destacou-se, então, como principal Comissário português na Comissão de Demarcação de Limites no sul do país, cumprindo o disposto nas cláusulas do Tratado de Madri. Foi agraciado com o título de Conde de Bobadela. O historiador Max Fleiuss¹¹ assim se refere ao Capitão General: "*Bobadela era garboso, franco e de extraordinária vivacidade; nas falas parecia veemente, porém era apenas ativo. Sua piedade, juízo, circunspeção e honradez deixou-os esteriotipadas ...*"

Faleceu Gomes Freire de Andrade no Rio de Janeiro, em 1763, em pleno exercício de seu cargo de Capitão General. Sua morte está ligada à notícia que recebeu do ataque espanhol e aniquilamento da Colônia de Sacramento.

D. Rolim, na realidade pode ter sido o primeiro Capitão General que tomou posse em Cuiabá, fundou a capital Vila Bela da Santíssima Trindade e de lá governou Mato Grosso, mas Gomes Freire de Andrade foi o primeiro Capitão General nomeado para administrar a então Capitania mato-grossense e por mais de dois anos, do Rio de Janeiro, realmente a administrou.

11 - FLEIUSS, Max. *Historia Administrativa do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1922, p.57

O "TAVARES" de D. Antonio Rolim de Moura

Paulo Pitaluga Costa e Silva

D. Antonio Rolim de Moura, conforme demonstrado, foi o segundo Capitão General de Mato Grosso, chegando a Cuiabá a 12 de janeiro de 1751, tomando posse de seu cargo a 17 do mesmo mês.

Fidalgo e militar português, foi nomeado para o cargo de Capitão General, não só pelas suas qualidades de militar combatente, mas pela tradição de sua antiga e nobre família portuguesa. Era filho de Dom Nuno de Mendonça, 4º Conde de Val de Reis, Senhor da Póvoa e Meadas, Alcaide Mór das vilas de Albufeira e Mourão, descendente da nobre família Rolim de Moura, Senhores de Azambuja. Sua mãe era D. Leonor Maria Antonia de Noronha, filha de D. Pedro Antonio de Noronha, 1º Marques de Angeja e 2º Conde de Vila Verde. O casal teve 15 filhos, todos com o sobrenome Mendonça, à exceção do 6º filho, D. Antonio Rolim de Moura, que recebeu esse nome em homenagem, talvez, a seu bisavô paterno D. Francisco Rolim de Moura¹.

Assim, tinha D. Rolim os nomes de família Mendonça, Noronha e Rolim de Moura. A ancestralidade ilustre desse Capitão General é encontrada quase que completa no livro de Antonio Caetano de Souza, "*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*"², e em momento algum, em nenhuma geração paterna ou materna, se encontra o tal "TAVARES", com que foi apelidado, ou rebatizado por alguns historiadores menos conferentes.

A par da constatação de seu nobre e antigo nome de família ser tão somente **ANTONIO ROLIM DE MOURA**, temos documentos oficiais que confirmam a exatidão desse seu nome completo, sem o TAVARES mencionado.

1- Corrêa Filho, Virgílio. "*Historia de Mato Grosso*". Rio de Janeiro: INL, 1969, p.355, notas de rodapé ns.14 e 15

A Carta Patente de 25 de setembro de 1748, em que a Rainha D. Mariana Vitória nomeia Capitão General de Mato Grosso, expressa textualmente : *Faço saber aos que esta minha carta patente virem [...] merecimentos e serviços na pessoa de D. Antonio Rolim de Moura [...] hei por bem de o nomear no cargo de Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso [...]*³.

A "Instrução" da mesma Rainha, datada de 19 de janeiro de 1749, assim inicia o seu texto: *Dom Antonio Rolim de Moura - Amigo, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso: [...]*⁴.

Por outro lado, são abundantes as suas correspondências, cartas patentes, cartas de sesmarias, e outros documentos oficiais em que assina D. Antonio Rolim de Moura, muitas vezes até mesmo sem o Antonio. Inclusive, por esse detalhe, leva-se a crer que, nas tratativas de seu dia-a-dia, deveria ser chamado apenas de D. Rolim e não de D. Antonio. E jamais se encontrou qualquer assinatura sua em documentação do período colonial no arquivo do Estado de Mato Grosso, em que ele próprio acrescentasse o "TAVARES" a seu sobrenome. Isso é perfeitamente observado no trabalho "*Dom Antonio Rolim de Moura - Correspondências*", Cuiabá: UFMT, 1982, onde estão compilados um sem número de documentos por ele assinados, ou a ele dirigidos. Nenhum "TAVARES" é observado nessa imensa e importante compilação documental.

Temos ainda os cronistas do século XVIII, que se tornaram os nossos primeiros historiadores, que constituíram, com as suas pesquisas, observações atentas e relatos orais recebidos na época, toda a profunda base da historiografia regional mato-grossense.

2 - Souza, Antonio Caetano de. "*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*". Porto: Lello & Irmãos, 1910

3 - Mendonça, Marcos Carneiro de. "*Rios Guaporé e Paraguai - Primeiras fronteiras definitivas do Brasil*". Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985, p. 23

4 - Mendonça, Marcos Carneiro de. op. cit. P.24

Dom Manuel de Flores, em sua famosa Carta ao Marquês de Val de Rios⁵, Comissário Espanhol nos trabalhos de demarcação do Tratado de Madrid, escrita em 14 de agosto de 1756, foi o primeiro cronista onde encontramos referência expressa sobre D. Rolim. Assim se manifestou Flores: [...] **nombrando por Capitán General al fidalgo Don Antonio Rolin de Moura...**

O primeiro cronista mato-grossense, José Barbosa de Sá, que conheceu pessoalmente D. Rolim, e viveu em Cuiabá em sua época, assim se manifesta em sua *"Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso..."*: **Ano de Mil Setecentos e Cinquenta e Um - Chegou a esta vila no mês de janeiro o General Dom Antonio Rolim de Moura, com uma grande frota [...]**.

Felippe José Nogueira Coelho, em seu importante trabalho datado de 1781, denominado *"Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro"*, publicado no tomo XIII da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim se expressa: **Época bem singular forma o ano de 1751, chegando a 11 de janeiro à vila do Cuiabá, D. Antonio Rolim de Moura [...]**.

Há que se salientar que esses cronistas, escreveram de Mato Grosso e, ou foram contemporâneos de D. Rolim, como Barbosa de Sá, ou estavam muito próximos no tempo com a sua época administrativa, para errarem tanto, ou serem tão omissos a ponto de esquecerem de anotar o nome completo do Capitão General. Nenhum o citou como "TAVARES".

Adentrando o século XIX, temos o trabalho de 1817 do padre Manoel Ayres de Casal, a sua célebre *"Corografia Brasílica"*⁶, quando, relatando a Província de Mato Grosso, nos afirma: [...] **quando nos princípios de janeiro de 1751, chegou a Cuiabá uma numerosa frota, em que ia D. Antonio Rolim de Moura por Governador [...]**.

O inglês Robert Southey⁷, pesquisando anos a fio na Torre do Tombo em Lisboa, com a publicação de sua *"History of Brazil"*

5 - Flores, Manuel de. *Carta de D. Manuel de Flores al Marqués de Valderios, comisario general de S.M. Católica para la ejecución del Tratado de Límites celebrado em Madrid en 1750*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836 (Coleção de Anglís, 5)

em 1821, tornou-se certamente, em princípios do século XIX, o nosso primeiro "brazilianist". O seu livro, por ser pesquisado diretamente nas fontes documentais maiores, a Torre do Tombo e o Arquivo do Conselho Ultramarino, é de uma impressionante veracidade em suas informações e dessa forma, escorreito, fidedigno e confiável. Southey nos informou que: *Ao Conde da Cunha se seguiu no vice - reinado D. Antonio Rolim de Moura, o mesmo que ultimamente havia sido governador de Mato Grosso [...]*⁷.

O trabalho anônimo, de princípios do século XIX, publicado no tomo XX da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, ano de 1857, denominado "*Noticia Cronológica das pessoas que governaram a Capitania de Mato Grosso desde o ano de 1751 da sua criação*", nos diz: *1º - D. Antonio Rolim de Moura, filho de Nuno de Mendonça, 4º Conde de Val de Reis [...]*. No mesmo trabalho, logo a seguir, num "*Catálogo Cronológico*", ressalta: *1º - D. Antonio Rolim de Moura, depois Conde de Azambuja.*

Em 1873, Joaquim Manoel de Macedo, publica a suas "*Noções de Corografia do Brasil*"⁸, em que abordando Mato Grosso, assim se expressa: *Em princípios de 1751 chegou a Cuiabá numerosa frota, conduzindo [...] D. Antonio Rolim de Moura, depois Conde de Azambuja [...]*.

Assim temos que, pelo menos até cerca da metade do século XIX, os historiadores que se ativeram a Mato Grosso, não acrescentavam o "TAVARES" ao nome de D. Antonio Rolim de Moura.

Pergunta-se, quem saiu com essa e quem disseminou esse erro pela historia mato-grossense principalmente?

O primeiro que inventou ou pelo menos utilizou esse sobrenome "TAVARES" para o ilustre Capitão General fundador de Vila Bela, foi o escritor francês J.C.R. Milliet de Saint Adolphe, cujo livro, traduzido do original francês, "*Dicionário Corográfico, Geográfico,*

6 - Casal, Manuel Ayres de. "*Corografia Brasílica*". São Paulo: Cultura, 1943, 2v

7 - Southey, Robert. "*Historia do Brasil*". São Paulo: Melhoramentos, 1977, 3v

8 - Macedo, Joaquim Manuel de. "*Corografia do Brasil*". Rio de Janeiro: Franco-Americana, 1973, 2v

Histórico e Descritivo do Império do Brasil"⁹, foi publicado em Paris em 1845. Saint Adolphe, à página 66, ao descrever o título Mato Grosso, assim anota: [...] *quando em 17 de março de 1751, aportou em Cuiabá uma frota de São Paulo a bordo da qual vinha D. Antonio Rolim de Moura Tavares, o primeiro Governador da Capitania [...]*. (Grifo nosso).

Sem muita correção histórica, pois deu a data de 17 de março, quando na realidade D. Rolim aportou em Cuiabá a 12 de janeiro, com essa notícia foi o primeiro a usar o "TAVARES" no sobrenome do Capitão General. Não mencionou fonte e nem deu qualquer outro indicativo da origem desse sobrenome abruptamente ali interposto. Portanto, a falta de correção histórica com relação à data mencionada, e outros erros que se encontram no seu famoso dicionário, dá ensejo a se inferir também algum engano, distração ou desentendimento, quando alocou o sobrenome ora discutido. Posteriormente, no mesmo livro, Saint Adolphe, mencionando novamente D. Rolim, não mais acrescentou o tal TAVARES. Inexplicável essa invenção de Saint Adolphe, não dando nenhuma pista da fonte onde foi buscar tal sobrenome.

Existem tão somente duas possibilidades concretas para o escritor francês ter alocado esse TAVARES em D. Rolim. Ou encontrou algum documento original com esse sobrenome, ou incluiu-o por citação bibliográfica de terceiros. Saint Adolphe, tudo indica, não era muito de pesquisa em documentos e fontes originais, haja visto os inúmeros erros cometidos em sua obra. A mais provável fonte, sem dúvida, é a citação bibliográfica. Deve ter copiado o TAVARES de outrem, mas que não conseguimos a identificação plena do autor e obra.

Em Mato Grosso, poucos foram os escritores-historiadores que despontaram ainda no século XIX. Dentre eles, Augusto Leverger, o Barão de Melgaço. Este notável almirante, em 1855, escreveu os seus *"Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso"*, trabalho que permaneceu inédito por quase um século¹⁰,

absorvida e incorporada em sua abrangente historiografia até os dias de hoje.

Todavia, a árvore genealógica do Capitão General está aí, as suas assinaturas estão bem claras em documentos originais¹², as nomeações pela Rainha e os primeiros cronistas dos fatos e da gente mato-grossense não deixam dúvidas. Errou Milliet de Saint Adolphe que iniciou o processo e errou o Barão de Melgaço que, sem pesquisas maiores, adotou o alegado pelo seu conterrâneo francês, disseminando em Mato Grosso o procedimento de se acrescentar um TAVARES ao sobrenome de D. Rolim.

Eu próprio, em trabalho que publiquei, "*Governantes de Mato Grosso*"¹³, nomeei erradamente D. Rolim com esse inexplicável TAVARES.

O nome correto é **Antonio Rolim de Moura**, e só.

12 - O Arquivo Público do Estado de Mato Grosso possui centenas de documentos originais assinados pelo Capitão General D. Antonio Rolim de Moura

13 - **Silva, Paulo Pitaluga Costa e Silva.** "*Governantes de Mato Grosso*". Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1993

O MAPA QUE ENGANOU OS ESPANHÓIS

*Dora Ribeiro**

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são partes do território brasileiro graças a um mapa que se encontra na Biblioteca Pública Municipal do Porto, em Portugal, e que foi mostrado recentemente em Lisboa durante o XVII^o Congresso Internacional de História da Cartografia (Imagem n. 1 do Catálogo).

A história é assim. Estávamos em 1748. Em Portugal e no Além Mar reinava D. João V e, na Espanha, Felipe V tinha subido ao trono há pouco tempo. As duas coroas ibéricas confrontavam-se há tempos na América, onde os portugueses já tinham avançado muito além do que tinha ficado estabelecido em Tordesilhas. As negociações decorriam, mas nenhuma das partes queria perder o seu quinhão na terra brasileira. O impasse foi, então, resolvido pelos embaixadores lusitanos que encomendaram um mapa para demonstrar aos espanhóis que, afinal, Portugal, ao contrário do que se pensava, não tinha ocupado grandes extensões de terra fora dos limites traçados pelo Tratado de Tordesilhas.

Foi uma espécie de mágica. A carta geográfica, depois chamada Mapa das Cortes ou Mapa dos Confins do Brasil, foi configurado para minimizar as perdas espanholas no Cuiabá, Mato Grosso e Amazônia. "A caricatura da realidade", como o chamou o historiador português Jaime Cortesão, mostrava o Alto Paraguai desviado em 4^o e 7^o e o Guaporé, como os demais afluentes do Amazonas, também com desvios que chegaram a atingir erros de 9^o.

As alterações mais dramáticas foram as do Cuiabá e Mato Grosso (Vila Bela) e só foram possíveis pelo completo desconhecimento dos espanhóis da cartografia da região. "Os técnicos espanhóis, de uma maneira geral, não tinham grandes conhecimentos", conta o historiador português Inácio Guerreiro, um dos curadores da exposição de Lisboa.

* - Pesquisadora a serviço da Casa da Memória Arnaldo Estêvão de Figueiredo, em Lisboa Portugal.

Esse foi o conteúdo do chamado Tratado de Madrid em 1750, e que deu início às primeiras demarcações de fronteiras no Brasil. Vinte e sete anos depois, em 1777, o Tratado de Santo Idelfonso alteraria apenas algumas premissas do anterior acordo e estabeleceria as linhas demarcatórias entre as duas coroas.

AS CARTAS DA ÍNSUA

A exposição de Lisboa mostrou também uma parte importante dos mapas da Capitania de Mato Grosso encomendadas pelo Governador português Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, durante o período das demarcações dos Tratados de Madrid e Santo Idelfonso (imagens 31, 34, 35, 36, 37, etc.).

A coleção, que é propriedade dos herdeiros do antigo Governador, é notável, segundo afirma o historiador Inácio Guerreiro, pela demarcação e reconhecimento de muitos rios importantes do Mato Grosso. *Nem toda ela foi feita nos termos do Tratado, mas havia da parte do Governador Luís de Albuquerque uma preocupação de reconhecimento preciso de toda a área para tratar a parte espanhola de todas as questões*, diz.

A atenção do Governador estava voltada, sobretudo, para o rio Paraguai, onde fundou Corumbá (então Vila de Albuquerque) e Cáceres (então Vila Maria), ambas em 1778, e o forte de Coimbra.

Luís de Albuquerque, que governou entre 1772 e 1789, foi apenas uma das figuras "de elevada capacidade política e administrativa" que os reis portugueses destacaram para estar a frente desta parte do território português. Pela importância estratégica que tinha, a Capitania de Mato Grosso foi governada por nobres com alta formação científica, cultural e política, e que ocuparam posteriormente cargos de relevância no Brasil e em Portugal.

Dom Antonio Rolim de Moura, por exemplo, depois de deixar Mato Grosso, foi nomeado governador da Bahia e Luís Pinto de Souza Coutinho, ao regressar a Portugal, assumiu mais tarde o importante cargo de Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, sendo responsável pela administração do império português da Ásia à América.

AS CARTAS DA INSUA

A exposição de Lisboa mostrou também uma parte importante dos mapas da Capitania de Mato Grosso encomendadas pelo Governador português Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres durante o período das demarcações dos Tratados de Madrid e Santo Idelfonso (imagens 31, 34, 35, 36, 37, etc.).

A coleção, que é propriedade dos herdeiros do antigo Governador, é notável, segundo afirma o historiador Inácio Guerreiro, pela demarcação e reconhecimento de muitos rios importantes do Mato Grosso. Nem toda esta foi feita nos termos do Tratado, mas havia da parte do Governador Luís de Albuquerque uma preocupação de reconhecimento preciso de toda a área para tratar a parte espanhola de todas as questões, diz.

A atenção do Governador estava voltada, sobretudo, para o rio Paraguai, onde fundou Coimbra (então Vila de Albuquerque) e Cáceres (então Vila Maria), ambas em 1778, e o forte de Coimbra. Luís de Albuquerque, que governou entre 1775 e 1789,

foi apenas uma das figuras "de elevada capacidade política e administrativa" que os reis portugueses destacaram para estar a frente desta parte do território português. Pela importância estratégica que tinha, a Capitania de Mato Grosso foi governada por nobres com alta formação científica, cultural e política, e que ocuparam posteriormente cargos de relevância no Brasil e em Portugal.

BRASÕES DAS CIDADES DE CUIABÁ E MATO GROSSO

João Severiano da Fonseca

Não sei em que se fundou o cronista Felipe José Nogueira Coelho, para por armas à vila do Cuiabá um escudo, tendo em campo verde um monte com uma árvore cheia de folhetas de ouro, e por timbre uma fênix, e à Vila Bela, um triângulo, símbolo da Trindade: armas que ele nas suas *Memórias históricas da capitania de Mato Grosso, e principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro*, refere "concedidas por Sua Majestade, que as mandou declarar em Provisão registrada na Câmara, em 1753, mas que esta tenazmente substituiu por uma águia ou pelicano".

E diz que as notícias, que dá, colheu-as num exato e escrupuloso exame que fez nos arquivos da Provedoria, Intendência e Ouvidoria, o que fazendo autêntica essas memórias, pela sua pública e incontestável fé, deixa ver o desvelo que elas mereceram (Revista Trimensal do IHGB, tomo XIII, p. 138).

Tinha, portanto, essa asserção, o cunho da maior autorização, e pois aceitei-a; tarde, infelizmente, verifiquei que ambas vinham descritas erradamente, o que se comprova com os próprios autos de fundação da Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, de 1.º de janeiro de 1727, e da Vila Bela da Santíssima Trindade do Mato Grosso, de 19 de março de 1752. Naquele auto de Cuiabá vem descrito o brasão assim: - *Em escudo dentro com o campo verde, e nele um morro ou monte todo salpicado com folhetas e granitos de ouro; e por timbre, em cima do escudo, uma fênix.*

As de Mato Grosso são: um escudo branco com dois círculos dentro, o externo encarnado e o outro azul; dentro uma ave tricéfala, corpo e a cabeça de águia, e as duas outras, a do lado esquerdo de pomba e do direito de pelicano, ferindo o peito.

Não é presumível que o intendente Coelho encontrasse nos arquivos da sua repartição e da ouvidoria, os brasões que assinala; é, pois, ele quem erra não somente no falseamento do brasão, que declara ser um triângulo, como ainda em dizer que a Câmara tenazmente conserva uma águia ou pelicano, confusão que é sua e provém das duas cabeças de águia e pelicano da ave tricéfala.

O auto da fundação de Cuiabá pode-se ver na Revista Trimensal, tomo XXVIII, que publica os Anais da Província de Goiás, de Alencastre, onde, à pg. 43 da 2.^a parte ele se acha: o da fundação da Vila Bela, aos 19 de março de 1753, em cumprimento ao Alvará de 5 de agosto de 1746, aqui o damos, graças à obsequiosidade do Exmo. Sr. Francisco Antonio Pimenta Bueno, de quem o obtivemos.

AUTO DA FUNDAÇÃO DA VILA BELA DA SS. TRINDADE em 19 de março de 1752

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinqüenta e dois anos, aos dezenove dias do mês de março do dito ano, neste sítio chamado o Campo do Simão, ou outro nome o Pouso Alegre, à beira do Rio Guaporé e no poente da Chapada de São Francisco Xavier do Mato Grosso, no lugar da praça destinada para se levantar o pelourinho de nova Vila que Sua Majestade foi servido mandar erigir e criar nestas minas, presente no dito lugar o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Antonio Rolim de Moura, governador e Capitão -General delas, e o Juiz de Fora Teotônio da Silva Gusmão e o secretário do governo Bartolomeu Descalça Barros para atestar, e passar para o livro da Secretaria este auto e presentes os bons e o povo que pode assistir dos habitantes das ditas minas, sendo aí por ordem do dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor foi mandado ler por mim tabelião o Alvará de Sua Majestade de cinco do mês de agosto de mil setecentos e quarenta e seis, para a ereção da Vila, o que por mim foi satisfeito em voz alta e inteligível e vai o dito Alvará copiado adiante, depois deste auto e logo pelo dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e

Capitão -General foi dito e declarado que sem embargo de que no dito Alvará determinava Sua Majestade, que o lugar da Vila fosse escolhido por cinco homens juramentados, havia ele escolhido e aprovado este sítio para a fundação da Vila, não só porque o Alvará fora passado em outro tempo, em que não mandava General a esta diligência, mas pelas ordens e instruções que tinha de Sua Majestade, e porque este era o sítio mais conveniente ao serviço de El -Rei e ao bem comum, e porque ultimamente os moradores destas Minas divididos em opiniões só olhava cada um para o que lhe fazia mais conta, querendo os da Chapada, que nela se fundasse a Vila, e os de Santana que fosse fundada naquele bairro, com o que não estavam em termos de serem ouvidos sobre a eleição do sítio, nunca de antes visto nem examinado por eles. E cuja praça no meio dela mandou o dito ilustríssimo e excelentíssimo senhor governador e Capitão -General levantar o pelourinho por insígnia de se constituir e erigir no dito lugar a referida Vila o qual presente todos os abaixo assinados foi posto e alevantado com os sinais e insígnias seguintes: Feito o dito pelourinho de um grosso madeiro e perdurável chamado piúva com três degraus em quadra de seis até oito palmos lavrado primeiro em coluna torcida até certa altura e depois em pirâmide de quatro faces em cujo remate se colocou um braço de ferro com cutelo levantado em alto, e abaixo na formação da pirâmide quatro varões de ferro com suas argolas para prisões, e abaixo na coluna duas algemas de ferro para os braços e duas para os pés. E logo pelo dito ilustríssimo e excelentíssimo senhor governador e capitão -general foi declarado que a dita nova Vila teria o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade a quem dedicaria a Igreja Matriz dela; que em reverência da mesma Trindade Santíssima simbolicamente teria por armas em meio de um escudo branco com dois círculos, um encarnado e outro azul, uma ave com corpo e cabeça do meio de águia, a do lado esquerdo da pomba e do lado direito de pelicano ferindo o peito; e que estas mesmas armas poria a Câmara no seu estandarte por detrás das armas reais, enquanto Sua Majestade não mandasse o contrário; e que esta Vila assinalava e demarcava por logradouro dela na forma da ordem do dito Senhor todo o

campo desde o sangrador do mato ou ribeirão que ficam ao sul da Vila até a lagoa do Arrozal, que costeia o mato de Guaguaçu ao norte da Vila, que será uma légua de terreno, e na travessa deste o mato do Capão da Lagoa por onde passa a estrada que entra na Vila até o rio Guaporé, que serão três quartos de légua de leste a oeste, cujo terreno não pode ser aforado pela Câmara como Sua Majestade determina, ficando o dito campo para pasto dos cavalos e gado dos moradores da Vila, e que na mesma isenção de foro ficaram compreendidos os capões que pelo campo se acham que seriam para linhas comuns; e que caso neles fizerem alguma chácara ou casa de campo tivessem entendido não impediria em tempo algum que os moradores da Vila mandassem neles fazer lenha, tirar cipós e cortar madeiras e para se livrarem da entrada dos cavalos e gado de pasto comum do logradouro seriam obrigados os que tivessem chácaras ou casa de campo nos ditos capões a cercar as plantas: que o mato do Guaguaçu e Capão da Lagoa e o mato do Sangrador e o campo que daí segue para o sul, e o mato que acompanha o rio Guaporé ficavam fora do logradouro, e que a Câmara escolheria a paragem ou paragens em que se hão de fazer boa as quatro léguas de terras que Sua Majestade lhe concede para aforar e lhe fariam presentes com as confrontações, para lhes passar sesmarias. Feito isto, pelo doutor juiz de fora, presente o mesmo ilustríssimo e excelentíssimo senhor governador e capitão -general, no mesmo ato foi mandado vir o cofre dos pelouros que haviam feito em eleição dos oficiais que nestes três anos hão de servir na Câmara, com as cerimônias que a lei determina foi tirado, aberto e publicado o pelouro que coube por sorte neste ano de que fez termo no livro das eleições às folhas três; do Alvará de Sua Majestade já referido para a criação da Vila só falava de dois vereadores e um procurador consultava ele dito doutor juiz de fora como o dito ilustríssimo e excelentíssimo senhor governador e capitão -general na eleição dos ditos pelouros em que houvessem de ser três vereadores e um procurador; porque quando se passava a provisão para a criação da Vila o tempo em que se mandavam criar dois juizes ordinários, que nunca podiam fazer falta cinco votos, pois na falta de qualquer

juiz ou vereador se possa logo proceder à eleição de outro de barrete; porém, que tomando depois Sua Majestade a resolução de mandar juiz de fora para estas minas, além de serem quatro votos em Câmara sendo os Vereadores só dois suceder que faltasse o juiz de fora e ficavam só três votos o que poderia ser danoso, e que de todo o referido mandaram eles ditos ilustríssimo e excelentíssimo senhor governador capitão -general e o doutor juiz de fora formar este auto em livro próprio da criação desta Vila a tudo presentes dos bens e povo as pessoas seguintes: guarda-mór Francisco Xavier Júlio, o reverendo vigário Fernando Machado de Souza e Abreu, Francisco de Sales Xavier, João Pereira da Cruz, o Sargento-Mór Lourenço Soares de Brito, Pedro Vaz Justiniano, Manoel Dias Penteado, Antonio da Silveira Fagundes Borges, Antonio Ferreira, João Nunes de Melo, João Raposo da Fonseca Góes, Manoel Vieira Benevides, Antonio Pacheco de Moraes, Bento de Sousa Machado e Abreu, Antonio de Abreu Bacelar, Sebastião Pinheiro de Almeida, Pedro Diogo da Mota, o licenciado Francisco Rodrigues da Costa, José de Oliveira Pedroso, Inácio Leme da Silva, Calistro de Souza Rego, Caetano Gil de Ataíde, Luís da Costa Silva, Antonio Botelho da Fonseca, Manoel Bento Pereira, Bento Dias Paes, Félix Martins Claro, Antonio Leite de Almeida, Francisco Caetano Borges, Pedro Rodrigues Lima, João Gomes Santiago, José Ferreira de Matos, André de Sousa de Almeida, Rodrigo Francisco, o Licenciado João Metelo de Matos, Manoel Antonio Machado, Silvestre de Castro, João da Borba Gato, e eu tabelião do público judicial e notas que escrevi - DOM ANTONIO ROLIM DE MOURA - TEOTONIO DA SILVA GUSMÃO - BARTHOLOMEU DESCALÇA E BARROS.

Nota do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso:

Este IHGMT, achou por bem inserir à publicação deste trabalho de João Severiano da Fonseca, o texto da Ata de Instalação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, pelo Capitão General de São Paulo, D. Rodrigo César de Menezes, de 1.º de janeiro de 1727, como forma de

complementar e enriquecer o referido trabalho histórico, vez que este documento, apesar de mencionado, não fora transcrito no texto original por Severiano:

ATA DE INSTALAÇÃO DA VILA REAL DO BOM JESUS DE CUIABÁ

Ao primeiro dia do mês de janeiro de 1727, nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, sendo mandado por Sua Majestade, que Deus guarde, a criá-la de novo o Exmo. Sr. Rodrigo César de Menezes, governador e capitão-general desta capitania, e que o acompanhasse para o necessário, o dr. Antônio Alves Lanhas Peixoto, ouvidor-geral da comarca de Paranaguá, sendo por ele eleitas as justiças, juizes ordinários, Rodrigo Bicudo Chacim, o tesoureiro coronel João de Queirós Magalhães, e vereadores Marcos Soares de Faria, Francisco Xavier de Matos, João de Oliveira Garcia e procurador do conselho Paulo Anhaia Lima, servindo de secretário da comarca Luís Teixeira de Almeida, Almotacel o brigadeiro Antônio de Almeida Lara e o capitão-mor Antônio José de Melo, levando o estandarte da Vila, Matias Gomes de Faria foi mandado pelo dito Sr. governador capitão-general que com o dito dr. ouvidor, todos juntos com a nobreza e o povo, fossem à praça levantar o pelourinho desta Vila a que em nome d'El-Rei deu o nome de Vila Real do Bom Jesus, e declarou que sejam as armas de que usasse um escudo dentro com o campo Verde e um morro ou monte no meio todo salpicado com folhetas e granitos de ouro, e por timbre, em cima do escudo, uma fênix, e nomeou para levantar o pelourinho ao capitão-mor regente Fernando Dias Falcão e todos sobreditos com o dito dr. ouvidor, nobreza e povo foram à praça desta Vila, onde o dito Fernando Dias Falcão levantou o pelourinho, do que para constar a todo tempo fiz este termo, que assinou o dito Sr. General com todos os sobreditos. E eu, Gervásio Leite Rabelo, secretário deste Governo, que o escrevi, dia e era ut supra. - Rodrigo César de Menezes - Antônio Alves Lanhas Peixoto - Rodrigo Bicudo Chacim - Marcos Soares de Farias - Francisco Xavier de Matos - João de Queirós Magalhães - João de Oliveira Garcia - Luís Ferreira de Almeida - Antônio José de Melo - Paulo de Anhaia Lima - Antônio de Almeida Lara - Matias Soares de Faria - Fernando Dias Falcão Pereira da Cruz - Manoel Dias de Barros - Luís de Vasconcelos Pessoa - Manoel Vicente Neves - Salvador Martins Bonella.

ROLIM DE MOURA E A CRIAÇÃO DO PANTANAL

*Maria de Fatima Costa**

O Pantanal é uma criação luso-brasileira de meados do século XVIII. Foram os monçoeiros paulistas, *los portugueses del Brasil* -usando as palavras do jesuíta José Quiroga-, os autores desta criação. Antes destes, ao descrever o espaço inundável do interior da América do Sul, os textos fazem referência aos diversos países indígenas, ou a acidentes geográficos aos quais atribuíam nomes indígenas, ou ocidentais. Especificamente, a região mais alagada era denominada Xarayes e *Laguna de los Xarayes* ou região inundada.

A primeira definição do Pantanal foi encontrada num texto de 1727, *Pantanal chamam os Cuiabanos a umas vargens muito dilatadas, que começando no meio do Taquari, vão acabar quase junto ao mesmo rio Cuiabá*¹. Percebe-se, então, que é uma denominação dada pelos mamelucos paulistas que, durante o século XVIII, passaram a percorrer a região com suas Monções. Estes, ao dominarem o espaço, dominaram também sua imagem constitutiva.

Construindo o ambiente

Inicialmente surge Xarayes. Durante a penetração castelhana na América do Sul, no início do século XVI, os conquistadores nas suas entradas, encontraram um lugar de grandes águas habitado por diferentes povos indígenas, dentre eles os Xarayes -que passaram a emprestar seu nome à região. Logo depois, Xarayes converte-se em uma das portas de entrada para o reino das guerreiras Amazonas e para o Eldorado. Assim, ela foi descrita pelos conquistadores Ulrico Schmidl, Cabeza de Vaca e Ruy Díaz de Guzmán, seus primeiros narradores.

* Maria de Fatima Costa é historiadora da UFMT, Mestre em História Política, Doutora em História Social. A construção do Pantanal foi o objeto da sua tese *Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*, defendida no Departamento de História da USP em 1997.

Através dos escritos destes intrépidos homens, em meados do século XVI, a região inundável começou a ser conhecida no mundo Ocidental e, em 1601, levada às páginas de Antonio de Herrera - *grande cronista de Índias* -, transformou-se na fabulosa *Laguna de los Xarayes*. Sucessivos imbricamentos entre narrativas e crônicas transmutaram-na em lugar maravilhoso, paradisíaco, habitado por índios possuidores de prata e ouro e fizeram acreditar que as suas águas se constituíssem em mãe vigorosa do majestoso rio Paraguai. Durante mais de dois séculos, o interior da bacia pantaneira foi assim reconhecido.

Só em meados do século XVIII, é que a mesma região passou a ser o Pantanal. A denominação foi dada pelos monçoeiros. Estes, seguindo as rotas abertas pelos bandeirantes paulistas, avançaram além dos limites fixados em 1494, em Tordesilhas e, no início dos anos setecentos, fizeram daquelas águas seus caminhos às novas terras conquistadas. Desconhecendo a *Laguna de los Xarayes* e a geografia castelhana, ao chegarem às águas da planície inundável da bacia do Alto rio Paraguai a denominaram de Pantanais.

Durante alguns anos, a castelhana *Laguna de los Xarayes* convive com o luso-brasileiro Pantanal. Porém, pouco a pouco, as duas imagens vão-se imbricando e os campos alagados pantaneiros se sobrepõem à secular e fabulosa lagoa. Quem realizou este imbricamento foi o nobre português Dom Antônio Rolim do Moura, em 1751, quando viajava à recém-criada Capitania de Mato Grosso. Foi ele quem pela primeira vez registrou a sobreposição destas imagens, acoplando as águas pantaneiras sobre as da castelhana *Laguna de los Xarayes*. Partindo do relato da sua viagem, este artigo tem como objetivo demonstrar a importância de Antônio Rolim de Moura para a criação do Pantanal.

1 - Notícia Prática das Minas do Cuiabá e Goiáses, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez o Capitão João Antônio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727, em A. de E. Taunay. *Relatos Monçoeiros*, 1981.

Rolim de Moura e o Pantanal

A narrativa de Dom Antônio Rolim de Moura está na *Relação da Viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura, da cidade de S. Paulo à vila de Cuiabá em 1751*², também conhecida como *Diário de Viagem de D. Antônio Rolim de Moura Tavares*. Trata-se do relato da viagem que este lusitano empreendeu quando foi assumir a governança da Capitania de Mato Grosso, sendo seu primeiro Capitão General. Taunay a catalogou como um "Relato Monçoeiro", ou seja, uma narrativa de viagem realizada por aqueles que, por via fluvial, saíam de São Paulo com destino às Minas do Cuiabá.

Se comparada aos demais Relatos Monçoeiros conhecidos, A *Relação* de Rolim de Moura é a mais completa descrição de uma viagem empreendida por aquelas expedições fluviais e, especificamente, a que melhor descreve a região do Pantanal. Seu autor é um homem culto e bem nascido, tendo sido posteriormente, em 1767, o primeiro vice-rei do Brasil. A presença deste nobre senhor em terras mato-grossenses está relacionada às questões políticas entre Portugal e Espanha para definição de suas fronteiras na América do Sul. Ao elevar Mato Grosso a Capitania, o governo lusitano marca com mais vigor o domínio sobre o território conquistado. Rolim de Moura foi nomeado para este cargo em 1749, em plena discussão dos termos do Tratado de Madrid que, com o princípio do *Uti possidetis*, garantia a cada um dos reinos ibéricos o direito sobre as terras conquistadas, revogando-se, então, os termos do Tratado de Tordesilhas de 1494, ainda vigente.

A *Relação da Viagem* está escrita em forma de carta e dirigida ao *Meu Primo e meu Senhor*. Nela não se menciona data nem destinatário. Acredita-se que tenha sido redigida logo após sua chegada a Cuiabá, em 1751³. O tom é otimista., como um *desafogo e alívio*. Mas,

2 - Taunay, A. de E. *Relatos Monçoeiros*, ob. cit. p.194 a 216. Esta *Relação* foi publicada pela primeira vez na *RIHGB*, Rio de Janeiro. Tipografia de João Inácio da Silva. Tomo VII. Também está em Mendonça. Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca reprográfica Xerox, 1985. p. 30 a 47. Seu original pertence ao IHGB. Embora desde a sua primeira publicação no título desta *Relação*, Rolim de Moura seja tratado como Conde de Azambuja, ele só recebeu este título em 21/05/1763, cf. Corrêa Filho, 1969: 356.

desde o primeiro parágrafo, a narrativa de Rolim de Moura deixa transparecer as marcas que a exuberante natureza desta parte da América lhe causou: *Rios tão caudalosos, matos tão espessos, e campos tão distantes, que fazem a admiração, principalmente a quem vem de uma terra tão apertada, como nosso reino*, esclarece enfaticamente. O Pantanal surge ao descrever a desembocadura do Taquari. Explica-nos: ali o rio Taquari se divide em muitos braços e sangradouros, pelos quais deságua em larguíssimos campos. Estes, registra Rolim de Moura: *formam pantanais tão largos que a vista se perde para lhe alcançar o fim. Este pantanal, continua o narrador, forma várias baías limpas, e em outras partes marchavam as canoas [!] por cima do capim, e uma casta de erva a que chamam agoiase, que cresce debaixo d'água, e com o lixo e terra que se lhe ajunta, faz tal embaraço que em parte era preciso abrir o caminho com enxadas e machados. Noutras também estavam as ervas à flor d'água, todas floridas de várias cores, o que formava uma vista sumamente agradável*⁴, descreve, oferecendo ao seu missivista a bela paisagem pantaneira.

A água do Pantanal é descrita como *claríssima* e tão parada que *não se lhe percebe movimento, mas sumamente mole, e tão quente que não era preciso esquentar-se para fazer a barba*. Navegando este Pantanal, sua narrativa leva-nos a adentrar o Paraguai-mirim, *que é um braço do Paraguai grande*. Neste trecho, entre tantas águas, tem dificuldade para acertar o caminho: *em partes pelos sangradouros, e em partes ser pantanal que se comunica com outro*⁵; continua descrevendo o labirinto de águas, até entrar no grande Paraguai.

A passagem mais significativa, entretanto, é quando descreve a desembocadura do rio Taquari. É neste trecho que Rolim de Moura oferece a construção do Pantanal. Pela sua descrição, acompanha-se a viagem nas águas do Taquari. Ali se navega por entre sangradouros e baías que se comunicam entre si. Obstruindo o caminho, está a exuberante vegetação aquática que recobre as águas e então chega-se à sua barra, avistando o grande Paraguai. Ao olhá-lo, o narrador deixa-se invadir pelas volumosas águas, e dá ao seu leitor a dimensão daquele rio: *um dos maiores da América*. Mas não é isto o que mais surpreende.

3 - Corrêa Filho, 1969: 355.

4 - Taunay, ob. cit.: 212

5 - Idem, idem.

Neste lugar, além da imensidão do rio Paraguai, ao identificar a paisagem, Rolim de Moura oferece o reencontro com as seculares e castelhanas águas de Xarayes. Ele escreve: *por detrás de suas margens, tanto de uma como outra parte, vão pantanais e baías muito largas, que com ele se comunicam por sangradouros. Em uma delas me afirmou um prático havia marchado em uma canoa doze dias para chegar à terra firme, indo ela remada por dezesseis remeiros: pelo que me parece, que o lago de Xevaes propriamente começa no fim do Taquari, pois desde àquele lugar até às vizinhanças do Mato Grosso: principalmente no tempo das águas, é tudo um pantanal, ficando só descobertos os morros, e alguns pedaços de restingas á borda do rio, de sorte que aquém faz esta viagem naquele tempo lhe custa a achar aonde fazer pouso*⁶. Estava efetuada a identificação.

Antes do Capitão General, todos os relatos luso-brasileiros referiam-se a Pantanais como se este fosse um conceito de domínio comum. Tratando-se do mesmo lugar secularmente identificado como a *Laguna de los Xarayes*, todos os monçoeiros parecem ignorar a existência deste acidente geográfico castelhano.

Embora a paisagem descrita seja a mesma, para os monçoeiros só há lugar para Pantanais. Em Rolim de Moura não. Na sua narrativa, mesmo sendo Pantanais, a região mais inundável da bacia paraguaia reaparece como Xarayes, embora grafada como Xavaes.

Entre todos os relatos monçoeiros consultados, este é o único que reergueu Xarayes, fazendo-a outra vez lagoa, compondo-a na nova geografia. *Pois, explica o Capitão General, desde aquele lugar [a barra do Taquari] até as vizinhanças do Mato Grosso, principalmente no tempo das águas é tudo um pantanal*, associando-as. Por sua identificação, Xarayes começa na barra do Taquari, estendendo-se, em tempo de águas cheias, até Mato Grosso, sendo então um pantanal. Identificando-se as duas paisagens, estava efetuada o amálgama, pela qual o lago de Xarayes se incorporava ao Pantanal.

Todavia, isto não se faz de maneira fortuita ou intuitiva. A estrutura da construção narrativa denuncia que o nobre administrador lusitano tinha conhecimento dos termos sancionados pelo recém-assinado Tratado de Madrid, que reza no seu Artigo VI: (...) *e baixará pelo álveo desde Rio até a sua entrada no Paraguay, desde a qual bocca subirá pelo canal principal, que deixa o Paraguay em tempo secco; e pelo seu álveo até encontrar os Pantanaís, que fôrma este Rio, chamados a Lagôa dos Xarais, e atravessando esta lagôa até à bocca do Rio Jaurú*⁷. Então, o Capitão General, conhecedor destes termos, durante sua viagem monçoeira, buscava encontrar Xarayes no interior das grandes águas paraguaias. E é por isso que, estando na foz do rio Taquari, o futuro Conde de Azambuja imbrica as imagens deste ambiente aquático e escreve: *me parece, que o lago de Xavaes propriamente começa no fim do Taquari*. Vê-se, portanto, que suas palavras o delatam; é como se estivesse a procura deste lugar, como se buscasse reconhecê-lo. Assim sendo, ao encontrá-lo, interpõe a imagem do Pantanal sobre a de Xarayes e as acopla. Seu olhar e sua pena registram a transposição já exposta no Tratado de 1750.

Por outro lado, estudando-se a narrativa de Rolim de Moura junto aos termos do Tratado de Madrid, percebe-se como a nomenclatura portuguesa já determinava o topônimo deste lugar. Nem na narrativa, nem no termo do Tratado, Xarayes obedece à sua grafia castelhana, consagrada universalmente em mapas, Xarayes ou Xaraies, e este é um detalhe curioso. Na versão oficial espanhola do Tratado de Madri, lê-se no mesmo Artigo VI: *y baxará con las aguas de este Río hasta su entrada en el Paraguay, desde cuya boca subirá por el canal principal que dexa el Paraguay en tiempo seco, y por sus aguas hasta encontrar los Pantanos que forma este Río, llamados la Laguna de los Xaraies, y atravesando esta Laguna hasta la boca del Rio Jauru*⁸. E na versão portuguesa a lagoa chama-se Xarais. Esta edição portuguesa é

6 - Idem, 215. O grifo é meu.

7 - Tratado de Limites das Conquistas... Madrid, 1750.

8 - Línea Divisoria de los Estados de las Coronas de España, y Portugal... Madrid, 1750.

bilingüe e publica lado a lado, o texto em português e em espanhol; em ambos, no entanto, grafa-se *Xarais*. Estes dados reunidos mais uma vez reafirmam a *Laguna de los Xarayes* como criação castelhana. Ainda, analisando-se os termos do Tratado, observa-se que a lagoa já não é um acidente geográfico real. Ali estão *os Pântanos que forma este rio* [o Paraguai] e estes é que são *chamados a Lagoa dos Xarayes*. Assim, a denominação maior já não pertence à lagoa, mas sim aos pântanos, aos Pantanaís; a ênfase não é demasiada: a mesma denominação é dada pelos *portugueses do Brasil* às regiões alagáveis do interior da América do Sul. Isto leva a afirmar que a autoria da denominação Pantanaís pertence aos mamelucos paulistas que em suas Monções romperam os limites impostos pela linha de Tordesilhas e, nas suas canoas, navegavam por aquelas regiões, denominando a paisagem aquática de Pantanaís.

Vale lembrar, *Pantanal chamam os cuiabanos a umas vargens muito dilatadas, que começando no meio do Taquari, vão acabar quase junto ao mesmo rio Cuiabá*, como bem definiu um monçoeiro em 1727. Isto significa que já no início do século XVIII, o termo mameluco, Pantanal, era o topônimo desta região. Esta palavra, ao suplantar a secular Xarayes como designativo das terras molhadas do interior da América do Sul, até mesmo no texto do tratado de limites, demonstra a supremacia do domínio português sobre aquelas terras, ainda quando estas eram nominalmente castelhanas.

Concluindo, verifica-se que *La Laguna de los Xarayes* foi eclipsada pelo Pantanal no transcurso do século XVIII. Isto demonstra o fato político fundamental da supremacia portuguesa sobre a área conquistada, já que o termo Pantanal como denominativo deste ambiente inundável só começou a aparecer nos relatos de língua portuguesa em meados do século XVIII. Nos textos espanhóis é inexistente.

Inequivocamente, Pantanal ou Pantanaís é uma construção portuguesa, realizada pelos mamelucos que no início do século XVIII, em suas monções, passaram a percorrer as antigas águas dos Xarayes. A criação do Pantanal, portanto, é um fato político que espelha a supremacia lusitana nesta parte da América do Sul; ela surge em

tempos de Demarcação de Limites, quando a coroa portuguesa funda a Capitania de Mato Grosso como instrumento para garantir por *Uti possidetis* o domínio das ricas minas conquistadas além dos limites de Tordesilhas. Mas, como fica demonstrado, o imbricamento da imagem de Xarayes sob a do Pantanal foi realizado pela primeira vez na narrativa de viagem de Dom Antônio Rolim de Moura, inspirado nos termos do recém-firmado Tratado de Madrid.

BIBLIOGRAFIA.

CORREA FILHO, Virgílio Alves. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto do Livro, 1969.

COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Depto. de História. São Paulo, 1997.

HERRERA y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia General de los hechos de los Castellanos, en las Islas, y Tierra-firme de el mar oceano*. Assunción, Editorial Guaranía, (1601) 1947.

MOURA, Antonio Rolim de. *Relação da Viagem que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim de Moura, da Cidade de São Paulo a Cuyabá, 1751*. BN. Mss. 10,2, 23 nr.3.

QUIROGA, José. Descripción del Rio Paraguay desde la boca de Xauru hasta la Confluencia del Parana. In: ANGELIS, Pedro. *Colección de Obras y Documentos relativos a la historia antiga y moderna de las provincias del rio de la Plata*. Buenos Aires, Imprenta del Estado. 1836.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981.

TRATADO DE MADRI. *Tratado de Limites das Conquistas entre os muitos Altos e poderosos Senhores D. João V. Rey de Portugal, e D. Fernando VI. Rey de Espanha, pelo qual fica Abolida a demarcação da Linha Meridiana, ajustada no Tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494. Se determina individualmente a Raya dos Dominios*

de huma e outra Corôa na America Meridional. A de Portugal renuncia o direito, que allegava ter às Ilhas Filipinas, pelo dito Tratado de Tordesilhas, e pela Escripura de Saragoça de 22 de abril de 1529; e cede a Espanha a Colonia de Sacramento, e o Territorio da margem septentrional do Rio da Prata, que lhe pertencia pelo Tratado de Utrecht de 6 de Fevereiro de 1715, como tambem a Aldea de S. Christovão e terras adjacentes, que tinham occupado os Portugueses entre os Rios Jupurá, e Isa, que desaguão no das Amazonas. A de Espanha Renuncia todo o direito, que pelo dito Tratado de Tordesilhas allegava ter á Terras possuidas pelos Portugueses na America Meridional ao Occidente da Linha Meridiana ajustada naquele Tratado; e cede a Portugal todas as terras e povoações da margem Oriental do Rio Uruguay, desde o Rio Ibucuí para o Norte, e a Aldea de Santa Rosa, e outra que estabelicida pelos Espanhoes na margem Orintal do Rio Guaporé com os Plenos Poderes e Ratificações dos dous Monarchas. Assignado em Madrid a 13 de Janeiro de 1750. Impresso em Lisboa. Anno de M.D.CCL na officina de Joseph da Costa Coimbra.

TRATADO DE MADRID. *Linea Divisoria de los Estados de las Coronas de España, y Portugal en Asia, y America Acordam por medio del presente Tratado ajustado entre Sus Magestades Catholicas, y Fidelissimo firmado en Madrid à 13 de enero de este año y Ratificado en forma en el qual se examina el derecho que resultó à las dos Coronas por la Bula del Papa Alexandro VI. de feliz memoria, del año de 1493. el Tratado de Tordesilhas de 1494, el de Zaragoza de 1529, el de Lisboa de 1681 y la Paz de Utrecht de 1715 y se terminam felizmente las disputas sobre Limites de los Dominios en el otro Emisferio, que con doño comun de las Monarquias han estado pendientes 258, años. En Madrid. En la Imprenta del Mercurio, por joseph de Orga. Año de 1750.*

A CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Nilza Zuciroz Freire

A linha imaginária do Tratado de Tordesilhas era um documento genérico, estabelecido em junho/1494, com o objetivo de dividir o mundo a ser descoberto por duas nações ibéricas: Portugal e Espanha.

Com a descoberta do ouro na baixada cuiabana - os desbravadores vieram prear índios e depararam com terra aurífera -, com destaque no ocidente de Cuiabá, nos vales dos rios Paraguai, Jauru, Galera, Sararé e na Chapada dos Parecis, afluíram os aventureiros, pela cobiça que o metal desperta.

Sem a linha demarcatória, as terras descobertas e ocupadas pelos portugueses estavam desprotegidas e podiam ser invadidas pelos espanhóis que caminhavam no sentido oeste/leste, partindo da Bolívia, em contraposição com os citados portugueses que traçavam sua direção leste/oeste.

Essa situação não passou despercebida ao Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira; tanto é que, em 30/01/1741, comunicou à Metrópole as ameaças dos espanhóis e, na oportunidade, alertou-a para se colocar de sobreaviso sobre o assunto, de grande interesse para Portugal.

O Rei, antes de tomar qualquer decisão, procurou ouvir os Governadores das Capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro, cujos pareceres foram precedidos, em Lisboa, por novas informações acerca da ocupação de missões dos castelhanos no rio Guaporé.

Sabemos que as Capitanias eram administradas por um Conselho Ultramarino sediado em Portugal e, Mato Grosso, subordinado à Capitania de São Paulo; assim sendo, em 20/01/1748, o citado Conselho enviou um parecer ao Rei Dom João V recomendando a criação de Capitanias em Mato Grosso e Goiás - separadas de São Paulo-, alegando as razões que transcrevemos a seguir:

No distrito do Cuiabá ainda reconhece o Conselho maior necessidade de Governador distinto e inteligente, e assim porque a extensão dele ainda exceda a dos Goyás e a distância é muito maior, gastando-se de São Paulo à Vila de Cuiabá seis meses de trabalhosíssima navegação e dali ao Mato Grosso outro mês como pela circunstância de confinar este Mato Grosso com o Governo espanhol de Sta. Cruz de la Sierra e com as Aldeias dos Jesuitas Castelhanos dos Mochos e Chiquitos donde nasce que sobrevindo, como já sucedeu, e sucederá freqüentemente, contendas por causa dos confins e da comunicação, é muito conveniente que ali haja um governo capaz de responder e obrar com acerto em semelhantes casos para evitar as desconfianças da corte de Madri, sem perder o direito de nossos descobrimentos.

Assim sendo, aceitando essas idéias, o Rei Dom João V criou, em 09/05/1748, a Capitania de Mato Grosso.

Tornava-se oportuno transcrever o Alvará expedido, e naquela data, a respeito do desmembramento de Mato Grosso da Capitania de São Paulo; são seus termos:

Faço saber a vós, Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, que por ter resoluto se criem de novo dois Governos, um nas minas de Goiás e outro na de Cuiabá, e considerar ser desnecessário que haja mais em São Paulo Governador com patente de Capitão General... hei por bem, pela resolução de 07 do presente mês e ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino, cometer-vos a administração interina dos ditos dois novos Governos, enquanto não sou servido nomear Governador para eles.

Os confins do Governo de Mato Grosso e Cuiabá hão de ser para a parte de São Paulo pelo dito rio Grande (Paraná) e pelo que respeita à sua confrontação com os Governos de Goiás e Maranhão, vista a pouca notícia que ainda há daqueles sertões, tenho determinado se ordene a cada um dos novos governadores e também ao do Maranhão, informe por onde poderá determinar-se mais cômoda e naturalmente a divisão.

A Capitania de Mato Grosso estava criada e, enquanto se aguardava seu primeiro Governador, ficou subordinada ao Governo do Rio de Janeiro, tendo como chefe Gomes Freire de Andrada.

O primeiro Governador, escolhido criteriosamente na nobreza, foi o fidalgo Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, Capitão do 2º Batalhão do Regimento de Infantaria e Guarnição de Lisboa, além de ser pessoa de extrema confiança do Rei na condição de seu primo e homem de formação cultural e científica excelente. Foi nomeado por ato de 26/07/1748, com o título de Governador e Capitão General.

De acordo com ordens recebidas do reino, Rolim de Moura fixou seu governo nas terras chamadas de Mato Grosso (não havia divisas), nas proximidades da fronteira com os espanhóis (atual Bolívia) fundando, em 1752, a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, à margem do rio Guaporé.

A Capitania de Mato Grosso desmembrada da Capitania de São Paulo, repetimos -, teve nove Governadores, a saber:

| | |
|---|-----------|
| 1º - Antônio Rolim de Moura Tavares | 1751-1764 |
| 2º - João Pedro da Câmara | 1765-1768 |
| 3º - Luís Pinto de Sousa Coutinho | 1769-1772 |
| 4º - Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres | 1772-1789 |
| 5º - João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres | 1789-1796 |
| 6º - Caetano Pinto de Miranda Montenegro | 1796-1803 |
| 7º - Manuel Carlos de Abreu e Menezes | 1804-1805 |
| 8º - João Carlos Augusto d'Oueynhausen Gravenbourg | 1807-1819 |
| 9º - Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho | 1819-1821 |

O 7º Governador, Manuel Carlos de Abreu e Menezes, faleceu em Vila Bela a 08/11/1805, vítima da malária; seu corpo foi sepultado na Igreja de Santo Antônio dos Militares. Com sua morte, a administração da Capitania de Mato Grosso ficou subordinada a uma Junta Governativa, enquanto se esperava o 8º Governador.

No espaço aproximado de 70 anos período colonial, chamamos a atenção dos leitores para os seguintes destaques:

O Governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789) teve como objetivo "garantir a posse dos territórios

conquistados" pelos portugueses, tanto é que fundou:

- em 1775, o Forte de Coimbra, à margem direita do rio Paraguai;
- em 1776, o Forte Príncipe da Beira, à margem do rio Guaporé;
- em 1778, Vila Maria do Paraguai, hoje Cáceres; em 1778, a povoação de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, atual Corumbá.

O Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro fundou, em 1797, o Presídio de Miranda;

O Governo de Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho transferiu a capital de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá, em 1820, sendo que, somente em 1835 foi declarada oficialmente como tal.

Visitando Vila Bela podemos observar as ruínas da Igreja Matriz, no centro da cidade, assim como o Palácio dos Capitães Gerais, o qual, atualmente, sedia a Prefeitura Municipal; em seu salão de honra, conferimos na Galeria dos Capitães Gerais -, um a um dos que, anteriormente, identificamos, os quais governaram Mato Grosso no período colonial.

Para finalizar, entendemos que a criação da Capitania de Mato Grosso, em 09/05/1748 não poderia passar despercebida pelos mato-grossenses de origem e os mato-grossenses de coração, afinal, Mato Grosso havia sido desmembrado de São Paulo antes mesmo do Tratado de Madri (13/01/1750), que demarcou, definitivamente, os limites de terras de Portugal e Espanha. Por isso, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso houve por bem fazer, em 1989, sua revista temática, quando se comemora 250 anos daquele fato histórico¹.

1 - Fontes de pesquisa: PÓVOAS, Lenine de Campos *História Geral de Mato Grosso*, vol. 1; SIQUEIRA, Elizabeth Madurcira *Revivendo Mato Grosso* e CAMPESTRINI, Hildebrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz *História de Mato Grosso do Sul*.

ROLIM DE MOURA

A Capitania, o Homem e a História

Luis-Philippe Pereira Leite

Na passagem política e administrativa de Mato Grosso, dos primórdios da segunda metade do século XVIII, destaca-se a figura singular do estadista que foi Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro Capitão-General e Governador da Capitania.

Vale notar como na primeira parte daquele século os fatos aconteceram desde a formação do Arraial da Forquilha que o bandeirante Pascoal Moreira Cabral oficialmente fundou sob a invocação de Nossa Senhora de Penha de França, padroeira dos navegantes, em oito de abril e 1719, às margens do Coxipó Mirim, mais ou menos a dezoito quilômetros da sua foz, do Rio Cuiabá.

Três anos e pouco se passaram e outro bandeirante, Miguel Sutil de Oliveira, descobre, em outubro de 1722, grande porção de ouro no seu sítio, nas fraldas da colina de Nossa Senhora do Rosário e às margens do Córrego Prainha, também caudatário do Cuiabá.

Estas novas lavras atraíram todos os mineradores estabelecidos em Forquilha e muitos outros convergiram para as minas do Sutil, cuja fama transpôs rios e mares.

Assim é que, em conseqüência, surgia a Capitania de São Paulo com o desmembramento de parte da das Minas Gerais e a incorporação das lavras do Sutil.

Logo o reino português determinava, em 1726, ou seja, quatro anos após a preciosa descoberta, que Dom Rodrigo César de Meneses, Capitão-General da nova Capitania de São Paulo, se deslocasse para Cuiabá e aqui foi presente a sua elevação à vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em 1º de janeiro de 1727.

A tônica era a cobrança dos quintos com maior rigor e eficácia, a ponto de muitos mineradores abandonarem a Vila, originando

a descoberta de novos, tentadores e promissores núcleos de mineração, muitos dos quais se firmaram com o passar dos tempos.

A luta nesta fase foi renhida. A tenacidade no trato das pessoas extrapolou os limites naturais. O sangue jorrou muitas vezes sem apelo e a autoridade pública encontrou sérias dificuldades para conter os motins e os levantes.

As cortes de Espanha e Portugal preocupavam-se sobremaneira com a demarcação das fronteiras para definir os respectivos domínios. Já se preparava, nos bastidores, aquele que seria no futuro próximo o Tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750. Foi neste ambiente que Portugal, pelo seu Conselho Ultramarino, decidiu criar a Capitania de Mato Grosso pela Carta Régia de 9 de maio de 1748. Determinava a Carta a Gomes Freire de Andrade, então Capitão-General e Governador da Capitania até que seu titular assumisse efetivamente o seu posto.

O fato explica a razão pela qual em chegando a São Paulo, Rolim de Moura buscou contato com Gomes Freire de Andrade, a cujo encontro seguiu. No roteiro por ele delineado, consta a respeito:

Quanta terra e quanta água tenho passado, depois que vos escrevi! Rios tão caudalosos, matas tão espessas e campos tão dilatados, que fazem admiração, principalmente a quem vem de uma terra tão apertada como o nosso Reino. Desejara lembrar-me e saber ordenar tudo quanto passei e vi, e que não só vos servirá de divertimento, pela novidade, mas também a mim de desafogo e alívio.

Havendo em São Paulo acabado de escrever para a frota e tendo recebido carta de Gomes Freire, de que era muito conveniente ao serviço de El-Rei vermo-nos em Parati, me pus a cavalo no primeiro de abril. Por estarem os meus Oficiais de Ordens doentes, levei comigo o Capitão em lugar deles e três Dragões para me servirem de escolta ditas bestas de carga com bem pouco provimento para poderem acompanhar-me dois criados e alguns pretos.

Este pequeno trem custou bastante a por pronto, sendo-me necessário comprar a maior parte dos cavalos pelos não haver, naquela terra, de aluguel. Acompanhou-me também o Ouvidor de S. Paulo, belo para semelhantes funções, porque não atura sol, nem está na sua mão o madrugar.

Sáimos enfim da cidade já tarde por mor dele e para mais ajuda, erramos, por cuja causa andamos de noite umas poucas de horas por estrada que ainda de dia se passa sem dificuldade, cheia de pontes, de ribeiros e de atoleiros terríveis. Estas dificuldades me embaraçaram chegar ao sítio, que assim chamam cá, aos casais, aonde me esperavam, e fiquei noutro, em que não havia nada de comer para a gente, nem para os cavalos. No dia seguinte fui jantar a Mogi, marchando um grande pedaço através de várzeas larguíssimas, mas inúteis pela opinião, em que está a gente da América de que só em roçar, ou plantar: a Vila é pequena, como todas as que eu vi na Comarca de S. Paulo, porque a maior parte dos moradores assistem nos seus sítios aonde lhe vai o tempo em cachimbar e em balançar-se na rede em camisa e ceroulas, no seu vestido ordinário, e mandando os seus carijós, adquiridos pelo sertão com grandes trabalhos, e não menos ofensas a Deus. Daqui, fui dormir a uma Fazenda dos Padres do Carmo, e no outro dia, a Jacarei, que também falando mal, é Vila, parece-me terá meia dúzia de casas, tão pobres que a Câmara me esperou de capote.

O tempo que Gomes Freire tardou por causa da frota, me serviu de divertimento passear por esta baía em uma canoa que, sem embargo de me assegurarem, ser a menor de três, que se haviam tirado do mesmo pau, levava seis remos de viga, e na popa acomodava seis, e sete pessoas; finalmente se não diferenciava de um escaler de seis remos. Gomes Freire quando chegou me fez muita festa e agasalho. Achei-lhe a mesma viveza, desembaraço e a muita disposição em que sempre o conheci. Todas as manhãs, me foi buscar a casa aonde jantei, ceei sempre com seus oficiais e as pessoas que haviam ido comigo, o que me não me era possível na minha, tendo-se preciso vir àquela jornada tão escoteiro, como já disse. Não se lhe pode duvidar a capacidade, nem o

zelo com que serve El-Rei e com grande desinteresse e limpeza de mãos e se ele tiver alguma coisa em que a consciência o acuse, parece-me será mais depressa por puxar demasiado para a Fazenda real, que por deixar perder coisa alguma dela. É ativo e prudente, sofredor, quando é necessário; não obra coisa alguma sem tenção; é polido e atencioso com os seus súditos. Finalmente, tenho-o em conta de bom Governador.

No primeiro de maio, me pus a cavalo e às onze, cheguei a S. Paulo, cuja jornada fiz com grande descanso, havendo largado a companhia do Ouvidor por ficar logo em Guaratinguetá, começando a correição. Ao amanhecer me punha em marcha e ao meio dia, até a uma hora, me arranhava, com o que me livrava do maior calor, que nestas terras começa do meio dia e dura quase até o por do sol.

Rolim de Moura pouco demorou em São Paulo e logo seguiu para Sorocaba, ali permanecendo o tempo necessário para preparar a monção que o levaria a Cuiabá, pelo Tietê, Rio Grande, Rio Pardo, Taquari, Paraguai e São Lourenço. Até o próprio Cuiabá. Da retrospectiva desse percurso, salienta as perseguições dos insetos e destaca, com maior ênfase, o Sítio de Camapuã:

Fica o dito sítio ou Fazenda e Camapuã à borda de um pequeno rio, do qual toma o nome, como ali não há outro morador, tem ele toda a largura que querem os seus donos, que são quatro em uma sociedade para se utilizarem dos lucros que são grandes nas carregações das canoas e fazendas e no mantimento que vendem aos passageiros. Tem sempre grande abundância de milho, farinha do mesmo, feijão, arroz, porcos e vacas, das quais se não sabe já o número pela largueza dos pastos e se vive ali um dos sócios com alguns camaradas brancos e bastante pretos, expostos aos ataques dos Caiapós, e sem missa, nem quem os confesse em caso de perigo, ao mesmo tempo que a distância é tão grande para qualquer dos povoados. Tem aquele sítio casas de sobrado muito suficientes para a parte em que estão, pois nelas me acomodei com todos os oficiais e família; estão dentro de um pátio fechado, em que se pode tourear. Além destas altas, em que eu fiquei, tem outras mas no mesmo pátio, e juntamente capela

com mais asseio do que ali se podia esperar. Neste sítio me despi pela primeira vez, o que até então não tinha feito desde o princípio de viagem, exceto para mudar de roupa, tanto a fim de estar mais pronto para as madrugadas que sempre eram pelas três horas da manhã, principalmente depois que saí do Tietê, porque naquele rio me levantava mais tarde alguma coisa, em razão de não poder sair cedo por causa das névoas que são de todos os dias, e em alguns se estende até muito tarde, e por causa das cachoeiras se não pode navegar naquele rio com elas. Antes, me vi uma vez obrigado a fazer alto até que aclarasse a serração que trouxe uma trovoada, pois é preciso que esteja bem claro para os pilotos conhecerem as pedras que estão debaixo da água. Também tirava daquela prática a conveniência de me resguardar melhor dos mosquitos, os quais perseguem muito em todo o tempo da viagem.

Até ali, experimentei de três castas, uns pequenos a que chamam pólvora pela grande comichão que fazem, outros borrachudos, que são maiores e barrigudos, que logo que mordem tiram sangue, cuja nódoa fica por muitos dias e com dor; os terceiros, que mais propriamente são moscas pequenas me perseguiram mais quando saía ao campo à caça. Não picam, mas buscam os olhos com tal prolixidade, que sempre andava nas diligências de os tirar deles e que algumas vezes nos fez agravar.

Além destas sevandijar houveram partes em que nos enchemos de carrapatos os quais se ferravam no corpo e faziam proteja e comichão desesperada. Para os tirar foi preciso lavar-me, ou melhor dizer, sujar-me com água de tabaco de fumo, que é o que os faz cair. Também pelo Rio Pardo encontramos umas formigas que aonde chegam roem tudo a um dos missionário, em uma noite, lhe deixaram a roupa incapaz de vestir e outras pessoas mais perderam vários trastes dos seus vestidos.

O Homem

Em 22 de setembro do mesmo ano, em carta régia, era Rolim de Moura designado por El-Rei para aquela altíssima função exercida provisoriamente por Gomes Freire de Andrade, Governador da Capitania do Rio de Janeiro, por determinação da própria carta régia liminar, até 17 de janeiro de 1751, quando Rolim de Moura entrou em exercício na Vila Real do Cuiabá, foi somente em 14 de dezembro que Rolim de Moura chegou à região Guaporeana, sítio escolhido para a sede da Capitania, fundada em 19-3-1752, sob a invocação da Vila Bela da Santíssima Trindade.

Segundo Augusto Leverger, Barão de Melgaço, o bretão que se cuiabanizou, o primeiro Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, teria chegado a Cuiabá em 12 de janeiro de 1751, tomando posse, 5 dias após, no governo. A sua viagem, segundo relata Estêvão de Mendonça, foi feita por via fluvial desde São Paulo, pelo Tietê, Pardo, Taquari, Paraguai, S. Lourenço e Cuiabá, integrando sua comitiva vinte e tantas canoas, e com o governador vieram o Juiz de Fora Dr. Teotônio da Silva Gusmão, jesuítas Agostinho Lourenço e Estêvão de Castro, uma companhia de dragões com 54 praças, secretário e ajudante de ordens.

De Lisboa trouxe uma carta instrutiva sobre como proceder no tocante à fronteira ocidental, pelo que se depreende que já naquela época Portugal tinha nítida compreensão da importância da fronteira do Rio Guaporé, classificada nas ditas instruções como "*chave e propugnáculo do sertão do Brasil*".

Rolim de Moura era o reflexo fiel do empenho com que a metrópole procurava assegurar o domínio naquela região, pois era um militar disciplinado, qualidade a que reunia um temperamento de rara energia, de caráter leal e generoso, se bem que arrebatado, possuía um misto de bondade e violência. Todas estas qualidades somadas a uma invejável inteligência, tornaram-no um homem precioso para a Colônia, talhado naturalmente para suportar as conseqüências da frente que o governo português ia abrir na parte mais ocidental do sertão mato-grossense.

Rolim de Moura entendeu a importância de sua missão e a necessidade da sua presença naquela região, tanto que só demorou-se em Cuiabá o tempo indispensável para colocar em execução várias medidas.

Após uma marcha de 34 dias por caminhos mal trilhados, a 7 de dezembro seguinte, alcançou a margem esquerda do Guaporé, de onde prosseguiu viagem em uma canoa, e a 14 chegou a Pouso Alegre, sítio em que veio a fundar a antiga capital de Mato Grosso.

Governou Rolim de Moura quase quatorze anos e a sua tenacidade serviu de barreira, de encontro à qual os espanhóis receberam os primeiros choques em empenho de dominarem o aquém Guaporé.

A sua atividade e preocupação maiores no seu governo foi sempre a defesa da fronteira, não se descuidando, todavia, da ordem administrativa e outros melhoramentos, tendo dado muito impulso à lavoura da cana.

Visconde de Taunay registra que múltiplos e assinalados foram os serviços tudo de mistura com muita prepotência e ilimitado arbítrio e Roque Leme afirma que *a pesar-se os prós e os contras de seu governo parece que seus serviços poderiam ter sido melhores e menores as violências e sofrimentos do povo.*

O que não se pode olvidar é que seu modo de agir tinha que ser severo e rígido para correr parelhas com a índole do povo, sendo, todavia, moderado e conciliador conforme a situação e os acontecimentos.

Assim estudado, sem prevenções antecipadas, Rolim de Moura reclama um culto de todos os corações, e esse culto será justo, como justas foram as recompensas que em vida recebeu do severo Pombal ao deixar as rédeas do governo de Mato Grosso.

Rolim de Moura, ao deixar o governo de nosso Estado, foi a governar o Estado da Bahia, o que fez até 31 de outubro de 1767, foi ao depois Vice-Rei do Brasil e veio a falecer em Portugal no ano de 1782, agraciado com o título de Conde de Azambuja.

A História

O jovem pesquisador mato-grossense Otávio Lins Canavarros, que percorreu preciosos arquivos europeus, inclusive aqueles das grandes ordens medievais, apreciou alguns expostos quando da abertura, na Universidade Federal de Mato Grosso, da Exposição comemorativa do bi-centenário da morte de Antônio Rolim de Moura, sob os auspícios das nossas entidades culturais e assim o fez ele:

Resenha dos documentos:

Os 14 documentos foram produzidos entre 1758 e 1767. Apenas um, o de 1767 e do governo do Capitão-General João Pedro da Câmara. Neste período, o que ocorria? Tentativa de assassinato do soberano de Portugal, com implicações de jesuítas (1758), guerra dos Sete Anos (1756/63), negociações de novo Tratado de Limites Coloniais, culminando no Tratado do Pardo (1761), morte de Fernando VI de Espanha e subida de Carlos III (1759) e criação do Erário Régio (1761). Em relação à Companhia de Jesus, as três expulsões: de Portugal (1759), da França (1764) e da Espanha (1767). Eis o grande painel cronológico coevo.

Azedume contra inacianos transpira dos papéis. Nota-se claramente que de origem lisboeta. Pela carta de Felisberto Leite Pereira podemos observar até uma certa condescendência com o prisioneiro jesuíta. Essa luta teve como desdobramentos coloniais a colocação, em ordem-do-dia, do problema dos índios (Abolição do cativo e criação do Diretório dos Índios, de curta duração) e do ensino no Brasil, com a criação das aulas régias, para substituir os estabelecimentos religiosos. O fato de possuírmos apenas dois representantes da Companhia, chegados com o Governador da capitania, serviu de atenuante de conflitos. No episódio, D. Antônio Rolim de Moura demonstrou fidelidade de súdito e cortesia de diplomata.

O que podemos perguntar mais aos documentos? Sobre o Grande Império que nos fala Corte Real em sua carta, por exemplo. Datada de 1758, três anos após o terremoto, época em que se cogitou, mais uma vez, da transferência da sede do Reino para o Brasil. Falou-se no Rio de Janeiro, logo depois do Vice-Reino, e mesmo em Belém do Pará, onde até a pouco tinha servido Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal. O projeto seria o domínio da Amazônia, daí a preocupação das fozes, pois diz o adágio que quem domina a foz, domina o rio. As futuras construções pombalinas de Coimbra e Príncipe da Beira tendem a confirmar a hipótese. O interessante é que afirma ou tendem a confirmar a hipótese. O interessante é que afirma o missivista não constituírem Mato Grosso, Pará e Maranhão apenas um Estado, quando legalmente era a nossa capitania integrante do Estado do Brasil. Os laços da Cia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão com Mato Grosso eram tão fortes que, em 1774, foi extinta a divisão administrativa da Colônia, em vigor desde 1621.

Outro aspecto interessante dos documentos é a oficialização do contrabando nas fronteiras (Carta de Francisco Xavier ao Governador João Pedro da Câmara). O comércio com a Inglaterra e desta com o Oriente explicam a necessidade da prata, metal de primeira ordem fora do circuito comercial atlântico.

A documentação é muito rica, poderíamos nos alongar, principalmente nas sutilezas dos costumes da política colonial. A tensão nas fronteiras, com a invalidação do Tratado de Madrid é grande. A Guerra dos Sete Anos, na Europa, insuflou os espíritos. A Colônia do Sacramento, a Capitania do Rio Grande de São Pedro foram invadidas e a situação só se normalizou com Santo Ildefonso. Nossas fronteiras foram ameaçadas por duas vezes, em 1763 e 1766/67. Esse clima de insegurança também é tônica nos manuscritos. Para concluir, diremos que, pelos poderes recebidos, o verdadeiro monarca era D. Antônio Rolim de Moura, não houvesse um Conselho Ultramarino que tudo sabia e queria...

A exposição rolineana foi o marco das comemorações bicentenárias do grande estadista que por primeiro governou a Capitania de Mato Grosso no século XVIII.

A DESCOBERTA HISTÓRICA DA IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DE MATO GROSSO

*General Carlos de Meira Mattos**

A percepção da importância de Mato Grosso na geopolítica de fixação de nossas fronteiras e da vertebração de nosso imenso território, antecedeu às preocupações do Marquês de Pombal, sobejamente reveladas nas suas famosas cartas ao Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (a quem, na sua correspondência, trata de "meu irmão do coração").

Realmente, a primeira Carta de Pombal a Mendonça Furtado data de dezembro de 1752, e as Instruções assinadas pela Rainha Dona Mariana da Áustria, esposa de D. João V, para a Capitania de Mato Grosso, (criada por desmembramento da Capitania de São Paulo) e nomeando a Dom Antônio Rolim de Moura para seu primeiro Governador e Capitão General, foram expedidas de Lisboa em 19 de Janeiro de 1749. (A Capitania já fôra criada por Carta Régia de 1748), portanto, cerca de 4 anos antes. Nessas Instruções Régias de 1749, a Corte de Lisboa manifesta seus cuidados com a expansão das missões espanholas de Chiquitos, Moxos e com as "investidas" do governo de Santa Cruz de La Sierra em direção ao rio Apuré ou Guaporé, invadindo a fronteira e pondo em risco as minas de ouro e de diamantes da região de Cuiabá. Eis a Recomendação ao novo Governador de Mato Grosso, Rolim de Moura:

Supondo[...] que seja Cuiabá que presentemente se ache mais povoado, contudo que no Mato Grosso (povoado) se requer a maior vigilância, por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do governo se pusesse no mesmo distrito de Mato Grosso, no qual fareis a vossa

* - O autor é sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Militar de Geografia e História, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

costumada residência. Mas será conveniente, também, que algumas vezes vades ao Cuiabá e as outras minas do meu governo[...] Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnato do sertão do Brasil por parte do Peru e quanto é importante que esta causa naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei que se fundasse naquela paragem uma vila (Vila Bela) e concedi privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse a estabelecer-se, e para a decência do governo e pronta execução das ordens se levantasse uma Companhia de Dragões e ultimamente determinei se erigisse Juiz de Fora no mesmo distrito.

Nesta síntese de recomendações das Instruções Régias de 1749 estão expressos o pensamento político do governo português e as medidas necessárias à sua realização. Aparece já o eixo Cuiabá-Vila Bela como centro estratégico da manobra geopolítica destinado a atender às necessidades de povoamento do interior e à defesa do território.

Em seguida, vamos ver a ampliação desta concepção geopolítica contida nas Instruções Régias de D. José (1751) e nas cartas do Marquês de Pombal, principal Ministro do Rei, ao Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará (de 1751 a 1759). Nas referidas Instruções e Cartas surgem as preocupações do governo português em vertebrar o enorme território colonial, destacando a importância do caminho para Mato Grosso, pelos rios Madeira e Guaporé como espinha vertebral da integração da Amazônia com o Sul do país. A placa da manobra estratégica mais uma vez, seria o eixo Vila Bela-Cuiabá. Este eixo destacado como fator de povoamento do interior e de defesa da fronteira (Instruções de 1751). O pólo de Cuiabá vive assim, desde 250 anos passados, a pujança da expressão contida nas Instruções ao seu 1º Governador, Rolim de Moura, *A chave e o propugnato do sertão do Brasil*. Mas, lembram também essas Instruções, da missão que deveria caber a Cuiabá no estreitamento de relações com nossos vizinhos fronteiriços.

As Instruções ao 1º Governador de Mato Grosso antecederam de um ano à assinatura do Tratado de Madrid (1750), fixando os limites territoriais das colônias portuguesa e espanhola na América do Sul. Este Tratado, produto da engenhosidade de Alexandre de Gusmão, brasileiro, Ministro do rei D. João V, veio consolidar o direito luso sobre as terras além da linha de Tordesilhas, já conquistadas pelas Entradas e Bandeiras. Tratava-se, agora, da delimitação física da fronteira legitimada.

É nas Instruções Régias de 1751, ao Governador do Maranhão e Grão Pará, que aparece bem nítida a outra importância dada ao eixo Cuiabá-Vila Bela, agora na estratégia política de integração do território colonial. Dizem as referidas Instruções:

Cabendo no possível o tempo de demorar a frota[...] vós informareis a respeito da abertura do caminho para Mato Grosso.

Completando esta preocupação, o Ministro Marquês de Pombal em carta ao Governador Mendonça Furtado, já agora também Governador da nova Capitania de S. José do Rio Negro (criada em 1755, tendo por capital a vila de Barcelos, no rio Negro), manifesta, em várias ocasiões, o interesse estratégico da abertura do Caminho para Mato Grosso.

O historiador Marcos Carneiro de Mendonça, na sua conferência no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, publicada na sua Revista (nº 251 do ano de 1962) sob o título "O Caminho de Mato Grosso e as Fortificações Pombalinas na Amazônia", oferece-nos o seguinte importante resumo da visão da política portuguesa, referente à vertebração do território brasileiro, contidas nas Cartas:

O Caminho do Mato Grosso via rio Amazonas, Madeira e Guaporé, começava em Belém do Pará e terminava em Vila Bela, fundada no ano de 1752 para ser capital da nova Capitania então criada, de Mato Grosso. Antes disso, para se chegar em maior tempo e não menor dificuldade às regiões auríferas e diamantíferas de Mato Grosso e de Cuiabá, partiam as expedições do Rio de Janeiro para S. Paulo, por terra, ou por mar, via Santos. De S. Paulo, as expedições

transformadas em monções, partiam de Araritagüaba, hoje, Porto Feliz, do rio Tietê, e ao chegarem à sua foz tomavam o Rio Grande, hoje Paraná, à esquerda; baixavam este rio até a embocadura do Rio Pardo, que subiam até as suas nascentes, vencendo inúmeras cachoeiras, das quais, pela descoberta dos irmãos Leme, pelo varadouro do Camapuã, passavam para o rio Coxim e deste para o Taquari, até encontrarem o rio Paraguai, que os levava até Cuiabá, seguindo seu afluente S. Lourenço, e depois pelo próprio Cuiabá. Eram meses de lutas e sofrimentos sem conta, inclusive os ataques que lhes vinham dos índios Paiaguás, tremendos aliados dos castelhanos.

Este magnífico resumo do historiador Marcos Carneiro de Mendonça, sintetiza a estratégia política de Portugal do século XVIII, para colonizar e integrar o enorme território brasileiro, cuja posse acabara de ser legitimada pelo Tratado de Limites de Madrid (1759).

Baseado na extensa correspondência de Pombal com o Governador do Maranhão e Grão Pará, contendo o interesse na articulação vial da Amazônia com Mato Grosso, anexamos a este trabalho o Croquis Histórico "O Triângulo e os Pilares Mestres da Amazônia do Século XVIII", que acompanha a obra "*A Amazônia da Era Pombalina*", três volumes, de autoria do já referido historiador Marcos Carneiro de Mendonça.

Por tudo que vimos, o destino polarizador das forças do Brasil continental, cabe a Cuiabá, reconhecido desde os meados do século XVIII. Verdadeira placa de manobra estratégica para a vertebração da Amazônia com o Sul, há 250 anos passados, hoje é centro de irradiação do desenvolvimento do interior do país, que poderá vir a se transformar num polo de integração do *hinterland* sul-americano, se no futuro se construir uma estrada ligando-a a Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. Pombal na sua correspondência já previra esse papel de centro de integração continental para Cuiabá.

BIBLIOGRAFIA

CORTESÃO, Jaime *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro, M.R.Exteriores, Instituto Rio Branco, 1956.

MATTOS, Carlos de Meira *Brasil Geopolítica e Destino*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

_____. *Uma Geopolítica Pan -Amazônica*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1980.

_____. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1984.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de *A Amazônia na Era Pombalina* - Rio de Janeiro, IHGB, 1963 (3 v.).

_____. "O Caminho de Mato Grosso e as Fortificações Pombalinas na Amazônia". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 251. Rio de Janeiro, 1963.

CANTANDO A TERRA MATO-GROSSENSE

Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro

CANTO I - INTRÓITO

Intróito

Canto aqueles heróicos navegantes
Construtores do mundo moderno
Do rochedo Ibérico celebrados
Ao ultramar jamais conquistado
Timão firme em ondas revoltas
À força da fé d'airosa Armada
Abriram vias de humanidade e luz
Novo reino na terra de Santa Cruz

De coragem marmórea - os nautas
Descobridores lusitanos
Âncoras da história gloriosa
De Cristo domínios levantando
Terras matas rios devassaram
Com grande gênio e segurança
Para os incrédulos revelando
Vivo mundo cheio de esperança

Expandir a nova terra - Brasil amado
Que Pedr'Álvares Cabral descobrira
E Vasco da Gama o mar abriera
Entre disputas e Tratados foram
Os marcos do poder com ferro cravados
De norte ao sul de leste ao oeste infindo
Onde o sol se põe no ardente chão
Já se alevantara o céu ferindo

Canto ao fiel e tenaz bandeirante
De passado futuro e fero
Pela edificação e conquista
Do santuário interior valoroso
De céu luzente paragem pura
Ásperos caminhos do mar distante
Virgem sertão bravo e aurífero
Quão prenhe de formosura
Espalharei por todos os quadrantes
Da terra mato-grossense - a memória
Homens e mulheres suas lutas
Seus árduos labores e glória
Estendendo suas vidas com amor

E inusitada paixão pela terra
Sacudiram-na c'os ventos bramindo
Furor santo de vê-la sempre bela

A Euterpe Deusa da Música e do Olimpo
Musa altaneira que eufemisa co' a lira a dor
Vicissitudes cansaços e enganões do mundo
Ajuda-me a cantar mesmo chorando
D'alma os mistérios e alegrias
Herança sem preço que a chama acende
E faz vibrar o silêncio infinito
Sob o negrume do oceano profundo

Canto às Tágides na Torre de esplendor
De Belém em Camões puseram
Sagrada fama aos versos da conquista ousada
Que deixem passar o báculo canoro
Às ninfas das águas que aqui ordenam
Fazendo moer neste rústico engenho
Reverência à arte da celebrina mente
E do sertão o heróico desbravador

Navegando neste barco sigo cantando
Do Paraná ao Paraguai Miranda ao Cuiabá

Anhanduí Pardo ao Coxim Formoso e
Taquari
Do Tietê ao Guaporé Aquidauana e Piquiri
Mesopotâmias de excelsas águas e cor
Morada do sol do selvícola amigo
D'ouro das vertentes flora fauna e gentes
A este peito aberto emprestem valor

CANTO - II - A DESCOBERTA

1. Homens ao Mar

Içando âncoras ao velho e honrado Tejo
Velas postas ao vento brando e seguro
Ferindo o azul do céu como gaivotas reais
Partiram as naus com destino às Índias
No fiel da bússola o lume da esperança
Lançaram-se os homens ao mar sem
tardança
Sob a égide de D. Manuel - o Venturoso
E de D. Henrique de Sagres o lendário
Infante

Escusado mencionar os pretextos
De se meterem Caravelas n'água
Posto que o achamento da Nova Terra
Das gerações lusas é a glória
Que jaz a sombra da memória
De Cabral e seus companheiros
Que os séculos vão iluminando
Enquanto as idéias vão se apagando

Álvares Cabral - Senhor de Belmonte
Dessa aldeia lusa filho ilustre
Alcaide-Mor de Azurara nobre gente
Com ele soberana e forte
Por aumentar a terra mais que antes
Levando as naves e seus mandados
Entre calmarias e tempestades
A um porto seguro e salvos

São Pedro e Anunciada barcos da esquadra
chefiados pelos lemes afamados de
Nicolau Coelho Vasco d'Ataíde e outros
Célebres pilotos Bartolomeu Dias
Aires Correia Sancho de Tovar e Miranda
Enfrentaram aventuras audaciosas
N'alma a crença de um Adamastor¹
Gigante dos mares sem temor

CANTO - II - A DESCOBERTA

2. Terra à Vista

Terra à vista! Terra à vista!
Vinte dois de abril de 1500
Eis a Boa Nova anunciada: Um grande
monte!...
Ao qual o Capitão chamou Pascoal
Outras serras mais baixias ao sul
Terra chã com imensos arvoredos
Vera Cruz! Vera Cruz! carismático chamou
Donde lançar prumo e âncora mandou

Nas ondas do negro mar Vasco d'Ataíde
Desaparecera para nunca mais
O Capitão fez diligências em vão
Tristes e alegres da terra viram sinais
Aves ervas compridas boiando mar adentro
"Ali ficamos toda aquela noite"...
Na cabeça exultante a vitória
Corpo trêmulo batido pelo vento

Nicolau Coelho a mando do Capitão
Pisa solo firme por primeiro
A ver o estuário do rio ali desembocando
Viram homens que andavam pela praia
Homens rijos ao batel aportando
Com arco e flecha "vergonhas à mostra"
Nicolau fez sinal que os arcos depusessem
- A seus pés os depuseram

A Terra em si - meu Rei e Senhor
"É de muitos bons ares assim temperados"
Como os do Douro e Minho em abril o são
Cheia de arvoredos chã e graciosa
E a estender os olhos se vêem
Terras e árvores a perder de vista
E querendo-a fecundar dar-se-á nela
Tudo quanto se quiser lançar ...

O homem que cá está a resistir
"É a principal semente a salvar"
O melhor fruto nela a produzir
Fazer o que V.Alteza tanto quer
Nestes mancebos de ânimo valente
Bem afigurados porém moucos de saber
Pondo-lhes em sua barbarie o entendimento
"O acrescentamento de nossa Santa Fé"

CANTO II - A DESCOBERTA

3. Os Homens da Praia

Na maré cheia desta jornada vencida
Surgem na praia os homens destes Brasis
Mancebos de bons corpos e faces
Esbeltos como esculturas o são
Cabelos tosquiados corredios
Tosquia alta redonda além das têmeoras
Do poder e da nobreza do varão
Cocar de penas para distinção

Vestidos apenas de água e espuma
Afáveis dóceis quase inocentes
Puros como areia pelas ondas batida
Onde se poderia escrever um poema
Dúvidas dominam de parte a parte
Cobiçam ao colar d'ouro do Capitão
A fazer o navegador se interessar
Acenam para a terra e para o colar

A dois deles deram - lhes de comer
Pão e pescado mel e figos passados
Não quiseram daquilo quase nada
Também o vinho lançaram-no fora
Umhas contas de Rosário viram
Fizeram-se entender que lh'as dessem
À maneira de levá-las e ao colar
Não o podendo - na alcatifa dormiram...

Que perturbante abismo o desconhecido
Conhecer e não conhecer o homem amigo
Que homem sou eu ? que homem é ele?
Homens da praia Índios chamados
Pairam nas mentes perguntas delirantes
O homem da praia de beijos furados
Selvático e cortês amigo ou inimigo ?
Que pensariam dos brancos chegantes?

CANTO - II - A DESCOBERTA DO BRASIL

4. Primeira Missa e Posse da Terra

Domingo de Pascoela sob o azul do céu
Ao canto dos pássaros nas palmáceas
O verde das matas pintando o mar
Mandou o Capitão erguer soberbo altar
Para ouvir e louvar ao Senhor Deus
À Missa que Frei Henrique celebrou
Unindo o selvagem e o conquistador
Da terra firme posse segura tomou

Sob o olhar perplexo do gentil nativo
Os homens do mar de joelhos postados
A cruz beijaram e a paz se deram
Em preito de alegria ao gentio a entregavam
Bandos de papagaios e araras ali vieram
Com ruidosos sons nos céus os
saudavam
Vegetação exuberante pelos rochedos
protegida
Do desértico interior assinalavam

Ao movimento das naus da esquadra
Agora eram doze - uma perdida
Mais de mil homens convictos de fé ardente
Graças ao Senhor renderam contentes
E o vento soprando ligeiro batia
No casco das naus em ondas se erguia
Como espuma bravia do mar saudando

O dever dos nautas vitória acendida

Os reflexos lentos e contínuos das águas
Aos homens terra adentro remetiam
Olhando as trilhas que iam fundo nas matas
O rumo dos montes e rios seguindo
Ao sonho de conquista puseram certo atalho
Às sombras com calor desfazendo
O frio da manhã em doce orvalho
Beberagem que aos deuses festejando iam...

CANTO III - O INTERIOR

1. O Caminho: Lendário Peabiru

- Peabiru!... Peabiru!... - Que é isto !?
Que trabalho insano ! Quem o fez !?
O índio calmo respondia : Peabiru...
Peabiru: Caminho aberto trilha do sem fim
São Thomé - o mítico Apóstolo
Pelo nativo chamado Zamé ou Pay Sumé -
Engenheiro - obra divina construíra
Pregador - sua palavra fora de fé !

Galgando os portugueses a Serra do Mar
Em São Vicente - 1501 - já o encontraram
Longo lendário selvático Caminho
Eitão de oito palmos de largura
De pedras calçado definido transitado
Desfiado como raios de luz do alvorecer
Sobre o mapa das Américas mergulhado
Sistema Viário - ou obra do divino Ser?

O nativo despreocupado ia e vinha
Pelas matas as veredas trilhando
O rumo pelos galhos das árvores marcando
A buscar o alimento da sobrevivência
À espera de um novo mensageiro
Que viesse para o reconquistar
Descobrirando nele o homem primeiro
A terra inteira capaz de dominar

Um fio infindo branco de praia
Molhado pelo Mar ilhado pela Serra
Eis o fóro e a prova do achamento
Daqueles que por isto tanto se afamaram
Penetrar o imponderável interior
Cativar o selvagem - catequizá-lo !
Idéias de conquista e glórias
Rondavam as pegadas da praia virgem

CANTO III - 2. A Rota do Peabiru - Unidade Ameríndia

Lusos e hispânicos com pés de milagre
Do lendário Peabiru houveram vista
Penetrando-o em busca do mistério
Do interior a vontade de conquista
Acelerando o calor da vitória
Peabiru - obrigatório se estendia
Ao poente do Paraná e prosseguia
Atingindo dos Incas o grande Império

Desde então a grande rota se definira
De São Vicente Upanema Morpion
Ou Tumiaru - o Porto assim também
chamado
Passando pela Fazenda de Botucatu
A São Miguel no Paranapanema descendo
Costuravam este rio pela esquerda
Santos Xavier e Inácio tocando e do Paraná
Ao Ivinhema até as nascenças deste subiam

Daí pé por pé terra mato-grossense
cruzando
Infinda Vacaria de pastagem verde
brilhante
Ao poente sempre com a luz de guia distante
O rumo do sol e da fartura grande abrindo
Às cabeceiras do formoso Igarai hoje Apa
De novo fluviais em canoas seguiam fundo
Do fabuloso Paraguai no remanso caindo
Além o Império e outro Mar mais
profundo...

Perlustraram - no homens de ousado valor
Aventurando-se nas sendas da ignota
solidão
A si próprios perguntavam com rara
percepção:
Pra que tanta estrada se não havia
transportador?
O que levava Pay Sumé tamanha obra
construir?
Unidade fê força divina ou de conquistar?
O responso vinha a bailar depois de refletir:
Fora a rota interior entre o Mar e outro
Mar!!!...

CANTO III : O INTERIOR 3. Perlustrando a Terra Mato-grossense

Quiseram os deuses do Olimpo
Que Aleixo Garcia com suas passadas
Fosse o primeiro a descerrar o véu
Das terras d' oeste tão sonhadas
Pela rota do Peabiru c'os ventos rugindo

Trovões feros ecoando no céu
D'água salgada do ocidente caindo
N'água doce do Paraná Grande seguindo

Da beira do mar onde já vivia
Cinco lustros após o descobrimento
Veio o português - Garcia
Pelas bandas d' oeste rumo tomando
As mesopotâmias interior vencera
Na Serra de Maracaju se embrenhando
Pisou firme solo fecundo da Vacaria
Do gado nativo ai se abastecera

Com mais quatro camaradas e índios
Paraguai subindo até a foz do Embotetei
Hoje Miranda - o Porto Itatim fez nascer
Seguiu por Lambaré^{II} ao Império Inca
Acendendo a luz do sertão e a dos Pincaros
O selvagem quando voltava o faz parecer
Gravando na história desta terra bravia
Embora morto o vínculo da primazia

Outros Adelantados vieram com força de
vez
Pela mesma via : Cabeza de Vaca - o notável
Pelo oeste Juan Ayolas de Lambaré
fundador
E Nuflo Chaves de Santa Cruz o criador
Na União das Coroas de Espanha e Portugal
Ruy Dias Melgarejo funda no imenso tribal
À margem do Uacogo - o Aquidauana
A cidade de Santiago de Xerez!

CANTO III : O INTERIOR 4. Santiago de Xerez

Acorda misteriosa Xerez Acorda
Violenta o silêncio dos séculos
Que encobre o sossegado pó

Do desassossegado tempo que te criou
Ensina a cada índio a tua valentia
Conta-nos a riqueza do teu existir
Nas águas do Uacogo ou Embotetei^{III}
Ou nos belos ricos campos de Jaguary

Responde velha Xerez Responde
Que grande enigma se esconde
Na luta do colonizador vivido
No tórrido sol de teus campos
N'água tépida de teus banhados
Às sombras cálidas das aroeiras
Nas curvas lentas do caudaloso rio ou
Nas arquipedras de teus morros santos
Viva Santiago de Xerez Viva
Revela-nos tua face de glórias idas

Tuas alegrias conquistas e tesouros
Deixa que nos orgulhemos de ti
Primeira cidade deste sertão d'Oeste
Maior que o Rio de Janeiro de então
Na era seiscentista criada
Com o fundo veio d'ouro das jazidas

Responde lendária Xerez Responde
Do fundo da terra que te encobriu
Onde estão Escolas Igreja e moradias
Dos quatro mil índios da Nação Chané

Pelo jesuíta audaz catequizados
Os quinhentos europeus Respondam
Por tudo quanto fizeram com fé

Em serena paz Sejam Louvados!

CANTO IV - A CENTÚRIA SETECENTISTA

1. As Contendas

Os ventos horrídeos do violento deus Eolo
Sopraram com ímpeto neste solo
Entre índios se espalhando a fúria
Dos Ibéricos que fizeram destes prados
Seu campo de batalha para dominar
A conquista da terra em fogo acendida
Erguendo mais que a própria vida
O troféu imponderável do poder

O caminho do Peabiru lacrara-o Thomé
Em seu portal erguera Nóbrega glorioso
O Paço do Colégio ousado
Sinal de fé e de fim às contendas
Pelo culto à vida por inteiro
Fazendo crescer o espírito do guerreiro
Na procura de outra era e nova via
De penetração que fosse também a da
salvação

O chão fértil e iracundo da Vacaria
Fora substituído pela rota das águas
Mesopotâmias fantásticas do Paraná e
Paraguai
De numerosas veias encachoeiradas
Conduziram céleres o luso audaz
Em suas pluris seculares canoas

Flutuantes entre a esperança e o receio
De vencer ou morrer ante o florente ideal

CANTO IV - A CENTÚRIA SETECENTISTA

2. O Protesto do Colonizador

A Centúria Setecentista fora tão perversa
Ao colonizador que por Vieira^{IV}
Do púlpito baiano disparou como trovão :
"Parece-nos bem Senhor isto?
Que sejam eles os prosperados
E nós de vossas mãos os deixados
Nós o despojo de vossa ira
O exemplo de vossos rigores?"

Tempo de opressão terror grilhões
Cingem não só o Oeste mas a Pátria
E Vieira em famoso sermão protesta :
Que devemos pedir mais necessário
Senão que nos liberteis desta escravidão
Não hei de pedir apenas pedindo
- Protesto a Liberdade!
"Que não pede favor senão Justiça!"

Vossa mão Senhor que venceu nações
Que sujeitou as terras as gentes e reis
Não co'a força do braço nem a espada
Mas a virtude de vossa destra onipotente
Vossa luz e supremo beneplácito
Sejam o lume a nos tirar da escuridão
Do abismo sem rumo quase perdido
Desta infame guerra de Castela - ambição

Por esta flama altíssima iluminados
Homens ergueram-se predestinados
Em defesa da terra desfraldando
Bandeiras impávidas impetuosas
Que penetraram o sertão audaciosas
Vingadoras dos sofridos confrontos vários
Excluindo os algozes da Pátria humilhada
Ao fazer esmorecer os contrários

CANTO V - O BANDEIRISMO

1. Os Bandeirantes

Bandeirante da minha pátria
Ao desfraldares a bandeira de conquista
Creste no horizonte de nossa grandeza

Na pista da probidade paulista
Posta na historiografia do Brasil

Bandeirante de nossa terra
Forte rijo bravo descobridor
De roteiros enigmáticos
Com avanço de precisão
Fizeste aflorar em todos os cantos
Colonizadoras vias de penetração
Com o índio explorando a riqueza
Pagando co'a própria vida sua afoiteza

À decisão régia saíram as Bandeiras
Afloraram no litoral as primeiras
São Vicente Salvador Rio de Janeiro
O futuro aos poucos foi nascendo
Das passadas gigantescas e duras
"Calções de couro" audazes criaturas
Paulistas nascidos com sangue luso
Correndo em mestiças veias mamelucas

Que sabemos dos homens das Bandeiras?
Sobre-humanos predestinados
Fundiram as raças como barra de ouro
Os Lemes os Pires os Raposos
Míticos lendários heróis do sertão
Abriram o mapa voluntarioso
De norte ao sul de leste ao oeste fundando
No Cuiabá o nosso passado glorioso

CANTO V - O BANDEIRISMO

2. O Monçoneiro

Desde o Tietê até ao Cuiabá
A força d'água pelo peito arrostando
Itaipava corredeira ou cachoeira
Vencera-as o Monçoneiro
Bandeirante do rio doce valoroso
Deus das águas o ouro buscara
Coração enfunado pelo ar fogueiro
Da exuberância da terra se alimentara

Vadeando pelos rios afora
Sem quilha sem leme sem vela
O frágil casco de pau flutuando
No Jupia mão forte nos remos
Pra transpor dos redemoinhos o terror
Lá de cima dentro de si mesmo caindo
O salto Avanhandava majestoso
Explode d'águas a terra sacudindo

À maneira de um gigante que respira
O sorvedouro central se agita
Ora atrai as águas ora as vomita
Ondas semelhantes as do mar
Se levantam sôfregas violentas iradas
Tentando a embarcação derrubar
O Proeiro comanda no compasso
Dez remadores na força do braço

Sucedem-se duzentas manhãs sem temor
Tietê acima Paraná abaixo com fragor
Anhanduy Pardo dos fenícios a arte
repetindo
De contemplar todas as estrelas no céu do
Coxim Taquari Paraguai subindo
São Lourenço Cuiabá chegando
Eis a nova rota d'ouro se esboçando
No mapa por Pascoal Moreira Cabral
Leme

CANTO V : O BANDEIRISMO

3. Descoberta d'ouro do Cuiabá

Festivo dia oito de abril de 1719
Conta Manoel dos Santos Coimbra^v - o
escrivão
Brindaram os deuses aclamando Pascoal
Que seis anos pelo sertão andara
No Real Serviço de Colonizar
Do Tietê ao Paraná do Paraguai ao Guairá

Ao fim de cento e vinte dias a navegar
Descobre ouro e funda Cuiabá

"Descobri nas cabeceiras do Cuiabá
Um ribeiro chamado Coxipó
Com muitos dotes d'ouro" dissera Pascoal
Ali sentamos acampamento com ardor
Os sessenta homens brancos e escravos
N'águas cristalinas reluzira o metal
Fazendo tremer de vida toda a Monção
O reino do gentio vibrou de pura emoção

Ao longe um monte redondo de luz
O sol as estrelas brilhando nos céus
Nas palmáceas o trinado do sabiá

A Verde Cidade - Cuiabá nascera
Pascoal solene por Coimbra lavrando
Ata de Fundação assinada co'os
companheiros
Os Moreira os Roiz Garcia Velho os
Ferreira
Os Ribeiro os Godoi Pedroso e os
Mendonça

Vênus presidira com luz azul tal estação
Em melancólico sorriso que a
Marteencantara
Ali na forquilha do Cuiabá em berço d'ouro
Os sonhos de corajosos homens embalara
Com tanto brilho que as lavras lhes deram
Quando surgiu Miguel Subtil vindo do reino
Sentando morada mais acima na atual urbes
Mais ouro que mel o nativo lhe revelara

CANTO VI - O CICLO DO OURO

1. O Sertão e o Primeiro Governo

O mágico sertão é um paraíso em flor
Estrelas todas e o luar ali cintilam
Raios de sol aquecem a imponência do dia
Pelas chapadas e planícies velozes
Bandos de emas veados macacos
Turbulentas araras mil pássaros em cor
Quebram o silêncio tingindo de púrpura
O azul do céu refletido nos rios e pantanais

A riqueza é paixão que atrai o homem
Quais peixes em piracema^{IV} subindo
Vão chegando com as Monções
Trazendo gente aos borbotões
O militar o padre o juiz o explorador
Cada qual em seu reino reinando
Fecundam a terra e nela erguem morada
Cuiabá se agita no berço dourado

Reinava em Portugal D. José I
O Reformador - que nos manda
Rolim de Moura - primeiro governador
Viera com ela e o agulhão na mão
A ver os limites da Província colossal
Assentando os rumos e as distâncias
Até o Guaporé ali fundando Vila Bela
De Mato Grosso a longínqua capital

D. Rolim - Conde de Azambuja - grande
fidalgo
Pelos cumes das serras e álveos dos rios
Vai fixando limites e direção elegendo
Olhando não só para o presente
Mas o futuro grandioso prenunciando
Ao devassar com fê Mato Grosso inteiro
Despovoado e incógnito até então

Primeira Igreja em Vila Bela foi erguendo

CANTO VI : O CICLO DO OURO

2. Época Áurea Albuquerqueina

Canto o soberbo Midas - deus do ouro
E à memória de Luis d' Albuquerque
Messiânico nobre-lusitano da Beira Alta
Capa Preta em Coimbra
Ao sertão enviado para instruir as gentes
E às lavras brilhar
Com gênio um sonho fez construir
E as raias do gigante Mato Grosso - unificar

Fala Luso-Tropical: tua voz é de ouro
Viveste tua vida neste sertão
Refinada cultura européia cá deixaste
Ouro espiritual dos mato-grossenses
És herói de batalha sem nome
Introduziste no espírito do homem
O medalhão apurado da lingua costumes e
arte
E o carisma da crença lusitana

Corumbá Ladário Cáceres e Poconé
mandou fundar
Pelo Mestre de Campo General
Patrono dos Figueiredo - Antonio José
Erguendo no extremo norte - O Príncipe da
Beira
Marco de glórias às margens do Guaporé
E nas belicosas curvas mansas do rio
Paraguai
O inexpugnável monumento do século
d'ouro - Muralhas de Coimbra - de imensa
audácia e Fé

O faustoso tempo Albuquerqueino formou
Com bravura o mato-grossense genuíno
Fruto da união do pacificado e guapo
Guaicuru
Esta brava gente da planície infinda do
Pantanal
Que ao heróico bandeirante monçoneiro se
aliou
Plasmado-se a identidade das gentes
E o sol da graça de Deus a iluminar os
Confins
Do Xaraé à Vacaria do Xingu ao Guaporé...

CANTO VII - A DEFESA DA TERRA

2. Forte de Coimbra : Monumento à Brasileira da Terra Mato-grossense

I

Celebrado o dia o Rio Majestoso trazia
A Ilha do Coração em seu meio festejada
Lua redonda de espanto de arco-íris
tingindo

Suas formosas águas quando ao pé do
Morro chegava

Mathias Ribeiro - fundador daquela
bastilha

O Guaicuru audaz que servira-o de guia
Dissera-lhe que ali devia seu mandato
cumprir

E não no Fecho dos Morros que outro não
havia

Sentinela avançada da fronteira Oeste
O bi-secular Forte - orgulho brasileiro
História consagrada da resistência colossal
Do gigante mato-grossense colonial
A terra de telurismo em meandros sinuosos
Recortando nas águas belicosas do rio
Paraguai

Trepidantes episódios vai a descrever
A cada novo raiar nova conquista alcançar

Naquela vastidão imensa da planície
pantaneira
Domínio pré-histórico do poderoso
Guaicuru
Intransigente suas terras iradas sacudiam
Enganando o indômito colonizador
monçoneiro
Que capitulou diante de mordaz armadilha
De sagazes índias a aqueles homens
Por elas seduzidos para serem vencidos
No cenário da paliçada do Presidium^{vii} de
Coimbra

Mas a coragem e o ideal do Colonizador
não fenece

Por vezes quer desanimar mas vai em
frente

O Guaicuru seja homem ou mulher luta
bravamente

No confronto daquelas forças díspares
porém sagradas

Uns defendendo senhoriais terras

Outros no mister de vencer com
humanidade as gentes

Do Novo Mundo tão fero e esperançoso

Quão belo e esplendente sua natureza virgem

Notas

* Diretora Presidente da Casa da Memória
"Arnaldo Estevão de Figueiredo, com sede
em Campo Grande (MS), instituição que
abriga, preserva e organiza fontes
documentais de suma importância para a
História de Mato Grosso e de Mato Grosso
do Sul, além de conter o acervo pessoal do
Patrono da Casa, o mato-grossense,
Arnaldo Estevão de Figueiredo.

ⁱ - Adamastor - Gigante dos Mares - figura
mítica camoniana - Canto V Lusíadas

ⁱⁱ - Lambaré Assunção - Capital do
Paraguay

ⁱⁱⁱ - Jaguary - Llânos de Jaguary, como os
espanhóis chamavam a região da Vacaria,
hoje Município de Maracaju, MS

^{iv} - Vieira, Padre Antonio Vieira - nascido
em Lisboa/Portugal. Sacerdote de muitos
méritos espirituais, e um dos maiores
escritores e oradores sacros da língua
portuguesa. Trecho extraído do sermão
"Pelo bom sucesso das armas de Portugal"
(1640), considerado um dos mais
veementes e extraordinário que se tem
ouvido em púlpito cristão.

^v - Manoel dos Santos Coimbra - Ancestral
desta autora, por ser o pai de Isabel Nobre
Pereira, que casou-se em Araraitaguaba,
hoje Porto Feliz - SP, com Antônio José
Pinto de Figueiredo, patronos da frondosa
árvore dos Figueiredo em Mato Grosso.

^{vi} - Piracema - subida do peixe nos rios do
Pantanal para as vertentes em busca da
desova.

^{vii} - Presidium - Nome com o qual foi
fundada a fortificação de Coimbra, em 13
de setembro de 1775.

UM MARCO NA FORMAÇÃO DE MATO GROSSO

Natalino Ferreira Mendes

Na sua mudez pétrea, os monumentos ostentam os sinais indeléveis das grandes lutas alimentadas pelo ideal, chama que eleva e dignifica o homem.

Em Cáceres, assentado na praça Barão do Rio Branco, ergue-se o MARCO DO JAURU tombado, em 1978, pelo Governo Federal. Imponente, causa admiração aos que visitam a cidade, e júbilo aos que nela vivem. Tudo, nesse Marco, é pedra, talhada para dois fins principais: marcar limites dos domínios coloniais das duas Coroas ibéricas na América, e perpetuar a memória de grandes acontecimentos determinantes da nossa formação histórica. Deu-lhe origem o Tratado de Madri, celebrado entre os reis D. João V, de Portugal e D. Fernando VI, da Espanha, assinado no dia 13 de janeiro de 1750.

O Tratado de Madri é mais um sucesso na linha de procedimentos de Portugal em prol do Brasil, inspirados pelo notável brasileiro Alexandre de Gusmão, que ocupava, então, o cargo de Secretário do rei D. João V. Profundo conhecedor da história do Brasil nascente, e acompanhando, atentamente, o sentido que tomavam os acontecimentos na nova terra, buscava, através do estudo e da diplomacia, o melhor para o Brasil do futuro.

Compreende-se, pois, a luta do grande diplomata pela criação de novas capitanias, mormente a de Mato Grosso, que se deu por ato de D. João V, datado de 9 de maio de 1748, para assegurar-lhe a posse, tornando-a povoada e próspera, com "*governo distinto e inteligente*".

Para isso, era necessário acertar com a Espanha as linhas indecisas da extensa fronteira de suas possessões deste lado do Atlântico. Gusmão, com a clarividência da sua visão dos destinos da futura colônia portuguesa, preparava as linhas mestras de um convênio que estabeleceria pacificamente as fronteiras entre as duas Coroas, e poria

fim às constantes guerras entre as duas nações vizinhas. O momento propício para o entendimento chegou, e, no dia 13 de janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri, dois anos depois da criação da Capitania de Mato Grosso.

Documento de alto valor, dele disse o insigne Barão do Rio Branco: *O estudo do Tratado de 1750 deixa a mais viva e grata impressão de boa-fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram esse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização da América.*¹

Não se esqueceu o brasileiro Secretário de D. João V, dos pormenores: *Era necessário* escreve Jaime Cortesão²: *dar ao Tratado um remate simbólico: celebrar sobre o próprio terreno o êxito e a execução do Convênio, proclamando por forma monumental o espírito de concórdia e de respeito mútuo, que inspirara as negociações(...). E fez construir, conforme ainda Cortesão (obra citada), [...]um grande número de marcos de mármore em forma de pirâmide quadrangular, assente sobre um alto pedestal e este sobre um vasto sóco com degrau.*

Um desses marcos, talvez o único sobrevivente, foi colocado em cumprimento do Artigo 7º do Tratado de Madri, na foz do rio Jauru, em 1754. Mais tarde, 1883, foi removido para a cidade de Cáceres, onde permanece até hoje, como monumento nacional.

Ao comemorarmos os 250 anos do surgimento de Mato Grosso como unidade administrativa, mister se faz que repensemos o espírito de compreensão que presidiu a elaboração de um ajuste de convivência entre povos do velho e do novo mundo, e no qual já se previa que os súditos das duas Coroas na América deveriam viver em paz mesmo que houvesse guerra entre elas, na Europa. Paz e boa vizinhança era o que deveria imperar na nova terra.

O historiador Pedro Calmon³ diz que: *[...]como inspirador do Tratado de 1750, Alexandre de Gusmão preconizou a doutrina de Monroe, antecipando-lhe o pensamento essencial, bem antes da fundação dos Estados Unidos e das idéias internacionais que*

ela produziu.

Solezina o Marco do Jauru a vitória da diplomacia sobre as lutas cruentas de fronteira, em busca da paz para os habitantes do novo mundo. Por isso, Alexandre de Gusmão faz gravar na face sul do monumento o lema que nos vem acalentando através dos tempos: *A Justiça e a Paz se beijaram* mensagem aos povos desta terra para que vivamos em paz praticando a justiça.

NOTAS

- 1 *Tratado de Madri, 1750* Dicionário de História do Brasil Ilustrado Moral e Civismo. Edições Melhoramentos.
- 2 CORTESÃO, Jaime *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri.* Parte I, Tomo II, p. 368.
- 3 CALMON, Pedro *Brasil e América.* p. 21.

*Lourenberque Alves**

INTRODUÇÃO

Há quase três séculos, no meio do serrado brasileiro, brotava a semente (plantada pelos sertanistas paulistas e preadores de índios) do Estado mato-grossense. Nascia, é verdade, como parte de uma Colônia que se encontrava a serviço dos interesses do comércio europeu. E, como tal, foi igualmente inserido no processo mercantil - inicialmente, com a produção de ouro; posteriormente, com o extrativismo vegetal destinados ao mercado internacional. E, em contrapartida, importando produtos manufaturados. Com isso, Mato Grosso promovia a acumulação de capital.

Além de promover a acumulação de capital, a Capitania de Mato Grosso deveria ser, no dizer de Virgílio Corrêa Filho, a garantia de todo o Brasil, visto constituir-se a barreira que cobre e guarda o interior do vasto país.

Mas a situação da capitania foi sempre muito difícil. Não houve uma única gestão sem as dificuldades econômico-financeiras. O empobrecimento das finanças públicas espelhava-se no péssimo estado das estradas, mal abertas e pior conservadas, e das vias fluviais, que se encontravam cheias de obstáculos, dificultando o tráfego. Espelhava-se também na falta de carência de numerários para o pagamento do funcionalismo. Os pagamentos atrasavam meses seguidos, inclusive dos que se encontravam nos postos estratégicos militares.

A Coroa portuguesa sabia desse estado de penúria da Capitania. Mas ela não se importava com isso. Interessava tão somente com a preservação de seus domínios (não se importando em que situação

* Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Historiador, Professor de História junto à UNIC.

se encontravam os soldados nas guarnições militares). Isso explica parte das crises econômica e social em Mato Grosso, mas não as justifica. Como também não pode - nem deve - nortear as investigações dos historiadores. Cabe -nos - a exemplo do que já dizia Alcir Lenharo - fazer a crítica, inserir a razão onde é falta, levantar questões, lançar bases teóricas que propiciem o resgate do processo histórico corrente e fundamentem a sua inteligibilidade.

Assim, investigar o processo de criação, implantação e consolidação da Capitania de Mato Grosso é necessidade premente, atualíssima. O simples fato de se terem passados 250 anos de seu surgimento não quer dizer que ela esteja morta, soterrada pelo tempo. A História não adormece na idade da Colônia. Ela pode até ser esquecida, guardada em pequenas latas e prateleiras dos arquivos. Mas não significa que esteja moribunda. Mortal é o ser humano, como também o são as plantas, que morrem ao sol ardente.

A História jamais morre. O fluxo histórico apenas muda de ritmo na passagem do estatuto colonial para o nacional. Resta à pesquisa histórica desvendar as razões objetivas dessa disritmia, cujos desdobramentos marcaram todo o transcorrer desses quase três séculos de aniversário da criação da Capitania de Mato Grosso.

O Brasil a Serviço do Processo Mercantil Europeu

A colonização brasileira está intrinsecamente ligada a uma parte da história comercial européia do século VI¹. Tudo no Brasil - Colônia - atividades econômicas e a própria sociedade - foi estruturado visando a realização dos interesses do comércio europeu. A economia da

1 ALEIXO, Lúcia H. Gaeta. A Propósito do Capital Mercantil em Mato Grosso - séculos XVIII -XIX. In: Revista da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, set. - dez. 1981, p. 20.

2 CHIAVENATO, Júlio J. O Negro no Brasil. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 26.

3 ALEIXO, Lúcia H. Gaeta. Ob. cit., p. 30.

4 Ibdem.

Colônia, através do latifúndio e da monocultura monopolizada, tinha que favorecer o crescimento da economia metropolitana². Da exploração da economia colonial, cuja produção, posta em disponibilidade ao comércio metropolitano, era responsável pela geração de massa significativa de mais valia, apropriada na circulação pela burguesia e Estado metropolitanos.³ Isso significa que a colonização estava totalmente organizada no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia européia.⁴ Para isso tornou-se extremamente necessário produzir aquilo que tinha procura crescente nos mercados da Europa.

Fazendo parte dessa engrenagem expansionista ultramarino da política econômica européia, a produção agrícola do Brasil -Colônia promoveu a garantia do comércio exterior português e, conseqüentemente, o enriquecimento da Coroa e do grupo mercantil. Sabe-se que a exportação colonial rendeu mais de 536 milhões de libras para o comércio externo português a partir do Brasil -Colônia⁵, conforme demonstra o quadro a seguir:

| Produtos | Valores em milhões | Porcentagem |
|-----------------|---------------------------|--------------------|
| Açúcar | 300 | 55,97 |
| Mineração | 170 | 31,70 |
| Pau -Brasil | 15 | 2,80 |
| Couros e Peles | 15 | 2,80 |
| Algodão | 12 | 2,23 |
| Tabaco | 12 | 2,23 |
| Arroz | 4,5 | 0,83 |
| Café | 4,0 | 0,75 |
| Outros | 3,5 | 0,69 |

Fonte: Chiavenato Júlio J. op. cit.,

Assim, a Colônia brasileira cumpria o seu papel: o de

⁵ CHIAVENATO, Júlio J. ob. cit., p. 36.

ampliar a acumulação primitiva do capital nas mãos da burguesia e do Estado lusitano.

Todavia, um problema dinástico (em 1580) impediu Portugal de acumular capitais para promover o desenvolvimento do capitalismo lusitano. Durante sessenta anos (1580 -1640) a Coroa portuguesa ficou submetida ao domínio espanhol.

Para se ver livre do domínio espanhol, Portugal buscou ajuda da Inglaterra. Esta, em troca, passou a fazer bom uso dos portos portugueses na sua própria luta para construir o império britânico e controlar as rotas marítimas do Atlântico Sul e do Mediterrâneo.

O acordo entre Portugal e Inglaterra foi selado com quatro tratados comerciais, iniciado com o de 1642 e terminado com o de Methuen (1703). A propósito, eis um trecho do Tratado de Methuen:

Art.1º - Sua Majestade El. Rei de Portugal promete, tanto em seu nome como no de seus sucessores, admitir para sempre, daqui em diante, no Reino de Portugal, os panos de lã e mais fábricas de lanifício da Inglaterra...

Art.2º - É estipulado que sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome e no de seus sucessores, será obrigada para sempre, daqui em diante, admitir na Grã -Bretanha os vinhos do produto de Portugal...⁶

Assim, em vez de criar uma dinâmica indústria manufatureira, o capital português dirigiu-se para a plantação de uvas e fabricação de vinho. Por essa razão, a economia de Portugal ficou a mercê da britânica. Pois as importações portuguesas excediam as suas exportações para a Inglaterra. Agravando, com isso, o seu balanço de pagamentos desfavoráveis. Tornou-se, portanto, fundamental para Portugal a presença de ouro no Brasil.

Estimulados pela Coroa portuguesa e pela crença de que todo território da América possuía ricos depósitos auríferos, muitos aventureiros embrenharam-se pelo interior da Colônia. Não se preocupando com os obstáculos de uma natureza agreste e regiões

6 SODRÉ, Nelson W. Formação Histórica do Brasil. 11ª ed. São Paulo, DIFEL, 1982, p. 157.

7 DAVIDO FF, Carlos. Bandeirantismo: Verso e Reverso. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 30, (Tudo é História, 47).

8 Ibidem, p. 81.

montanhosas e a fúria indígena.⁷

É importante salientarmos aqui, no entanto, que os bandeirantes adentraram o interior da Colônia não porque eram "grandes heróis" e/ou "construtores épicos do Brasil", como procurou cultivar e difundir a versão oficial do bandeirismo. Mas, sim, porque esses homens tinham urgente necessidade de buscar alternativas econômicas fora dos quadros da agricultura. Além disso, a busca das minas revelava uma nova tentativa de encontrar soluções para a pobreza de São Paulo dos séculos XVI e XVII⁸.

Depois de várias tentativas no interior de Piratininga sem sucesso, o precioso metal foi encontrado em grande quantidade nas Minas Gerais entre o final do século XVII e o início do seguinte.

Iniciava-se, então, a "corrida do ouro". Todos queriam chegar às minas. Não apenas os habitantes da Colônia. Foi significativo, igualmente, o fluxo migratório europeu. A chegada maciça de estrangeiros, que vinham disputar a posse das novas riquezas aos paulistas, logo teve por conseqüência a eclosão de seguidos conflitos entre os forasteiros ou emboabas e os grupos locais. Esses confrontos, no século XVIII, se resolveram pelos meios repressivos utilizados por Portugal.

Em 1809, os emboabas expulsaram muitos paulistas das zonas auríferas de Minas Gerais. Estes últimos, inconformados, partiram à procura de novos depósitos auríferos (surgindo, daí, a exploração de ouro na Bahia e em Goiás, por exemplo) ou voltaram a exercer a atividade do apresamento indígena.

Essa "nova" etapa de caça ao índio - cada vez mais distante e difícil - permitiu um trânsito constante de sertanistas paulistas além da linha de Tordesilhas, contribuindo para o alargamento das fronteiras da Colônia portuguesa e o contato efetivo com Mato Grosso.

Foi, então, através da caça ao índio que os sertanistas paulistas tiveram contato com Mato Grosso - uma região praticamente desconhecida. Ainda no correr do século XVII até começos do século

9 SETUBAL, Paulo. O Ouro de Cuiabá. São Paulo, Editora Nacional, 1933, p. 120.

seguinte, a procura de indígenas mobilizou levas de bandeirantes para os sertões mato-grossenses, até que, através do rio Tietê, atingindo outros rios, passando por Camapuã atual e navegando pelos rios Taquari, Paraguai e Cuiabá (o mesmo trajeto tomado por Pires de Campos), Pascoal Moreira Cabral, seguindo nativos para aprisioná-los e escravizá-los, encontrou ouro às margens do Coxipó, em 1719. Paulo Setubal descreveu assim a "cata de ouro" às margens do rio Coxipó.

Com que furor meteram-se (os integrantes da bandeira de Moreira Cabral) ao trabalho! As águas do Coxipó entupiram-se de lavageiros. Não tinham eles trazidos instrumentos próprios para minerar. Pouco importa! Improvisaram, às pressas, toscas panelas de pau. Improvisaram, com a ferragem da bandeira, rústicos arremedos de aluviões. E as panelas de pau mergulhavam, sem cessar, nos veios da correnteza. E os arremedos de aluvião roncavam, dia e noite, nos tabuleiros das margens. Dos veios, vinham as panelas refertas de areias que luziam. Dos tabuleiros, brotavam cascalhos prenhes de metal que chispava. E os caboclos dentro da água, na alucinação da riqueza, apuravam ouro e mais ouro com frenezi.⁹

Além das minas do Coxipó, outras lavras foram descobertas em terras mato-grossenses, a saber: as lavras do Sutil, em 1722, às margens do Prainha; as da Chapada de São Francisco Xavier (1732), propriamente na região do rio Galera; as dos ribeirinhos de Santana e de Brumado; as do ribeirão da Conceição, em 1736, situadas no sul da Chapada de São Francisco Xavier; as das cabeceiras do rio Arinos onde se fundou o Arraial de Santa Izabel; as de Nossa Senhora dos Remédios, em 1756, a quatro léguas de distância das minas do Cuiabá; as de Beripoconé, em 1777, que, mais tarde, se constituíram no Arraial de São Pedro d'El Rey (atual Poconé); as do Sapateiro (1789), localizada também a quatro léguas do Cuiabá; as do Alto Paraguai, de diamante¹⁰. Prosseguindo as descobertas auríferas, rumo ao Oeste de Cuiabá, alcançando os vales do Guaporé, Sararé e do rio Galera, entre 1770 a 1783, outras lavras foram achadas como a de Nossa Senhora do Pilar, Santana, Ouro Fino, São Vicente, Santa Bárbara e Lavrinha¹¹.

¹⁰ MELGAÇO, Augusto Leverger. Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso. RIHGB, v. 205: out. - dez.1949, p. 288.

¹¹ Ibidem.

Nota-se aí que a indústria extrativa do ouro foi a responsável pela ocupação de Mato Grosso e, igualmente, pelo alargamento das fronteiras da Colônia portuguesa ao extravasar os imaginários limites de Tordesilhas (que definia os limites entre as terras de Portugal e Espanha), resultando na expansão ocidental do Império português na América do Sul. Em função disso, a administração lusitana na região tornou-se essencialmente uma administração militar, que deveria estar preparada para defender os domínios portugueses de ataques indígenas e espanhóis. A própria criação da capitania de Mato Grosso tinha este propósito.

A Capitania de Mato Grosso

A capitania de Mato Grosso foi criada pela Carta Régia de 9 de maio de 1748.

[...]A Capitania) confina ao norte com as Capitánias do Pará e do rio Negro; pelo oriente com as de Goiás e São Paulo; e pelo sul e ocidente com três governos espanhóis, que são: o generalato da cidade de Assunção do Paraguai e os dois governos das províncias de Chiquitos e Mochos - extremo que compreende quinhentas léguas de larga fronteira, toda aberta aos ditos três governos espanhóis, faz por este lado ser da maior importância de Mato Grosso, e deve ser considerada como uma barreira, que cobre e guarda o interior do Brasil (...) A extrema Capitania de Mato Grosso, com os confinantes domínios espanhóis, são por quinhentas léguas de extensão os rios Paraguai e Guaporé com parte do Madeira, os quais devem ser considerados como dois amplos fossos que fecham e defendem não só a entrada para o interior do Brasil, mas riquíssimos sertões que encerram em si famosas minas de ouro e diamantes, e que distam da extrema espanhola pelas imediações de Jaurú e de Vila Bela apenas de 60 até 100 léguas.^{1 2}

A capitania de Mato Grosso foi criada com o propósito de defender os domínios portugueses na Bacia Amazônica e sobre as rotas navegáveis vitais para o abastecimento da região

12 SERRA, Ricardo F. de Almeida. Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. Cuiabá, Edições da Universidade Federal de Mato Grosso, 1975, p. 3, 4.

13 LEITE, Luís Philipe P. Capitães - Gnerais de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1973, p. 12.

mato-grossense (rios Paraguai, Paraná e Guaporé), constituindo-se no antemural da colônia. A respeito, vale a pena citar algum trecho do que afirmou Luis-Philippe:

[...] porque a extensão (de Mato Grosso) ainda excedia a de Goiás, e a distância é muito maior, gastando de São Paulo à Vila do Cuiabá seis meses de trabalhosíssima navegação e dali a Vila Bela outro mês, como pela circunstância de confinar esta vila com o governo espanhol de Santa Cruz de La Sierra, e com as aldeias dos jesuítas castelhanos dos Mochos e Chiquitos, donde nasce que sobrevindo, como já sucedem, e sucederá freqüentemente contendas por causa dos confins e da comunicação, é muito conveniente que ali haja um governador capaz de responder e obrar com acerto em semelhantes e casos para evitar as desconfianças da Corte de Madri, sem pedir o direito dos descobrimentos (...) que (a Capitania) contenha os vizinhos em respeito, e sirva de antemural a todo o interior do Brasil.¹³

Para transformar a recém criada Capitania no antemural da Colônia, os capitães -gerais e governadores procuravam seguir a risca as determinações de Portugal. O primeiro deles, Gomes Freire de Andrade, que a governou do Rio de Janeiro, se assenhoriou dos detalhes relativos aos problemas de administração, questões de fronteiras, militares, fazendários e, enfim, da situação geral da capitania de Mato Grosso. Governou -a por mais de dois anos. Sempre vigilante¹⁴, dava as suas ordens administrativas para a Câmara da Vila do Cuiabá.¹⁵

Não se pode negar a capacidade nem o zelo com que serve a El Rey (...) É ativo e prudente (...) Não obra coisa alguma sem tenção.¹⁶

O segundo governador de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura, tomou posse em 1751. Em cumprimento às determinações da Coroa portuguesa, criou a Companhia de Dragões - responsável pela vigilância constante dos domínios lusitanos na região - e construiu a sede da Capitania num local estratégico no alto do Guaporé, para evitar que os espanhóis se assenhorassem da navegação no rio Guaporé. Além disso, fundou a aldeia de São Miguel de Lasmego, às margens do Guaporé, e ergueu o Forte de Conceição e um posto militar

em Pedras Negras.¹⁷

O terceiro governador e capitão-general, João Pedro da Câmara, tomou posse com a missão expressa de defender e armar a resistência da Capitania. Com este propósito, fundou vários postos avançados de defesa em pontos estratégicos nos rios Jaurú e Paraguai. Tais empreendimentos foram melhorados na administração de Luís Pinto de Souza Coutinho. Este capitão-general, por determinação do Marquês de Pombal, executou a expulsão da Companhia de Jesus da área mato-grossense.

A Companhia de Jesus foi uma das vítimas mais evidentes dos acontecimentos postos em marcha pelas pretensões imperiais do governo de Portugal e pelas tentativas de nacionalizar setores do sistema comercial luso-brasileiro. Dado o pano de fundo do esforço para povoar e explorar tão grande território tropical e subtropical, para estimular casamentos indo-europeus e consolidar o domínio nacional, o choque com os jesuítas tinha de surgir como inevitável subproduto. Os jesuítas dominavam as fronteiras nos dois pontos mais sensíveis e vitais do sistema imperial de D. Luís da Cunha: o rio Amazonas ao norte e os rios Uruguai e Paraguai ao sul.

A política dos jesuítas em relação aos indígenas também ficava a meio caminho, como um obstáculo ao desejo de povoar e de europeizar o interior, mediante a assimilação (...) Opondo-se às autoridades, as missões guaranis pegaram em armas. (Além disso) as missões jesuítas do Paraguai eram consideradas como zona de "comércio vantajoso" para os comerciantes ingleses.¹⁸

A expulsão da Companhia de Jesus da área de fronteira entre portugueses e espanhóis estava intrinsecamente ligada a política portuguesa de "comércio - espionagem - contrabando", que se servia como bandeira de defesa à fronteira. Os padres jesuítas constituíam-se

14 ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, 9 v.

15 PITALUGA, Paulo. Mato Grosso - Erros e Mitos de uma História. 1997, p. 15 (Mimco).

16 RELAÇÕES de Viagem que fez o Conde Azambuja, Dom Antônio Rolim de Moura, da Cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá, em 1751. In: Universidade Federal de Mato Grosso Correspondência, Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982.

17 LEITE, Luís Philipe. Ob. cit., p. 20.

não só em obstáculos a prática desta política lusitana, mas a própria consolidação de força luso-brasileira em toda a fronteira, pois incitavam os índios (principalmente os paiaguás) e sertanistas espanhóis contra os portugueses.

Assim, o combate aos jesuítas significava a garantia de manter os próprios domínios portugueses na região limítrofe de Mato Grosso. Domínios posteriormente mantidos através da criação dos chamados pontos estratégicos militares, durante a gestão do quinto governador da Capitania, Luís de Albuquerque. São eles: Fecho dos Morros e o Presídio de Nova Coimbra (atual Forte Coimbra), às margens do rio Paraguai; e o Forte do Príncipe da Beira, no médio -Guaporé.

Para dar o apoio militar e de suprimentos a essas guarnições, Luís de Albuquerque fundou o povoado de Albuquerque (atual Corumbá), às margens do rio Paraguai, ao norte do Forte de Coimbra e a meio caminho de Vila Bela (sede da Capitania), numa área de altos barrancos margeando o rio e estabelecendo-se abaixo do canal do Tamengo, que une a baía de Cáceres ao rio Paraguai. Além disso, Luís de Albuquerque fundou centros urbanos - que se constituíam na base de sustentação dos domínios portugueses -, a saber: ao sul de Corumbá e mais distante da margem do rio Paraguai, o povoamento de Albuquerque (este permaneceu com o nome original); ao sul de Vila Bela e bem próxima à linha divisória com a Bolívia, Casalvasco; na parte norte do Pantanal, São Pedro de El Rey (Poconé); e, na margem original do rio Paraguai, no ponto em que este cruza com a estrada Cuiabá - Vila Bela, Vila Maria (Cáceres).

Esses núcleos urbanos e os pontos militares - ambos pontos estratégicos de defesa da Capitania - foram logo povoados por índios (bororos e paresis, principalmente) e brancos, atraídos por bugigangas e medidas fiscais e anistia penal, respectivamente. Povoar significava, acima de tudo, garantir e consolidar uma posição de força em toda fronteira.

18 MAXUEL, Kenneth. A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira - Brasil e Portugal -1750 1708 3ª ed. Tradução de João Maia, São Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 44.

Com esse propósito, o capitão-general João de Albuquerque (o sexto governador da Capitania) tratou de aproximar dos índios Guaicurús - os cavaleiros do Pantanal - e atraí-los para os centros urbanos. Mas a malária (que o levou a morte, depois de seis anos de governo) o impediu de realizar completamente tal pretensão.

O sétimo governador da Capitania de Mato Grosso, Caetano de Miranda Montenegro, mal tomara posse e foi logo abalado pela invasão paraguaia (capitaneada pelo governador de Assunção, Dom Lázaro de Rivera) ao Forte de Coimbra (felizmente rechaçada pelos soldados do Forte comandados por Ricardo Franco).

Essa invasão não pode ser vista como fato isolado. Mas, sim, como parte da reação espanhola contra a criação da Capitania de Mato Grosso. A partir de 1748, não foram poucas as medidas de maior vigilância e de cunho militar, tomadas pelos espanhóis. O que fizera a tensão na fronteira aumentar. Justificando, assim, toda a preocupação da Coroa portuguesa em instalar guarnições militares e núcleos urbanos - como pontos estratégicos de segurança e de bloqueio, visando estancar o avanço dos castelhanos pelo rio Paraguai e pela margem oriental do rio Guaporé. As instruções dadas a Rolim de Moura determinaram a projeção amazônica porque, assim, se formaria um cordão de proteção à fronteira que permeasse os rios. A própria defesa da aldeia de Santa Rosa e a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (no Guaporé) provam a opção pela linha de fronteira do extremo-oeste (Guaporé - Madeira - Mamoré) até o Alto-Amazonas.

Para garantir o livre acesso entre a Capitania e o litoral, foi construído o Forte de Coimbra (daí a invasão de Dom Lázaro de Rivera neste Forte, na tentativa de impedir esse livre acesso) e fundado Cáceres. Dentro deste mesmo propósito, construiu-se o Forte do Príncipe da Beira, situado às margens do rio Madeira, tendo por finalidade manter livre acesso entre Vila Bela e Belém do Pará.

Além disso, entre o Forte da Conceição e Vila Bela abriu-se uma estrada por terra para, em caso de ataque, não ser bloqueada a comunicação com a capital de Mato Grosso. Soma-se a isso a criação da

Companhia dos Dragões de Pedestres, o Corpo de Ordenanças, a Legião de Auxiliares e canoas armadas em guerras - para serem empregadas nos rios Cuiabá, Paraguai, Taquari, Guaporé e outros.

Como podemos perceber, a preocupação primeira e única da Coroa portuguesa era a formação de um anteparo à expansão dos interesses espanhóis na América. Mas, estranhamente, ela não se importava com a forma e condição em que eram mantidas as frentes de ocupação, tão pouco interessava se seus representantes enfrentavam fome, doenças, animais ferozes e o atraso de mais de ano de soldos e salários. Isso pode ser percebido num trecho da carta do comandante do Forte do Príncipe da Beira, José Manuel da Cunha, endereçada ao Vice - Rei:

*Aqui carece de tudo, ouro, gente, armas e munições, mas a primeira falta é a que se faz mais sensível, porque sem dinheiro só os índios silvestres é que sabem atacar e defender.*¹⁹

Essa situação dos habitantes da fronteira, por sua vez, gerou um clima permanente de tensão, instabilidade e insegurança interna (o que, em contrapartida, favorecia as invasões castelhanas). Agravada ainda mais pela decadência econômica da região mato-grossense. A completa decadência das jazidas de ouro diminuía a capacidade de consumo da população. Luís D'Alincourt, com uma visão clara dessa crise, fizera a seguinte ponderação:

*(...) uma Província, que só exporta o ouro, e em que a agricultura é fraca; a população não avulta, o ouro é conduzido do seu seio para trocar-se por efeitos, que em breve tempo desaparecem; os descobertos não acham com freqüência, enfim ela vem de certo a cair no estado de pobreza, e a maior parte de seus habitantes fica reduzida a miséria: é disto o exemplo claro, o que sucede a esta Província, onde se tem extraído milhares de arrobas de ouro, porém que tem lucrado! Está reduzida ao mais deplorável abatimento (...) Eis aqui o estado verdadeiro do antemural do Brasil.*²⁰

19 CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 428.

20 LENHARO, Alcir. Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização. Cuiabá, UFMT - Imprensa Universitária - PRODEF, 1982, p.13.

21 Ibidem.

Para fazer frente a essa situação caótica, os últimos capitães-generais e governadores tentaram de várias formas incentivar as finanças de Mato Grosso. Valeram-se, inclusive, da prática do contrabando (favorecido pela própria situação de fronteira). Todos se viram envolvidos com o comércio ilícito ²¹. Rolim de Moura, por exemplo, chegou a informar ao Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, sobre a viabilidade de introdução de produtos manufaturados na região espanhola, limítrofe com as terras mato-grossenses. Isso porque Pombal pretendia canalizar o lucro do contrabando para os cofres da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Esta, em troca, prontificava-se a introduzir manufaturas inglesas em Mato Grosso, pela rota do Madeira, para que fossem colocadas no território colonial espanhol. De cada produto inglês, os comerciantes mato-grossenses, segundo a ordem de Pombal, só poderiam obter, no máximo, um lucro de 12%.

O fornecimento de manufaturas para os domínios espanhóis aumentava consideravelmente seu mercado consumidor, além de receber gêneros de abastecimento para sua posterior revenda em Mato Grosso. O comércio ilícito foi facilitado por três caminhos da Capitania a Chiquitos (região espanhola). Além disso, por meio da navegação do Pará pelo Madeira se vendia aos colonos espanhóis das missões de Mochos não só ouro, mas também laços, bretanhas, lenços, louças da Índia, vidros, instrumentos, ferramentas, em troca de bestas, panos de algodão, sabão e prata.

Entre os produtos adquiridos por Mato Grosso estava a prata. Ela era o elemento fundamental na compra de gêneros importados, obtidos junto aos comerciantes do Centro-Sul brasileiro, uma vez que o ouro era demasiadamente valioso para as compras correntes no mercado. A prata era importante não só para a Capitania de Mato Grosso, mas também para Portugal.

Para Mato Grosso, o contrabando possibilitou-lhe o suprimento de algumas das necessidades mais prementes de seus habitantes. ²²

22 ALVES, Louremberguc. Na *Contracorrente da História*. 1992, p. 123, (Mimeo).

Manuel Carlos de Abreu Meneses procurou sanar as dificuldades das finanças públicas. Mas, vitimado de malária, não pôde empreender nenhum programa a longo prazo.²³ Seu substituto, João Oeynhausien Gravenburg, incentivou o comércio com o Pará, abrindo a navegação do Arinos - Tapajós (1812), e tentou reativar a mineração, criando a Companhia de Mineração de Cuiabá.²⁴ Mas não obteve êxito algum. A propósito, apesar de longo, vale a pena transcrevermos a análise de Virgílio Corrêa sobre a situação financeira da Capitania de Mato Grosso:

Em verdade, ao vencer o primeiro centenário da sua colonização regular, Mato Grosso esmorecia em penosa estemação econômica. O ouro, que lhe causara o povoamento, e que em tão grande cópia fora colhido à flor da terra, já se não apresentava abundante como outrora. Oeynhausien ainda tentou promover-lhe o aumento da produção, organizando, em 1817, a Companhia de Mineração de Cuiabá, que jamais corresponderia às esperanças a que deu causa.

A indústria pastoril e agrícola aproveitaram, é certo, grande parte dos braços que se desviaram da cata do metal. Mas se proporcionavam aos fazendeiros relativa abundância, somente em pequena porcentagem poderiam contribuir para enriquecer os cofres reais. Não produziam artigos de alto valor sobre os quais pudesse o fisco aprofundar as suas garras, nem dispunham de meios fáceis de exportação.

As estradas, por onde apenas trafegavam cargueiros (...), mal abertas, pior conservadas, eram em grande parte assoladas pelos índios, causadores de freqüentes danos aos comboios.

Obstáculos de outra ordem, não menos difíceis de vencer, tais como saltos e corredeiras, topavam os navegantes que preferissem viajar por qualquer das vias fluviais.

Mato Grosso devia ser "a garantia de todo o Brasil", visto constituir "a barreira que cobre e guarda o interior do vasto país" (...) Nos últimos anos, porém, falhara a contribuição que permitisse a Oeynhausien cuidar da instrução e prosseguir nos melhoramentos de que debuchara a traça. Nem ao menos possuía com que prover os armazéns reais, para cujo abastecimento empenhava o seu crédito pessoal junto aos amigos opulentos que lhe pudessem valer.²⁵

23 CORRÊA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 437.

24 Ibidem, p. 438.

25 CORRÊA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 454 - 456.

A situação da Capitania estava realmente difícil.

*O empobrecimento visível das finanças públicas espelha-se na carência de numerário para pagamento de funcionalismo. Os pagamentos atrasavam meses seguidos. Os comerciantes usavam de expedientes para garantir a venda a fiado. Recebiam dos clientes bilhetes de abonos do governo de Mato Grosso que depois eram resgatados em grande atraso (...) Não eram melhores as condições das guarnições militares inteiramente abandonadas à própria sorte. Falta absoluta de recursos.*²⁶

Para resolver tal situação, o décimo e último governador da Capitania de Mato Grosso, Francisco Magessi, tentou fazer com que os direitos de entrada dos produtos que vinham pelo caminho terrestre fossem cobrados em Cuiabá e não em Goiás como ocorria; e proibiu que qualquer quantia arrecadada em Mato Grosso fosse enviada ao Rio de Janeiro, sem sua autorização.²⁷

Contudo, todas essas medidas não surtiram os efeitos desejados. As dificuldades econômicas continuavam ameaçando a sobrevivência de Mato Grosso. Tais dificuldades não permitiam aos cofres públicos sequer manter, com pontualidade, a remuneração de seus empregados civis e militares. Como reflexo da falta de condições em superar seus problemas econômicos e financeiros, a fronteira meridional mato-grossense permaneceu em quase total abandono - comprometendo, assim, seriamente a segurança da região.

Nesse clima de instabilidade econômica, insegurança e intranqüilidade, a 20 de agosto de 1821, as forças de primeira e segunda linha (forças repressivas da Metrópole), o clero, nobreza e povo, reunindo-se nas Casas da Câmara e Paço do Conselho, depuseram Francisco Magessi do governo.²⁸

Depois de Magessi, registrou-se a sucessão de várias Juntas Governativas e, pior ainda, a dualidade de governo, já que avultava a rivalidade entre Vila Bela e Cuiabá (a disputa entre estas duas cidades pela supremacia política da região estendeu-se desde a transferência do poder para Vila Bela, em 1751, até 1835, quando Cuiabá passou a ser, oficialmente, a sede de Mato Grosso).

26 LENHARO, Alcir. Ob. cit., p. 55. Grifos Nossos.

27 CORRÊA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 458.

28 *Ibidem*, p. 463.

A situação da dualidade governativa, com Juntas sediadas em Cuiabá e Vila Bela, tornou-se mais um elemento de instabilidade administrativa, pois criou rivalidades e competições entre essas Juntas e mesmo no interior delas.

Enquanto no próprio seio da Junta, as mesquinhas competições pessoais expunham a administração ao malogro fatal, o povo foi-se entrando na convicção de que o defeito era do regime e não dos homens.²⁹

Na realidade, a criação de Juntas Governativas foi o reflexo do Movimento Liberal Constitucionalista do Porto (1820) no Brasil.

Esse movimento liberal, provocado pela decadência monárquica na Europa e pela insistência de Dom João VI em permanecer no Rio de Janeiro, tinha o objetivo de instaurar, em Portugal, um regime constitucionalista e, por outro lado, recolonizar o Brasil. Foi o que observou, com pertinência, Prado Júnior:

Dirige-se sobretudo contra (...) o absolutismo monárquico, e o regime econômico, social, político e administrativo a ele ligado (...) é certo também que o profundo dano sofrido pelos interesses portugueses com a nova política adotada pelo soberano com relação ao Brasil levou para o lado da revolução setores importantes do Reino, movidos unicamente por este fato. Aquela política representara nada menos que a separação de um secular parasitismo colonial que Portugal se acostumara em que fundava, pode-se dizer, a sua economia. O comércio com o Brasil, que a abertura dos portos em 1808 e tratado de 1810 fizeram passar para a Inglaterra, representava nada menos que nove décimos de todo comércio externo português. Éramos os únicos consumidores - forçados, está visto - dos mediócrs produtos das indústrias portuguesas. Perdido Assim seu principal e quase único mercado (...) Os demais proventos que Portugal, sob as mais variadas formas, recebia do Brasil cessam bruscamente (...) É contra tal ordem de coisas que em grande parte se dirige ao movimento constitucionalista do Porto; e uma de suas preocupações máximas consistirá em reconduzir o Brasil ao antigo regime de colônia.³⁰

29 CORRÊA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 467.

30 PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil: Colônia e Império. 13^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 48.

Com a recolonização, as Cortes de Lisboa tencionavam impedir o avanço do processo de liberalismo das atividades comerciais no Brasil, que provocava a perda das vantagens e privilégios dos portugueses. A perda dos monopólios comerciais significava quase a ruína total da economia portuguesa.

No Brasil, por outro lado, o grupo (composto principalmente de senhores rurais e comerciantes) que se beneficiara com o liberalismo do comércio colocou-se logo em luta contra os portugueses radicados em terras brasileiras, para garantir os privilégios que obtiveram. A própria deposição de Francisco Magessi (representante da Coroa portuguesa em Mato Grosso) tinha este propósito.

Assim, a deposição de Francisco Magessi (1821), que representou, de uma certa forma, uma manifestação da crise do sistema colonial e de rejeição da intenção de recolonização da Coroa portuguesa para uma elite dominante radicada em Cuiabá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi através da caça ao índio que os sertanistas paulistas tiveram os primeiros contatos com a terra mato-grossense. No entanto, o seu povoamento só teve início com a descoberta e exploração das minas auríferas. E, como parte da Colônia, Mato Grosso foi inserido no processo mercantil e, por isso, compelido a exportar toda a sua produção de ouro para o mercado europeu - cumprindo, pois, o seu papel de ampliar a acumulação primitiva de capital nas mãos da burguesia européia. Isso a nível externo. Já no âmbito interno, a acumulação primitiva do capital deu-se com a venda de índios, com o contrabando da prata dos domínios espanhóis e com o lucro obtido através da circulação de mercadorias.

Todavia, dentro desse processo mercantil, Mato Grosso não ficou a salvo das crises econômico-financeiras. Ao longo dos anos, foi notório o empobrecimento das finanças públicas, espelhando-se na carência de numerários para pagamento do funcionalismo. Os pagamentos atrasavam meses seguidos.

Essa situação caótica da economia refletiu de forma negativa na condição de vida da população, sobretudo das camadas pobres de Mato Grosso.

Além das dificuldades financeiras, a sociedade local conviveu também com uma violência institucionalizada - fruto da ocupação de fronteira colonial, das formas de exploração implantadas na região e da própria condição de Mato Grosso como antemural da Colônia, que a colocava sempre na vigilância dos interesses portugueses na região, quer para defender os domínios de Portugal na bacia Amazônica ou quer para garantir a supremacia lusitana sobre os limites de fronteira. Isso, evidentemente, provocou reações imediatas do lado espanhol. O que aumentou a tensão na fronteira.

A tensão na região de fronteira sobreviveu às lutas de conquistas de Portugal e Espanha, refletindo-se no campo diplomático.

Dessas lutas, nasceram e foram assinados tratados entre portugueses e espanhóis. São eles: de Madri (1750), de El Pardo (1761) e de Santo Ildefonso (1777). Este último manteve as conquistas dos Capitães-Generais no mundo amazônico e, particularmente, na Capitania de Mato Grosso. Assim, graças ao Tratado de Santo Ildefonso e às várias gerações de brasileiros, podemos, hoje em dia, usufruir das belezas naturais de Mato Grosso e comemorarmos os quase três séculos de criação do antemural da Colônia.

BIBLIOGRAFIA

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. A Propósito do Capital Mercantil em Mato Grosso - século XVIII a XIX. In: *Revista da Universidade Federal de Mato Grosso*, Cuiabá, set. - dez. 1981.

ALVES, Louremberg. *Na Contracorrente da História*. 1992 (Mimeo).

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, 9 v.

- BARRETO, Antônio E. Muniz. O Fluxo de Moedas entre o Rio da Prata e o Brasil (1800 - 1850). In: *Revista de História*, v. LI, nº 101, Ano XXVI, 1975.
- CHIAVENATO, Júlio J. *O Negro no Brasil*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro Instituto Nacional do Livro, 1969.
- DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirismo: Verso e Reverso*. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Tudo é História, 47).
- LEITE, Luís Philipe P. *Capitães-Generais de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1973.
- LENHARO, Alcir. *A Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*. Cuiabá, NDIRH/FUFMT, 1982.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira - Brasil e Portugal - 1750 a 1808*. 3ª ed., tradução de João Maria, São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- MELGAÇO, Augusto Leverger. Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso. *RIHGB*, v. 205, out. - dez. 1949.
- PITALUGA, Paulo. *Mato Grosso - Erros e Mitos de sua História*. 1997 (Mimeo).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. 13ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

RELAÇÃO da Viagem que fez Antônio Rolim de Moura da Cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá, em 1751. In: Universidade Federal de Mato Grosso - Correspondência, Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982.

SERRA, Ricardo F. de Almeida. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. Cuiabá.* Edições da Universidade Federal de Mato Grosso, 1975.

SETUBAL, Paulo. *O Ouro de Cuiabá.* São Paulo, Editora Nacional, 1933.

SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil.* 11ª ed., São Paulo, DIFEL, 1982.



LUIZ D'ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES

LUIZ D'ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES

*Antônio de Pádua Bertelli**

A Romanização da Lusitânia que ocorre nos Séculos II e I, antes de Cristo, sofre pertinaz reação das hordas de Viriato e depois Sertório. Eram Celtíberos, dos grupos étnicos citas e celtas, cavaleiros fixados no Norte de Portugal (Trás-os-Montes); Alentejo, Alamoas dos Junqueiras e no Centro-Oeste da península misturando-se com os Ibérios, construtores de Castros e Citânias, metalúrgicos e pastores.

Com o estabelecimento das instituições portuguesas, no Século XIII de nossa Era Cristã, surgem as Inquisições, controlando títulos e privilégios, obrigando o uso do sobrenome, da casta, no reinado de D. Sancho II (1223-1248). Será D. Sancho II o doador, da vila, no conselho de Penalva do Castelo, junto a Castendo, onde se ergueu o solar da grei dos Albuquerque, cercado pelas Serras da Estrela, do Caramulo, da Arada e de Montemuro, e drenada pelos tributários do Douro Vinhateiro, com seus bois barroãs, e pela bacias superiores dos rios Vouga e Mondego, este avolumado pelas águas do Dão, do Cojo e do Satão.

Foi nesta região, da Beira Alta, que ocorreu a resistência portuguesa, contra a dominação de romanos, visigodos, muçulmanos e espanhóis. Ali se encontra a leste da Ínsua, e do Solar dos Albuquerque, a famosa Cava do Viriato. Em 10 de Julho de 1662, o rei D. Afonso VI, concede a Manuel de Albuquerque, mencionado expressamente como

Senhor da Casa da Ínsua, e cavaleiro da Ordem de Cristo, carta de brasão de armas, por descender dos verdadeiros Pereiras, deste Reyno da Casa de Freira, por linha direta, legítima, e por parte da dita sua May descende da mesma maneira dos Verdadeiros Albuquerque deste Reyno, donde vem o grande Afonso de Albuquerque da Índia e os Senhores de Pernambuco e da Casa de Villa Verde aparentado com todos os Albuquerque da dita Província,

* - Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

além de que se mostra mais descendentes da ilustre família de Afonseguas, Coutinhos, Almeidas, Siqueiras e Saraivas, a que tenho visto e os mais Autos, julgo que ao suplicante por Legítimo Descendente das ditas gerações e como tal pode tirar o Brazão das Armas delas e gozar das mais e privilégios a elas concedidos na forma de sua petição.

No princípio de 1752, instala-se a Capitania do Mato Grosso, com problemas de todas as ordens, gerado pelo ouro de Cuiabá: guerras contra ao Paiaguás e Guaicurús, escândalos do colarinho branco, e tudo mais, obrigando Rolim de Moura a se empenhar em melhorar as condições da navegação fluvial com os paulistas, Porto Feliz Cuiabá. O Tratado de Madri (1753-1754) fez florescer o povoamento espanhol na banda direita do rio Paraguai, e as ações missionárias que se estendiam, sob o manto dos jesuítas espanhóis, antes derrotados por Antônio Raposo Tavares, Alentejano, de São Miguel de Beja, ganhavam projeção. Em um local habilmente escolhido, vizinho ao Itonamas e Baures, plantaram no Guaporé, o próspero aldeamento, Santa Rosa, controlador de todo o comércio pelos jesuítas castelhanos, a partir de 1761. Em 1763, ali se concentraram os grandes destacamentos militares espanhóis do Prata, Paraguai e Santa Cruz de La Sierra.

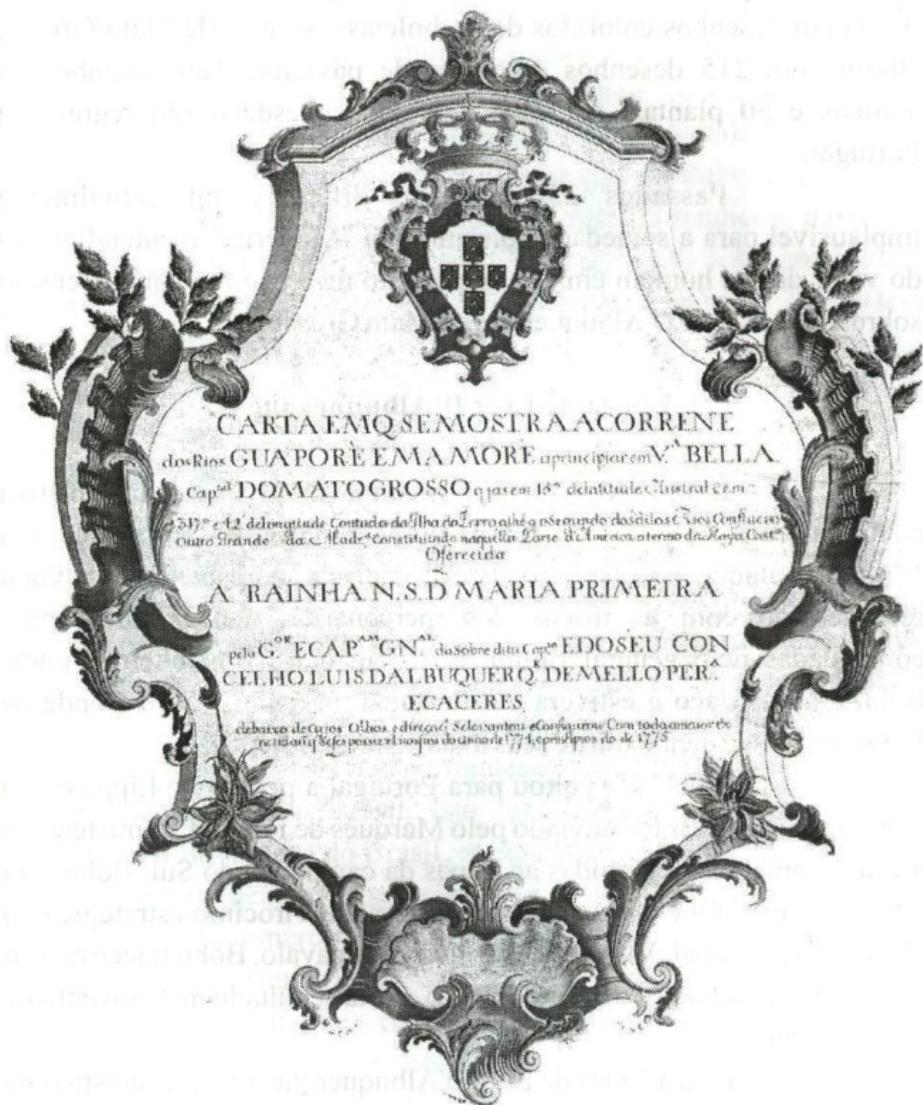
Em 1771, do Rei Dom José I, Rei de Portugal, da dinastia de Bragança, filho e sucessor de Dom João V (Lisboa 1714-1777) por indicação do Marquês de Pombal, na época, são concedidas as credenciais para Governar Mato Grosso, a Luiz D'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, no mês de Julho. Possuía então 31 anos. Nascera em 1739 na freguesia do distrito de Viseu na Beira Alta. Era o décimo senhor de Morgado do Casal Vasco, nono senhor de Morgado dos Mello de Lousã, quinto senhor de Ínsua e de Espichel, Comendador da Ordem de Cristo, Coronel da Infantaria e Mestre de Campo de Auxiliares.

Em Dezembro de 1771, aportava no Rio de Janeiro, e prepara a longa viagem por terra, de observações gerais, físicas, trilhas comércio, etc..., para alcançar Vila Bela, onde será recepcionado com sua comitiva no final de 1772. Durante 16 anos, Luiz D'Albuquerque realiza extraordinário governo no Mato Grosso, sem similar na história universal nesse período.

As instruções passadas, denotavam a incerteza sobre o realismo da política do Estado Português, quanto à segurança das fronteiras, pela falta de um diploma legal internacional que explicitasse limites definidos entre colônias. Tais limites, remontavam as informações da Corte, pelos registros do bandeirante Antônio Raposo Tavares, passados ao Padre Antônio Vieira em 1645. O Distrato do Pardo, em 1761, induziu nos espanhóis a pretensão de posse da margem direita do Guaporé e por conseguinte do Rio Paraguai ao Rio Solis (Prata).

Luiz D'Albuquerque estava cômscio de sua missão histórica e obstinou-se em assegurar a soberania Lusa no extremo oeste, no Mato Grosso, e com argumentos de peso em 1780, oferece à Rainha D. Maria I, filha e sucessora de D. José I (Lisboa 1734, Rio de Janeiro 1816), a "*Idéia Geral de Fronteira*", fundamentada em cartografia atual, destruindo as cláusulas prejudiciais do Tratado de Santo Ildefonso, passando então à execução da Carta Limítrofe do país de Mato Grosso e Cuiabá desde a foz do Rio Mamoré até o Lago Xarayes, ano de 1782 até o de 1790, nascendo assim o Mato Grosso para a geografia física do Brasil.

Cria o registro da Ínsua (1773) instalando a defesa no Iguatemi, a favor dos paulistas. Em 1778, definiu o traçado essencial das posses lindeiras ao longo do Rio Paraguai, criando em Vila Bela, a primeira junta de Saúde e Justiça. Fomentou a Agricultura, desenvolveu o comércio, as finanças, além de modernizar a área urbana da Capital Vila Bela. Ocupou e povoou o Mato Grosso regulando o abastecimento dos povoados. Homem de acurada formação científica, aplicou-se ao conhecimento da fauna e da flora do Pantanal, cujas coleções de desenhos ainda se conservam na Casa da Ínsua, em Portugal, onde



Cartografia do Mato Grosso à Rainha S.M.U.S. Dona Maria I, 1774 - 1775

também se encontra a notável coleção cartográfica do Mato Grosso, o livro com desenhos coloridos de borboletas e insetos de Mato Grosso, álbum com 215 desenhos coloridos de pássaros, 100 desenhos de animais e 50 plantas. Ali estão guardados desde o seu regresso à Portugal.

Passados 250 anos, é difícil e intelectualmente implausível para a sociedade consumidora "Moderna" o entendimento do valor de um homem em sua época. Isto merece um pequeno ensaio sobre a Época Luiz D'Albuquerque no Mato Grosso.

Época de Luiz D'Albuquerque

Luiz D'Albuquerque encontra, após 1771, uma relativa calma em relação aos espanhóis no Mato Grosso. Ocorre que, em 1768, os ataques no sul do Brasil, contra os espanhóis haviam recrudescido com as tropas dos mercenários, vindas de Lisboa, comandadas pelo general Böhm, e o Brigadeiro Engenheiro Funck. Böhm era austríaco e estivera em Portugal, na comitiva do Conde de Lippe, em 1762, sendo um de seus mais distintos oficiais.

Em 1765, voltou para Portugal a pedido de Lippe e, em 1767, veio para o Brasil enviado pelo Marquês de Pombal, como tenente general comandante de todas as tropas da campanha do Sul. Böhm saiu vitorioso em 1769 e prova, com seu sucesso, o Tirocínio estratégico do Marquês de Pombal. Vítima de uma queda de cavalo, Böhm falece no Rio de Janeiro em 22 de Dezembro de 1783 e está sepultado no Convento de Santo Antônio.

Para a época de Luiz D'Albuquerque, merece registro que em 1772, três companhias de mercenários ou Aventureiros faziam a guarnição do forte do Iguatemi, na foz do Rio das Bogas, Sul do Mato Grosso. Este forte foi fundado para conter os espanhóis e contava com 5 baluartes, 2 meios baluartes em terra batida e faxina, e em 1770, contava com 14 canhões. A guarnição era formada por 5 companhias de "Mercenários" paulistas, e uma de artilharia do Rio de Janeiro, num total

de 300 homens. Em 1774, o forte foi atacado pelos índios Cavaleiros Guaicurús, e em 1776 recebeu o reforço de 78 soldados, do famoso e hediondo Regimento Mexia Leite, de São Paulo.

O forte se rendeu aos espanhóis comandados por D. Agostinho Penedo, em 27 de Outubro de 1777, restando em sua triste história o diário de Teotônio José Juzarte e a capitulação do vigário Antônio Ramos Louzada, que por ter assumido a rendição, passou 19 anos encarcerado no forte da Barra de Santos. A ação dos mercenários e aventureiros de São Paulo, então denominada Legião de Voluntários Reais de Portugal, se estende até cerca de 1790, como aventureiros descalços de jaleco e baeta, camisa de algodão e calça que chamam de bombaxa. Esta foi a época de Luiz D'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, no Brasil.

Deve ser lembrado que à época de Luiz D'Albuquerque era o Mato Grosso o maior produtor de ouro da Corte, com o agravante do comércio estar nas mãos dos jesuítas espanhóis como prova Mello Moraes. A especialização dessa região, era refletida pelos produtos transportados pelas frotas. Em 10 anos, dessa época, somente no Porto de Lisboa o movimento da frota comerciante (Carreira da Índia) ultrapassou 800 navios, das quais 300 eram portuguesas e um terço estava diretamente comprometido com o Brasil. Isto fez com que Portugal, graças a centralidade da riqueza do Brasil, recuperasse sua posição na Europa, o que foi inteiramente reconhecido por todas as nações. A grande prosperidade do comércio e do contrabando coloniais forneceram um elo chave na corrente Brasil-Lisboa-Londres.

Os grandes comerciantes de Lisboa, na época, eram protegidos por privilégios especiais e estavam constituídos por comissários volantes (mercadores para a América), principalmente britânicos seguidos de judeus italianos, espanhóis e outros, entre eles, citando-se a Bristow Ward C^o. Os agentes de T. Chase, Wilson C^o, dominando os bens manufaturados exportados para o Brasil via Portugal e o segundo Alexandre de Gusmão, o secretário brasileiro do Rei D. João V, a maior parte da produção de ouro fugia à fiscalização oficial. Em

1769, a Câmara de Lisboa avalia a medida de lucros nas vendas dos comerciantes entre 12 e 15% e no comércio do Brasil, 25 a 30%, e para os jesuítas espanhóis 100%. Tais números transformaram o Século XVIII português em um longo Século de batalhas diplomáticas comerciais, enfeixadas pelas guerras esporádicas contra a Espanha, na América do Sul. Nesse ambiente assume o cargo de Ministro dos Assuntos Exteriores e da Guerra, em Julho de 1750, a mais importante figura histórica portuguesa: Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal (1699-1782).

Exporá, em Viena, suas ambições:

O poder e a riqueza de todos os países consistem, principalmente, no número e multiplicação das pessoas que os habitam, e sendo para Portugal, humanamente impossível obter o número de pessoas necessárias ao próprio Portugal ou das Ilhas Açores e Madeira, sem convertê-lo em um deserto, é essencial a abolição de todas as diferenças entre índios e portugueses e ainda, devemos suprimir o domínio religioso jesuítico sobre as fronteiras.
(MAXWELL, K. *Marquês de Pombal*).

Estabelece então a Companhia do Grão Pará e Maranhão como único modo de retirar o comércio de toda a América portuguesa das mãos dos estrangeiros. Pombal se vê cercado dos colaboradores e conspiradores. A situação sócio-econômica de Portugal limitou estritamente o grupo do qual podia escolher seus colaboradores.

Pombal engrandece a fidalguia portuguesa com a fundação do Colégio dos Nobres, cujo domínio científico pertencia ao célebre professor Giovanni Antônio Dalla Bella. Pombal cria uma geração ilustrada de burocratas, funcionários, fidalgos, militares e cientistas.

O Estado pombalino encorajou o surto industrial. Vinte e sete dos cinqüenta e dois editos reais promulgados para novas indústrias foram expedidos para estrangeiros, um terço deles, para os franceses. Nestes, o mais importante foi para Jacome Ralton, o reexportador do algodão brasileiro para a França (Nascido em Dauphine, na França). Pombal contratou pessoalmente a William Stephens, o inglês



Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal (1699-1782).

que desenvolveu a indústria de vidro. Para a reforma de Coimbra, Pombal mandou chamar o editor romano Nicola Pagliarini, e o transforma em edito do Rei, oficial de Pombal. Pagliarini já havia feito publicações anti-jesuíticas para o embaixador Almada, e fugiu de Roma para Portugal.

Pombal procedeu agressivamente para melhorar as defesas do Brasil. Como ponta de lança, fez Graf Lippe participar e formar a campanha militar, incluindo o general austríaco John Heinrich Böhm e o perito em fortificações, o sueco Jacques Funck; reforçados pelos três dos melhores regimentos portugueses, Maura, Bragança e Estremoz. No Colégio dos Nobres, apanhou os aristocratas mais leais, incluindo entre eles D. Luiz Antônio de Souza (Morgado de Mateus), nomeado governador da restabelecida Capitania de São Paulo (1765), o Marquês de Lavradio, neto do Duque de Aveiro, este irmão do primeiro patriarca de Lisboa, que se torna governador da Bahia (1768) e Luiz D'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.

Com instruções para todos, dizia Pombal:

O espírito [...] pode ser reduzido a três pontos principais:

Defenderás fronteiras

Povoá-las para que possa defender-se por si mesma.

Tornar lucrativo o uso das minas e dos benefícios que venham a ser descobertos neste vasto continente.

Pombal já havia utilizado os primeiros alunos do Colégio dos Nobres, como D. Luiz Pinto de Souza Coutinho, formado em 1767, o Visconde de Balsemão, tomou posse como governador do Mato Grosso em 3 de janeiro de 1769 e governou por três anos, onze meses e dez dias (SILVA, Paulo Pitaluga Costa e - *Governantes de Mato Grosso*). Sucedê-lo à Luiz D'Albuquerque, escolhido por Pombal, no auge das reformas militares e fiscais portuguesas, dizendo Pombal:

Em qualquer decisão no Brasil, use prudência na deliberação, destreza na preparação e perseverança para concluir. (POMBAL RIHGB, 27, 1962)

Abolindo a seguir o sistema de contratos.

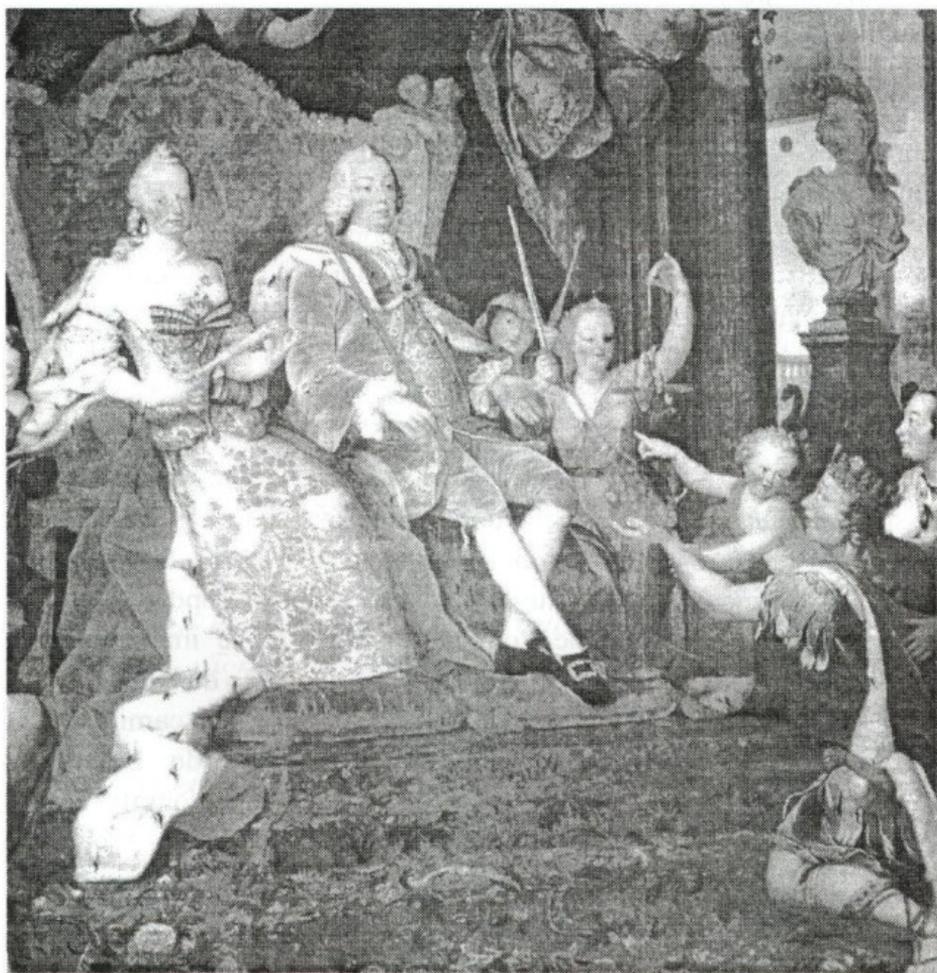
Porém Pombal, enfrenta a conspiração da corte, que

reprime com austeridade, não só luta contra os espanhóis pela disputa pelas terras fronteiriças da região do Rio da Prata, Mato Grosso e Guaporé, entre 1763 e 1777, como também a guerra ao redor da fronteira de Gôas, contra os maratas que consumia recursos, que inibiam os ambiciosos projetos de Pombal para o Brasil, levando o comércio asiático a uma virtual paralisação em 1770. Todos os setores da economia colonial encontravam-se em dificuldades pela concorrência britânica, francesa e holandesa. O comerciante britânico do ouro português, William Brand, retira-se de Lisboa, ocorrendo bancarrotas entre pequenos e grandes comerciantes.

A reação do Marquês de Pombal, frente às oligarquias holandesas, britânicas e francesas, dominadoras do comércio, além de seus postulados frente a certa liberalidade em relação aos grupos étnicos discriminados, como judeus e em seguida aos índios, empurrou definitivamente os grupos comerciais em direção a Nova América, na época o incipiente E.E.U.U.

D. José I falece em 1777, após sucessivos ataques vasculares cerebrais, e a posição de Pombal logo se torna insustentável pela ação dos britânicos. A nova Rainha, Dona Maria I, a primeira soberana na história de Portugal, fora por muito tempo o foco das esperanças dos inimigos de Pombal. Pombal viu-se imediatamente afastado do novo círculo real, oito dias após a ascensão de Dona Maria I SMF. A queda de Pombal foi rápida e os espanhóis abrem caminho para um acordo na guerra de fronteira na América do Sul. Luiz D'Albuquerque, nesse cenário, é encarregado da nova cartografia desses limites.

A queda de Portugal, longe de destruí-lo, aumentou-lhe a reputação, mas forneceu o disfarce ideal para a manipulação do Estado Português, mantendo a oligarquia mercantil e industrial os seus lucrativos monopólios. De Outubro de 1779 a Janeiro de 1780, Pombal é interrogado, com quase oitenta anos de idade, em processo jurídico famoso. Então, o Marquês emprega toda a energia que lhe restava para a sua defesa. Dona Maria encerra o processo, frente à debilidade física do Marquês. Pombal falece em 1782.



Alegoria ao Rei D. José I

O Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra são atacados pela Igreja e opositores. A fidalguia passa então a conduzir Portugal, e os seus membros condicionando o retorno de Luiz D'Albuquerque a Portugal, após administrar o Mato Grosso por dezesseis anos, 11 meses e sete dias, deixando-o em 20 de Novembro de 1789 (MAXWELL, K. *Conflicts and Conspirancies Brazil and Portugal: 1750-1808*, Cambridge, 1973).

O Colégio dos Fidalgos, verdadeira Academia de Ciência Militar, serviu de modelo para várias academias do mundo europeu. Na Alemanha, em Göttingen, local de desenvolvimento dos jovens nobres russos, amparados pelo Czar, forma-se em Medicina, Grigori Ivanovitch Langsdorff, que enceta com Hércules Florence a célebre viagem Porto Feliz a Belém do Pará, acompanhado de Amado Adriano Taunay, que falece afogado no Rio Guaporé, e será enterrado em Vila Bela, na Capela de Santo Antônio dos Militares, ao lado de Ricardo Franco de Almeida Serra. Registre-se que o grande médico russo, para as Universidades Médicas, era o judeu pombalino, Antônio Ribeiro Sanches, de cujos escritos Pombal retira sua ideologia.

Deve-se ao Marquês de Pombal a transformação do antigo colégio das Artes de Lisboa, em Colégio dos Fidalgos. Foi notória a disposição do Marquês em impedir a segregação dos judeus e os biógrafos do mesmo atribuem a vastíssima obra de Antônio Nunes Ribeiro Sanches (Panamacu 1695. Paris 1783) a responsabilidade das reformas econômico-sociais que Pombal iniciou em Portugal.

Antônio Nunes Ribeiro Sanches nasceu no seio de uma família abastada da Beira Baixa, e freqüentou o Colégio das Artes em 1716. Dali rumou a Salamanca onde se formou em Medicina em 1724. Por ser judeu, temia a Inquisição portuguesa e aperfeiçoa-se em Londres, convivendo com Boerhave na Holanda, em 1730. Organiza, a pedido de D. João V, os catálogos de Medicina de Coimbra, sendo contratado para serviço da Corte Russa, em São Petesburgo, em 1735, tornando-se médico do corpo imperial de cadetes. Toda a biblioteca particular de Ribeiro Sanches, encontra-se na Biblioteca Voltaire, em São Petesburgo. Sobre eles falam os russos:

O estrangeirado mais profundo do século XVIII português.

cujos princípios racionalistas, de forma social e a crença no progresso, influenciaram o Marquês.

O processo movido contra o Marquês de Pombal traz para o Mato Grosso um clima de instabilidade e decadência material e humana, instalando-se um caráter espoliativo sem precedentes, resultantes da nova política colonial portuguesa. Nessa nova política, Dona Maria I determinada como o maior e mais ambicioso projeto até então formulado pelos portugueses:

A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Para empreendê-la, socorreu-se do Colégio dos Fidalgos, do Marquês de Pombal, cuja instituição se dera com os cientistas de Bologna e pela sua filosofia liberal, os da Universidade de Padova. Nesse rol de pessoas ilustres que vieram para o Brasil, encontram-se Silva Pontes, Lacerda e Almeida, Ricardo Franco de Almeida Serra, Antônio Giuseppe Landi (Bolonha), Domingos Sambocelti (Padova), Felipe Sturn, André Schwebel (Göttingen), Leopoldo de Breuning e Ignacio Szenmartoni, engenheiros astrônomos, matemáticos, geógrafos e naturalistas.

Para o Pará, outro Albuquerque, da Beira Alta, viera governá-lo, ali chegando em 21 de Outubro de 1783: Martinho de Souza e Albuquerque, em companhia de Alexandre Rodrigues Ferreira e seus auxiliares. Em 30 de Janeiro de 1788, as ordens reais expedidas em Lisboa (em 31 de Outubro de 1787) ordenam que Alexandre vá com seus auxiliares pelo Rio Madeira até a capital do Mato Grosso, retornando a Belém do Pará em 6 de Fevereiro de 1792, para em seguida retornar a Lisboa. Entre os acompanhantes de Alexandre contam João Pereira Caldas, Theodozio Constantino Chermont, Euzébio Antônio de Ribeiro, Joaquim Antunes do Valle, Henrique João Wilekens, Pedro Alexandrino Pinto de Souza, Joseph Joaquim Victório, Francisco Joseph de Lacerda e Almeida, Severino Euzébio de Mattos, Francisco Luiz Carneiro, João Bernardes Borralho, Joseph Joaquim Cordeiro, Antônio Pinto, Padre

Álvaro Lourenço de Fonseca Luzarte, Padre Francisco Pedro Thomaz, Antônio Joseph D'Almeida Braga, 1º Cirurgião, Francisco D'Almeida Gomes, Cirurgião, Joseph Ferreira, ajudante de Cirurgião e, finalmente:

Ricardo Franco de Almeida Serra, dos Serra de Beira Alta, Do. N° 60 Do Soldo Observação da 3ª Partida da Capitania de Mato Grosso, para onde foi expedido da Vila de Barcelos ao 1º de setembro de 1781, na nau Nossa Senhora de Brotas como cosmógrafo, D. João de Arias, encarregado dos instrumentos de sua repartição, com auxiliares D. Simão Atad, Francisco Sinenos, D. Joseph Alonsen e D. Joseph Moraes.

Seguiam Alexandre, os italianos Paizano, Arsnogaldi, Bricallo, Valendito, Caramona, Guido e o relojoeiro Ignacio Marino. Esta expedição leva o Brasil, fosse pelos potenciais encontrados, como pela extensão, ao novo teatro da Política de Portugal, pois chegava ao fim o envolvimento internacional português, cingindo às disputas ibéricas cujo campo fixou-se no Brasil. Assim, alguns historiadores afirmam que foi o banimento imposto ao império comercial britânico, o embrião da Guerra do Paraguai, que eclode setenta anos depois.

Caberia a Luiz D'Albuquerque mandar erigir na margem ocidental do Rio Paraguai o Forte de Coimbra, de início uma simples estacada, em 1775, mas, depois, reconstruído em sua forma atual por Ricardo Franco de Almeida Serra. A planta original se encontra no Arquivo Histórico Nacional da Espanha.

Ao Rei D. José I, Luiz D'Albuquerque aponta como razões para a construção do Forte de Coimbra:

Mais de quatro mil portugueses (sem computar os escravos negros, aventureiros e outros não relacionados), mortos e um prejuízo à Coroa avaliados em três milhões de contos de réis, provocados pelos cavaleiros de corso, do gentio Guaicurú.

O Marquês de Pombal volta suas atenções para o Guaporé, mais precisamente para a Companhia Grão-Pará-Maranhão.

Aos 20 de Junho de 1776, os alicerces do Forte Príncipe da Beira são feitos com a presença de Luiz D'Albuquerque, registrando a

histórica ata, a ordem do Rei D. José I e concedida a direção ao italiano genovês Domingos Sambocetti. São abençoados os quatro baluartes, Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara, Santo Antônio de Pádua e Santo André Avelino, com a presença de Joseph Manoel Cardoso da Cunha, Joaquim Pereira de Albuquerque, Joaquim Lopes Poupino, Thomé Joseph de Azevedo e José de Mello Castro de Vilhena. O grandioso projeto de Sambocetti, com integral apoio do Marquês de Pombal, ocupava posição proeminente no quadro de Política de Fronteira, absorvendo contingente significativo de trabalhadores de todos os níveis e todos os países. Em 1786, ali chega Alexandre Rodrigues Ferreira e registra o desenvolvimento do arraial.

Esta admirável odisséia, feita de pedra canga, arenito comum na região, constitui-se ainda hoje inigualável. Com a morte, por malária, em 1789 de Sambocetti, assume para completá-la a pedido de Luiz D'Albuquerque, Ricardo Franco de Almeida Serra, que depois completará o Forte Coimbra, ali se notabilizando na defesa à invasão paraguaia de 1801.

Com a queda do Marquês de Pombal, o Forte Príncipe da Beira, que deveria controlar o comércio da Companhia Grão-Pará, conhece longo período de abandono. Silenciam os registros históricos e deprimem Luiz D'Albuquerque. Sucumbindo o Marquês de Pombal, sucumbe também a sua obra maior, inigualável. Ao retornar a Ínsua, Portugal, Luiz D'Albuquerque manda que os arquitetos bolonheses, liderados por Bigaglia, o mestre bolonhês da época, a construção com detalhes não encontrados em Portugal onde ainda vicejam plantas tropicais, levadas do Mato Grosso.

Luiz D'Albuquerque foi também um iluminista paradoxal, leal ao seu amado Portugal. Ao ser informado que seria substituído pelo irmão será sua primeira recomendação o predito pelo Marquês de Pombal em relação aos índios: Continuar as obras de Ricardo Franco de Almeida Serra, em relação aos índios cavaleiros ou de curso Guaicurús, iniciado em 1782.

Ricardo Franco, por vinte e cinco anos, dedica-se ao Forte

de Coimbra, à Portugal, ao Mato Grosso e aos índios Guaicurús. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres restabeleceu as ações diplomáticas com os Guaicurús, em 1789, mandando emissários parlamentarem com os capitães dos índios cavaleiros, tendo como intérprete a Negra Vitória. E, finalmente, em 30 de Julho de 1797, os dois capitães cavaleiros são recepcionados pelo governador em Vila Bela da Santíssima Trindade.

O Governador João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Capitão General do Mato Grosso e Cuiabá concede aos capitães da Nação Guaicurús ou Cavaleiros, Paulo Joaquim José Ferreira e João Queimá de Albuquerque, a patente de Capitão, transforma-os em Vassallos Portugueses, súditos de Dona Maria I, assina, com o sinete, e firma em 17 de agosto de 1791, o primeiro tratado de Paz com uma Nação Índia das Américas, ata essa secretariada por Joaquim José Cavalcanti de Albuquerque e Lins, o Tenente-Coronel Antônio Felipe da Cunha Ponte e o Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista encarregado da expedição filosófica e arogo das Nações Índias, se acompanha de Antônio Calheiros Gomes de Abreu, da intérprete e do Sargento-Mor Alexandre Rodrigues Ferreira e os desenhistas Freire e Codina, os documentarão com suas tropas de Cavalos, na travessia do Rio Paraguai no Forte de Coimbra, em 1791.

Chegando em 1791, o irmão de Luiz D'Albuquerque procura atrair as famílias de São Paulo para Mato Grosso. Dos antigos troncos portugueses, Antônio Peixoto de Azevedo requer Sesmaria na Chapada dos Guimarães. Em 1795, era vereador em Cuiabá. Deixa notável descendência, verdadeiro tronco-pilar Mato-grossense, com raízes profundas em Cuiabá. Pela sucessão das ligações familiares com os Sacramento, Cardia, Souza e Oliveira, Montenegro, Nascimento, Carvalho, Azevedo, Pinto, Amarante, incluindo um italiano de Palermo, Verlangieri, chegado a Cuiabá em 28 de Junho de 1869 e, finalmente, com os Pitaluga, associam-se com os Moura, Palmas, Kauffman, Aldo, Müller, de cujas famílias brotará Paulo Pitaluga Costa e Silva, nascido em 24 de Maio de 1946, advogado, filho de Jaime e Carmem Vila

(Cuiabá 1885 São Paulo 1967). Desta Odisséia de Bravos, vilões e Heróis, todos constituíram família no Brasil ou aqui se encontram enterrados.

O tronco Moraes nasce em Sergipe e Pernambuco, por D. José de Moraes, da comissão de limites. Antônio Giuseppe Landi, o construtor de Belém, o maior arquiteto de Bolonha, está enterrado na Igreja Santana da Campininha, em Belém do Pará.

Ricardo Franco de Almeida Serra tem as cinzas veladas com honras militares no Forte Coimbra.

Lacerda e Almeida forma tronco de família em São Paulo.

Theodózio Constantino Chermont faz tronco familiar, ruralista da Ilha de Marajó e político no Pará.

Os Carneiros se unem aos Albuquerque, primeiro em Minas, depois em São Paulo.

Os Simões de Carvalho ocupam os currais velhos da Bahia, e dali se irradiam pelo Sul de Minas, ao estado de São Paulo.

Os Lourenço da Fonseca, constituem famílias de entradistas em São Paulo

Os Paizano, Arnosgald, Bricvalho e Marino radicam-se em Corumbá e logo no século seguinte atraem levas de ítalo-lisboetas para os serviços do porto. Destes, o mais conhecido foi Manoel Cavassa que doa à Igreja Matriz o Querubim de Mármore de Carrara. Sua descendência é formada por médicos, comerciantes, políticos, administradores e advogados.

Hércules Florence radica-se em Campinas E. S. P., e forma família que em gerações sucessivas darão ao Brasil professores, técnicos, juizes e advogados. É guindado como pai da iconografia paulista.

Os Taunay se ramificam e se transformam nos grandes historiadores e comentaristas da odisséia dos bandeirantes e da Guerra do Paraguai, legando-nos sua maior obra: "A Retirada da Laguna".

A coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira é expropriada por Geoffroy Saint Hilaire, que funda com ela a ciência naturalista

Francesa.

Todos deixaram no Brasil um rastro de heróis, graças ao Mato Grosso. E, anotaré Alexandre Rodrigues Ferreira para a história:

Da capital de Mato Grosso, volta para Lisboa, o quarto governador e Capitão-General Luiz D'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.

E tudo será ignorado pelos historiadores portugueses, que jamais se preocuparam com o lugar do Marquês de Pombal entre os reformadores de sua época. O recente interesse pela teoria do despotismo esclarecido, tendeu a ignorar o que representou Pombal para o Brasil, e a criação, por D. José I, do Colégio dos Fidalgos. Deve-se aos comerciantes madeireiros do Brasil o magnífico trabalho de Van Loo, datado de 1766, existente na Câmara Municipal de Oeiras, Portugal, retratando o marquês de Pombal ao consolidar a hegemonia de Portugal sobre o Império Comercial Britânico.

Este paradoxo do iluminismo merece ter a sua época relatada como o foi, com seus limites e imperfeições, pois nela devemos inserir a Luiz D'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, o conquistador do Oeste Brasileiro, o formador do Mato Grosso na história do Brasil. Obs: Escrito na boca do canal de fora da Lagos Gaíba, em viagem pelo Rio Paraguai no barco Tuiuiú, onde se encontra o Morro do Letreiro, dos Índios Guatós também conhecido como Letreiro da Gahyba aos 17 graus e 43 minutos e 36 segundos de latitude aos 9 de Março de 1998, no Mato Grosso.

RECOMENDAÇÕES DE LEITURA

DAVIDSON, D. M. *Rivers and Empire. The Madeira Route and the Incorporation of the Brazilian Far West, 1737-1808.* Tesis Phisology Doctor. Yale University, 1970.

- BEAL, T. *Os Jesuítas, a Universidade de Coimbra e a Igreja Brasileira. Subsídios para a História do Regalismo em Portugal e no Brasil, 1750-1850*. Tese de Doutorado em Filosofia (PHD) The Catholic University of America, 1969.
- ODBRECHT (org.) *O Forte Príncipe da Beira*. 1992.
- MELLO MORAES, J. *História Corográfica do Brasil*. 1864. 4 vol.
- CASAL, Ayres de *Corografia Brasileira*. 1806.
- FERREIRA, A R. *Viagem Filosófica à Capitania do Rio Negro*.
- BERTELLI, A P. *Os fatos e os Acontecimentos com a Poderosa Nação dos Índios Soberanos Cavaleiros Guaicurús*. Uyara, 1986.
- MAXWELL, R. *Marquês de Pombal*. 1996.
- FONSECA, J. F. *Viagem através do Brasil*. 1989.
- FLORENCE, H. *Viagem do Tietê ao Amazonas*. São Paulo, Melhoramentos, 1942.
- METZENER, P. *Ileitch Gigorii Langsdorff*. São Paulo, Brasiliana, 1916.

OS MILITARES EM MATO GROSSO

(Discurso proferido em nome da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso na sessão especial de 26 de agosto de 1998, em homenagem às Forças Armadas Brasileiras)

Lenine C. Póvoas

A 9 de Maio deste ano comemoramos os 250 anos da criação da Capitania de Mato Grosso, em virtude de ato de Dom João V, desmembrando-a da de São Paulo.

Nesse momento histórico nascia Mato Grosso, que desde o seu nascimento esteve ligado às forças militares.

O primeiro governante expressamente nomeado para Mato Grosso foi Dom Antônio Rolim de Moura, Capitão do 2º Regimento de Infantaria da guarnição de Lisboa.

Militar e fidalgo, tão brilhante foi a sua administração, longa de 11 anos e meio, que o Rei resolveu ao fim dela nomeá-lo para Governador e Capitão-General da Bahia, então a mais importante capitania, guindando-o logo depois ao alto posto de Vice-Rei do Brasil, além de agraciá-lo com o título de Conde de Azambuja.

Foi ele o fundador de Vila Bela da Santíssima Trindade, destinada a ser a Capital da recém-criada Capitania, com o que assegurou a posse de toda a margem direita do rio Guaporé, dando ao Brasil tão imenso e rico território.

O carinho da Metrópole na escolha dos governantes mato-grossenses manifestou-se ainda na indicação do 2º Capitão-General, o ilustre Tte. Cel. João Pedro da Câmara, também de nobre descendência.

O 3º Governador, militar, o Tte. Cel. Luís Pinto de Souza Coutinho, aqui permaneceu menos de 4 anos, porque, doente da vista, pediu para retornar a Portugal.

Seu sucessor foi o fidalgo Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Nascido de uma família de alta estirpe, estudou, na juventude, na famosa Universidade de Coimbra, incorporando-se depois como cadete no Regimento de Cavalaria da Beira, onde foi promovido a Alferes.

Tão logo assumiu a governança de Mato Grosso, na Capital do Guaporé, revelou Luís de Albuquerque sua preocupação com os desejos expansionistas dos espanhóis, mandando fundar uma série de fortes e cidades, para obstar-lhes os anseios. Todas essas missões foram cumpridas por militares. Foi assim que pontilhou toda a nossa fronteira com o Paraguai e a Bolívia, de estabelecimentos que comprovavam a posse portuguesa: o forte de Coimbra, a povoação de Albuquerque, - mais tarde Corumbá -; o forte do Príncipe da Beira, na margem direita do Guaporé; a povoação que se tornou a cidade de Cáceres; a povoação que se tornou a cidade de Poconé e a fazenda nacional de Casalvasco, à margem direita do rio Barbados, próxima à fronteira com a Bolívia e a pequena distância de Vila Bela.

Em resumo, podemos dizer que foi a ação dos quatro primeiros Capitães-Generais, todos militares, que deu ao Brasil o perfil territorial que hoje tem.

E como naquela fase da nossa vida política, pelo princípio do *uti possidetis* a propriedade do território caberia a quem nele se estabelecesse primeiro, tiveram os governantes portugueses o bom alvitre de batizar todas as povoações que demarcavam os limites da área ocupada com réplicas de nomes de cidades e vilas de Portugal: Belém, Nazaré, Oeiras, Santarém, Príncipe da Beira, Casalvasco, Ladário, Coimbra, Melgaço, Óbidos, Guimarães e dezenas de outras mais.

A sucessão de Luís de Albuquerque que nos governou por mais de 17 anos, não foi fácil para a Coroa portuguesa, dada a dificuldade de encontrar-se quem aceitasse tão pesada incumbência, o que a levou a nomear o irmão de Luís de Albuquerque, por ele finalmente indicado, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

João de Albuquerque, o primeiro civil a dirigir a

Capitania, não reeditou a brilhante administração do irmão e acabou falecendo vítima de sezões que grassavam no vale do Guaporé.

Sucedeu-o o Dr. em Direito, formado em Coimbra, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Por ordem desse governante, foi fundada a povoação de Miranda, que recebeu esse nome em homenagem ao Capitão-General.

Foi no seu governo que se deu a primeira tentativa dos espanhóis do Prata de conquistarem a região de Mato Grosso ao norte do rio Apa, que o Paraguai sempre afirmava pertencer-lhe, invocando o revogado Tratado de Tordesilhas.

Apresentou-se diante do Forte de Coimbra, a 17 de setembro de 1801, o último governador espanhol de Assunção, comandando forte esquema militar. Tendo enviado atrevida intimação ao Comandante português, o Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra, exigindo-lhe a rendição, recebeu o espanhol D. Lázaro de Rivera dura resposta dizendo-lhe que *os portugueses estavam decididos a não desampararem os seus postos e a defendê-los até às duas extremidades, ou de repelir o inimigo ou de sepultarem-se debaixo dos fortes que se lhes confiaram.*

Após 8 dias de inútil bombardeio, Rivera desistiu da empreitada, retornando, derrotado, a Assunção. Foi essa a primeira grande página da história bélica de Mato Grosso.

O 8º Capitão-General e Governador que reabre o ciclo dos militares foi João Carlos Augusto D'Oeynhausen Gravenburg, Capitão de Infantaria, que já havia sido Governador do Ceará- Também proveitosa foi a sua administração, de mais de 11 anos.

Criou em Cuiabá uma Escola de Aprendizes Marinheiros e de Construções Navais; determinou estudos para trazer água do ribeirão Motuca, por gravidade; instalou um hospital que se tornou a Santa Casa de Misericórdia; instituiu um "Real Hospital Militar"; fundou o "Hospital de São João dos Lázaros", para tratamento e retiro dos hansenianos; instalou em Vila Bela um curso de Medicina, intitulado "Aula de Anatomia e Cirurgia"; patrocinou a fundação de uma

"Companhia de Mineração de Cuiabá"; instalou um "Horto Botânico".

As informações sobre a insalubridade de Vila Bela, onde já haviam falecido dois Capitães-Generais, vítimas das epidemias da região, além de outros funcionários, determinaram que a administração fosse, aos poucos, se transferindo para Cuiabá, que se tornou, assim, a Capital de fato.

O governo português, ao invés de dar a Gravenburg a solicitada exoneração, nomeou-o para governar a Capitania de São Paulo, a essa época já uma das principais do Brasil, agraciando-o com os títulos de Visconde e depois de Marquês de Aracaty.

Tão elevado o conceito em que era tido que atingiu, por merecimento, o topo de sua carreira militar, chegando a Marechal de Campo, tendo sido Ministro por duas vezes e Senador pelo Ceará e, ainda, depois do regresso de D. Pedro I a Portugal, nomeado Governador de Moçambique.

Tais fatos comprovam o cuidado que tinha a Metrópole na escolha dos governantes para a Capitania de Mato Grosso, cujas riquezas já bem conhecia.

O 9º e último governante português foi o Tenente-General Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Realizou ele um governo impopular, o que contribuiu para a nossa independência. A repercussão em nossa terra da rebelião que depôs o Governador de São Paulo - o mesmo Oeynhausem Gravenburg que tão brilhante administração aqui realizara -, gerou um movimento revolucionário chefiado por Navarro de Abreu, cujo epílogo foi a deposição do General Magessi, instalando-se uma Junta Governativa.

Tão importante foi essa fase inicial da nossa vida política que não entendemos porque seja ela omitida nos livros escolares brasileiros, uma vez que a história de Mato Grosso foi um dos capítulos decisivos da história do Brasil, no que diz respeito à sua formação territorial.

Mais estranho ainda parece-me que se sinta difícil ensinar em nossas escolas a história de Mato Grosso, sob a pueril desculpa da

falta de livros, havendo casas de ensino em nosso Estado que a eliminaram de seus currículos alegando a inexistência de professores...

Pouco depois, a 7 de Setembro de 1822, ocorreria o evento da independência política do Brasil e assim entramos em outro período de nossa história. Assinale-se que a notícia da independência só chegou a Cuiabá em começos de 1823!

Durante os 18 anos que abrangeram o período do 1º Reinado e das Regências, 5 Presidentes ocuparam a curul governamental de Mato Grosso. Deles, dois foram militares: o Tenente-Coronel José Saturnino da Costa Pereira e o Coronel Antônio Pedro de Alencastro.

José Saturnino foi a figura mais expressiva, cabendo-lhe presidir eleições para a organização do Conselho Geral da Província (antecessor das Assembléias Legislativas). Determinou ele ainda a fundação de um Jardim Botânico e a exploração de novas rotas nos caminhos para São Paulo.

O outro governante desse período, o Cel. Alencastro (1º desse nome), permaneceu no posto pouco mais de um ano. Coube-lhe instalar a 1ª Assembléia Legislativa, em obediência ao Ato Adicional. Coube-lhe criar a corporação inicialmente denominada "Homens do Mato", que se tornou a Polícia Militar de Mato Grosso e ainda obteve da Assembléia uma lei que oficializou Cuiabá como Capital da Província, funções que já exercia, de fato.

Criou ainda Alencastro a Secção Provincial da Guarda Nacional e as Guardas Municipais, para proverem a segurança pública.

Durante o longo 2º Reinado foi Mato Grosso governado por 28 ilustres brasileiros, dos quais 20 eram militares do Exército ou da Marinha de Guerra.

Acontecimentos importantes ocorreram nesses 49 anos, de 1840 a 1889.

A 6 de Abril de 1856 um fato de suma importância para a vida da Província ocorreu, com a assinatura do "Tratado de Livre Navegação", entre o Brasil e o Paraguai. Essa navegação, vital para Mato Grosso, esteve interrompida durante a ditadura de Gaspar Rodrigues de

Francia, naquele país, longa, de 26 anos, quando Mato Grosso só se comunicava com o restante do Brasil através das penosas viagens por terra.

Em Outubro desse ano de 56, saía do Rio de Janeiro o navio a motor "Maracanã", trazendo a bordo o Capitão Antônio Cláudio Soído, incumbido pelo seu Ministério do estudo das condições de navegabilidade dos rios Paraguai e Cuiabá.

Soído permaneceu em Cuiabá cidade que ele chamou de "agarrativa" durante toda a sua carreira militar, até atingir o posto de Almirante, vivendo entre nós após a sua reforma, até o fim dos seus dias, tornando-se uma das brilhantes figuras das letras mato-grossenses, sendo considerado o precursor do romantismo na nossa literatura.

Dois anos depois da chegada de Soído, outro brilhante marinheiro, Joaquim Raimundo Delamare era nomeado Presidente da Província, depois de ter sido Ministro da Marinha no Gabinete do Marquês de Olinda.

Por ordem do Almirante Delamare foi elaborada a planta urbanística de Corumbá, com suas ruas em "xadrez" e amplas praças, à semelhança das cidades do Prata e em Cuiabá iniciada a construção da Cadeia Pública, hoje ocupada pelo Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa.

Sucedeu-o o Cel. Antônio Pedro de Alencastro, - 2º desse nome -, que teve curta e apagada permanência no cargo. Homem intransigente, mandou prender o Padre Ernesto Camilo Barreto, que lhe movia oposição pela imprensa, quando este pregava um sermão numa missa da Catedral. Por isso, foi Alencastro demitido pelo Imperador. Fato curioso desse período foi o casamento, em Cuiabá, do Capitão Manoel Deodoro da Fonseca, - o futuro Marechal proclamador da República -, com D. Maria Cecília de Souza Meirelles, oriunda de uma família de militares, cujo chefe aqui viera servir.

O sucessor de Alencastro foi o General Alexandre Manoel Albino de Carvalho, em cuja gestão teve início a guerra da

Tríplice Aliança, com a invasão de Mato Grosso por tropas paraguaias.

No período seguinte, quando governava o Dr. José Vieira Couto de Magalhães, nomeado por ter ido o General Albino participar da luta no *front* do sul, ocorreu a gloriosa retomada de Corumbá, operação por ele idealizada e comandada pelo Tte. Cel. Antônio Maria Coelho, figura imortal da nossa história.

Nos episódios da Guerra da Tríplice Aliança, muitos militares brasileiros se projetaram pela bravura com que se houveram na defesa da Pátria.

Na resistência do Forte de Coimbra, novamente atacado em 1864, as figuras maiores foram o seu Comandante, Tte. Cel. Hermenegildo Portocarrero, o Comandante da Marinha Balduino de Aguiar e o Tenente João de Oliveira Melo; na Colônia Militar de Dourados immortalizou-se o Tenente Antônio João Ribeiro, que à frente de uma guarnição de 15 homens enfrentou a guarda avançada paraguaia de 250 soldados, comandada pelo Capitão Urbietta.

Intimado a render-se, audaciosamente perguntou Antônio João a Urbietta se tinha ordem escrita do Imperador do Brasil para que os brasileiros se rendessem. À resposta negativa, bradou: "*Guarda, apontar, fogo!*" Antônio João já havia enviado seu famoso bilhete ao seu Comandante imediato, Cel. Dias: *Sei que morro, mas o meu sangue e dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha pátria.*

Na retirada de Corumbá, novamente mostrou o seu heroísmo o Tte. João de Oliveira Melo, conduzindo, a pé, milhares de pessoas através dos Pantanais transbordantes, até atingir Cuiabá, 4 meses depois, onde foi recebido com extraordinária apoteose e *Te Deum* na Catedral, celebrado pelo Arcebispo Dom Carlos Luís D'Amour.

Na retomada de Corumbá, dois anos depois, as glórias maiores couberam ao Tte. Antônio Maria Coelho, que comandou a ousada operação, e ao Capitão Cunha e Cruz, Oficial morto a golpes de espada quando tentava arrancar a bandeira brasileira das mãos de um inimigo.

No combate do Alegre, no rio Cuiabá, o personagem maiúsculo surgiu na pessoa do Comandante Major José Antônio da Costa.

Na defesa de Cuiabá, a figura homérica foi o Almirante Augusto Leverger, por três vezes Presidente da Província, que já alquebrado pelos seus 63 anos, veio de uma chácara no Coxipó, de madrugada, ao Palácio oferecer-se ao Presidente Albino de Carvalho para organizar a defesa da cidade. Assumiu o comando da tropa entrincheirada na colina de Melgaço, fortemente artilhada. Os inimigos, quando souberam da presença do famoso cabo de guerra, seu velho conhecido, no Comando daquele posto, não se atreveram a subir até Melgaço, muito embora a grande enchente de 1865 facilitasse a navegação de seus pesados barcos.

A autoridade moral do veterano marinheiro fez com que o inimigo retrocedesse, desistindo da idéia de atingir Cuiabá.

Sua atitude levou o Governo Imperial a cumulá-lo de honrarias, concedendo-lhe, inclusive, o título de Barão de Melgaço.

Afeiçoado à terra e à gente cuiabana, estudou, profundamente, a geografia e a história de Mato Grosso, constituindo as inúmeras obras que escreveu, preciosa parcela do patrimônio cultural de nosso Estado.

O episódio máximo da Guerra da Tríplice Aliança, em nossa Província, foi, sem dúvida, a Retirada da Laguna, a tocante epopéia do mais terrível conflito que ensanguentou a América Latina. Reunida no Triângulo Mineiro a expedição que viria expulsar os invasores do sul de Mato Grosso, com cerca de 3.000 homens, sob o comando do Cel. Manoel Pedro Drago, partiu em direção a Miranda.

Chamado à Corte, Drago passou o Comando Geral ao Cel. Galvão. A caminhada por tão ínvias regiões, por charcos quase intransponíveis, por pântanos pestilentos, ceifou 1/3 da tropa antes do primeiro confronto com o inimigo. O próprio Cel. Galvão falecera vitimado pelas moléstias, assumindo o Comando Geral o Cel. Carlos de Moraes Camisão, que viera de Cuiabá.

Empurrando sempre os invasores e atingida a fronteira da República do Paraguai, já se ressentia a tropa brasileira da falta de alimentos e de munições. Não obstante, decidira o Comando seguir até Laguna, fazenda de propriedade do ditador Solano Lopez, onde, segundo informações, havia muito gado. Ao atingir-se a aludida fazenda, constatou-se que o inimigo usava a estratégia da "terra arrasada". Nada havia lá, nem uma cabeça de gado!

Reunido o Estado Maior, foi decidida a retirada, rumo a Aquidauana. Seria humanamente impossível prosseguir.

Nesse momento, violento contra-ataque inimigo resultou na feroz batalha da Laguna, na qual o peso maior recaiu sobre o 21º Batalhão de Infantaria que, sob o comando do Major José Thomaz Gonçalves, portou-se gloriosamente, repelindo-o. Pelo seu comportamento nessa batalha, o 21º Batalhão de Infantaria, que é hoje o 44º BIM, sediado em Cuiabá, recebeu o título de "Batalhão Laguna" e foi homenageado com o "Estandarte Histórico", que orgulhosamente ostenta nos desfiles militares.

Pouco depois que pisaram o solo pátrio, os brasileiros foram novamente atacados por violenta carga de cavalaria inimiga, ferindo-se então a batalha do ribeirão Machorra, conhecida pelo nome paraguaio de "Batalha de Nhandipá", com muitas mortes de parte a parte.

Daí para frente foi o inferno: os heróis brasileiros, em retirada, acossados pela fome, pela escassez de munições, pelas cargas da cavalaria inimiga, pelo constante bombardeio de sua artilharia, pelos temporais, pelo fogo que o invasor ateava nos campos e, para completar tanto sofrimento, pelo cólera que começou a grassar nas fileiras cada vez mais ralas.

Era preciso uma decisão salvadora para evitar que toda a tropa fosse contaminada. Tudo em volta era desespero e morte.

Além de todos os sacrifícios, a tropa carregava os doentes. Como disse o Capitão Alfredo de Taunay, em sua imortal obra "*A Retirada da Laguna*":

(...)a carreta e o carroção, com o dobro da lotação, de todos os lados deixavam pender braços, pernas, cabeças onde já se imprimiam os sinais da morte.

Reuniu o Comandante Camisão o Estado Maior. Uma luta terrível era travada no íntimo de cada Oficial: o sentimento de piedade aos agonizantes em colisão com a rigidez do dever militar. Só havia a solução suprema: abandoná-los!

Descreve Taunay a cena:

Como desvairado, ordenou então o Coronel que, à luz dos fachos, imediatamente na mata vizinha se abrisse uma clareira para onde seriam os coléricos transpostados e abandonados. E, cousa espantosa, resignadamente aceitaram este último golpe da fatalidade"

Chegou o momento do abandono. A todos nós foi intolerável. Deixávamos entregues ao inimigo mais de 130 coléricos, sob a proteção de um simples apelo à sua generosidade, por intermédio destas palavras escritas sobre um cartaz pregado num tronco de árvore: "Compaixão para com os coléricos".

Pouco tempo após nossa partida, já fora do alcance da vista, veio o estrepido de viva fuzilaria apertar-nos os corações. E que clamores indescritíveis então ouvimos! Ninguém de nós ousava olhar para o companheiro!

No dia seguinte, - continuou Taunay tornou-se evidente que o Cel Camisão morreria. Caiu em estado de torpor e sonolência e o corpo cobriu-se-lhe de manchas violáceas: às 7 e meia da noite fez supremo esforço: levantou-se do couro em que estava deitado, apoiou-se sobre o Capitão Lago e perguntou-lhe onde estava a coluna, repetindo que a salvara. Depois, voltando os olhos já vidrados para o seu ordenança, exclamou em tom de comando: "Salvador, dê-me a espada e o revolver". Procurou afivelar o talim e exatamente nessa ocasião deixou-se rolar no chão, murmurando: "Façam seguir as forças, que vou descansar.

E assim expirou.

Na lista dos militares que exerceram cumulativamente as funções de Presidente da Província e Comandante das Armas, destacaram-se o Cel. Rufino Enéas Galvão - Barão de Maracaju -, que fundou o Liceu Cuiabano, um dos marcos da nossa evolução cultural, e o Brigadeiro Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça - o Barão de Batovi -, que reconstruiu e ampliou o edifício do Arsenal de Guerra, dando-lhe o visual que ainda hoje conserva.

Acontecimento marcante foi a vinda para Mato Grosso, para as mesmas funções, do General Floriano Peixoto, depois também Presidente da República. Fato curioso foi que Floriano pretendeu envolver-se nos meandros da política local e numa eleição certo chefe político da periferia de Cuiabá enleou-o nas escamoteações das urnas, derrotando-o. Por isso, no momento de sua partida de volta para o Rio de Janeiro, alguém ouviu Floriano pronunciar, a bordo do navio que o conduziria para o sul, uma frase que se tornou célebre: "*É, Cuiabanos! Vocês de bestas só tem a cara!*"

Outra frase célebre do grande General foi proferida na Capital do Império, quando lhe indagaram onde ficava Cuiabá. O futuro Marechal de Ferro prontamente respondeu: *No fim do mundo há um rio. Atrás desse rio, há um morro. Atrás desse morro fica Cuiabá.*

Após a proclamação da República, o aparecimento de indústrias extrativas, da indústria açucareira, do desenvolvimento da pecuária fizeram surgir uma "elite econômica" que se assenhoreou da política estadual. Ainda assim, tivemos dois militares Presidentes do Estado escolhidos pelo voto direto: o Capitão de Mar e Guerra Antônio Pedro Alves de Barros e o General cuiabano Caetano Manoel de Faria Albuquerque.

Desde os últimos anos do Império ficou clara a necessidade de ser Mato Grosso interligado mais rapidamente ao governo central.

A invasão paraguaia foi levada ao conhecimento do Imperador por carta procedente da Embaixada brasileira em Buenos Aires e pelo relato pessoal do Barão de Vila Maria que foi de Corumbá

ao Rio de Janeiro, a cavalo, transmitir-lhe a desastrosa notícia.

Com a urgência de se distenderem linhas telegráficas até as nossas fronteiras com países sul-americanos, surge a figura de Cândido Mariano da Silva Rondon, glória maior que Mato Grosso ofereceu ao Exército e ao Brasil em tempos de paz.

Linhas telegráficas ligando Cuiabá ao Araguaia, às fronteiras com o Paraguai, com o Forte de Coimbra, com Corumbá, com Cáceres, Vila Bela e, principalmente com o Amazonas, empreendimento este que empresas européia se recusaram a empreitar, tudo isso foi a tarefa gigantesca do Marechal mimoseano, durante quase 15 anos, nos quais realizou estudos minuciosos da geografia, da história, da fauna, da flora e das nossas tribos indígenas, incorporando-as à civilização.

Como se não bastasse, exerceu missões militares na Diretoria de Engenharia do Exército, no comando de tropas legalistas, na Revolução de 1924, no Estado do Paraná e, ainda, após a sua reforma, exerceu missão diplomática representando o Brasil como mediador no conflito entre a Colômbia e o Peru. Além de tudo isso, reuniu Rondon material necessário para uma de suas maiores obras, que foi a Carta Geográfica de Mato Grosso que, posteriormente, serviu de base à elaboração da Carta do Brasil ao milionésimo.

Durante a II Guerra Mundial, Mato Grosso contribuiu com muitos militares à Força Expedicionária Brasileira que foi lutar na Europa. Três dos maiores heróis das montanhas italianas foram cuiabanos: o Capitão João Tarcisio Bueno, o Oficial que recebeu o maior número de condecorações nacionais e estrangeiras, o grande herói de Monte Castelo; o então 2º Tenente Iporan Nunes de Oliveira, o homem-chave que nos abriu as portas da cidade fortificada de Montesi, bradando: "*Pelotão, comigo*"; e o então Capitão Plínio Pitaluga, que comandava o Esquadrão Mecanizado de Reconhecimento, atuou decisivamente para nos permitir a rendição da 148 Divisão de Infantaria do Exército Alemão e da Divisão Bersaglieri da Itália, integrada por 32 Oficiais, 14.778 homens e 2.500 viaturas.

Terminada a guerra, Mato Grosso e o Exército deram ao Brasil, nas eleições que então se realizaram, na pessoa do Marechal Eurico Gaspar Dutra, o Presidente ideal para o momento que se seguiu a 15 anos de constantes agitações populares. Sereno e equilibrado, desfraldou a bandeira da pacificação política. Tendo sido o 1º Presidente que governou com um plano de administração - o famoso Plano Salte -, foi o construtor da 1ª rodovia pavimentada do país, ligando Rio a São Paulo, e a 1ª grande hidrelétrica nacional, a do São Francisco. Não se esquecendo do seu Estado natal, deu início à construção da monumental ponte de concreto sobre o rio Paraguai, em Porto Esperança, e ao início do ramal ferroviário da Noroeste do Brasil de Campo Grande para Cuiabá, que, entretanto, ficou esquecida após a sua saída do Governo.

A Marinha e a Aeronáutica colaboraram sempre com o desenvolvimento de Mato Grosso. A primeira, sediada na sua base de Ladário, mantendo a segurança de nossas fronteiras e da navegação do rio Paraguai e oferecendo assistência às populações ribeirinhas, e a segunda, encurtando distâncias com os vôos do Correio Aéreo Militar, na sua vocação desbravadora.

No período do chamado "ciclo revolucionário", ou dos "governos militares", Mato Grosso experimentou um impulso que ainda não lhe havia sido dado em toda a sua existência.

Na administração Médici, começaram a ser implantados neste Estado os programas federais PIN (Plano de Integração Nacional), com prioridade para a construção da rodovia Cuiabá-Santarém, de cujo total, 793 Kms foram confiados ao 9º Batalhão de Engenharia; o PROTERRA, programa de redistribuição de terras e de estímulo à agroindústria; o CORREXPORT, que estabelecia os "corredores de exportação"; o PROBOR, programa de incentivo à produção da borracha vegetal; e o PRODEPAN, programa especial de desenvolvimento do Pantanal.

De todos, sem dúvida, o mais importante foi o PRODOESTE. Levamos anos e anos lutando por uma rodovia asfaltada

para São Paulo, sem nunca a termos conseguido. Só no Governo Médici ganhamos dois acessos asfaltados ao parque industrial de São Paulo, o primeiro pela rota de Campo Grande e Porto XV; o segundo, pela rota de Rondonópolis, Alto-Araguaia e Itumbiara. Depois, veio ainda o terceiro, pela rota de Barra do Garças e Goiânia, na gestão do General Geisel.

As duas primeiras obras realizadas no Governo Médici, foram decisivas para o progresso que Mato Grosso passou a experimentar, daí em diante.

No setor das telecomunicações, foi extraordinária a atuação do Governo Médici. A Embratel, constituída na administração Castelo Branco, passou a operar, com os troncos de micro-ondas, interligando as cidades do Estado com as principais de todo o país. Esse foi um dos maiores benefícios prestado ao outrora isolado Mato Grosso.

Ainda na administração do General Médici, foram determinados estudos e providências para a nossa interligação ao sistema nacional de energia, mediante a implantação de um linhão que traria a força hidrelétrica de Cachoeira Dourada a Cuiabá, inaugurado nos começos da gestão Geisel.

Pelo Decreto nº 82.045, do Presidente Geisel, foi criada a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, que ostenta o nome glorioso do Barão de Melgaço, com sede em Cuiabá, ato de transcendente repercussão na vida militar e social do Estado.

Outro ato de suma importância foi a federalização das Universidades de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, com sedes em Cuiabá e Campo Grande, respectivamente.

Seria impossível, senhores, e muito extenuante, enumerarmos tudo que Mato Grosso ficou a dever aos militares desde a sua criação.

Tão brilhante história não pode ficar esquecida na elaboração de nossos currículos escolares, nem nas gavetas das administrações. Seria um crime contra o Brasil, porque ela é a fonte que alimenta o patriotismo da nossa juventude.

Valho-me desta oportunidade para homenagear, na pessoa do ilustre General Luiz Henrique de Moura Barreto, a mais alta autoridade militar presente em nossa Capital, a memória de todos que no passado ajudaram a construir Mato Grosso atual e aos que ainda hoje nos auxiliam nessa ingente tarefa.

Mato Grosso dos dias futuros, que pela sua potencialidade econômica vai certamente marchar no pelotão de vanguarda dos Estados brasileiros, quer agradecer, por intermédio da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a todos os construtores de sua grandeza.

Cel Cláudio Moreira Bento

Em 9 maio de 1748, por Carta Régia, o rei D.João V criou a Capitania de Mato Grosso desmembrada da de São Paulo, "*com vistas a conter os vizinhos espanhóis em respeito e servir ela de obstáculo de incursões dos citados vizinhos ao interior do Brasil*".

Esta necessidade se impusera com as descobertas de minas de ouro no vale do rio Paraguai e na chapada dos Parecis (Mato Grosso), em razão de disputas bélicas e diplomáticas que Portugal e Espanha alimentavam, desde 1680, com a fundação por Portugal, defronte a Buenos Aires da Colônia do Santíssimo Sacramento. Localidade estratégica que somente em 1776 passaria em definitivo para Espanha, pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Luta que repercutiu em todo o Oeste do Brasil ,nas bacias dos rios Paraguai e Guaporé, nos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Vale lembrar que segundo nos ensina em sua *História Geral*, Lenine Póvoas, que a denominação Mato Grosso advém de uma enorme mata cerrada entre os rios Jauru e Guaporé.

O 1º Capitão General de Mato Grosso foi o Cap. de Infantaria D.Antônio Rolim de Moura e Conde de Azambuja, primo do rei D. João V, e originário do 2º Batalhão do Regimento de Infantaria da Guarnição Militar de Lisboa.

Suas instruções determinavam que criasse uma Companhia de Dragões (tropa de 1ª linha) e uma Companhia de Ordenanças (3ª linha). Esta companhia de Dragões foi a raiz histórica do Exército em Mato Grosso.

Em 19 maio 1752, já vigorando o Tratado de Madri entre Portugal e Espanha, ele fundou Vila Bela (atual Mato Grosso) como capital da capitania, na margem direita do rio Guaporé. Isto para

possibilitar a vigilância de incursões espanholas partidas do outro lado do rio.

O referido tratado balizava os limites entre Espanha e Portugal em Mato Grosso e por uma reta entre a barra do Jauru no rio Paraguai e a foz do Sararé no rio Guaporé. Esta linha dava para Espanha, segundo Lenine Póvoas, áreas já povoadas por Portugal, inclusive o local da capital Vila Bela. Rolim de Moura governou a capitania 13 anos, até 1764.

Em 1764 assumiu a capitania o Ten. Cel. João Pedro da Câmara. Ele veio através dos rios Amazonas, Madeira e Guaporé, trazendo, como bagagem, canhões para reforçar as defesas da Capitania. Foi feito épico vencer com estes canhões a série de cachoeiras e corredeiras em seu itinerário a partir da atual cidade de rio Branco - RO.

Em out. 1776 ele repeliu uma tentativa espanhola no forte da Conceição na margem direita do Guaporé, para nela firmar-se.

Em 1º jan. 1769 assumiu a capitania o Ten. Cel. Luiz Pinto de Souza Coutinho ao qual coube expulsar os jesuítas de Mato Grosso por ordem do Marquês de Pombal, em função da resistência militar com os índios missioneiros à evacuação dos Sete Povos das Missões no Rio Grande Sul para serem ocupados por Portugal em cumprimento ao Tratado de Madri.

Para não deixar dúvidas sobre a posse portuguesa de determinadas localidades mudou os seus nomes para os de existentes em localidades de Portugal, tais como fortes Bragança e Lamego, Leomil(sua terra natal), Chapada dos Guimarães (homenagem a Guimarães, considerada a berço da nacionalidade portuguesa), Palmela e Amarante.

Em 13 dez 1772, assumiu o governo da capitania em Vila Bela o Cap. Cavalaria D. Luiz de Albuquerque Pereira e Cáceres, um jovem culto e prestigiado e, providencial, por experiente na construção das fortificações de Almeida e Ribeirão Tourões, junto a fronteira Espanha - Portugal.

Viajou por terra do Rio de Janeiro a Vila Bela pelo

seguinte itinerário, hoje balizado pelos seguintes locais: Rio - Paraíba do Sul - Paraibuna - Juiz de Fora - Ouro Preto - Sabará - Paracatu - Pirenópolis - Brasília - Cuiabá - Vila Bela. Sua viagem demorou 92 dias. Seu percurso foi de cerca de 3.700 km. Permaneceu em Goiás cerca de um mês. Conhecemos mapa na Comissão de História do Exército em Brasília, a sua passagem pela hoje Brasília.

Sua missão de elevado alcance geopolítico foi a de fundar fortificações, vilas e povoados para vivificar a fronteira com a Espanha em Mato Grosso. Foi assim que ele fundou: Em 1774, o Registro de Bauru; em 1775 o forte de Coimbra; em 1776 iniciou o forte Real Príncipe da Beira (atualmente território de Rondônia); em 1778 fundou Corumbá; em 1781 Poconé (ex . São Pedro del Rei) e, em 1781, Casalvasco.

E durante 35 anos de ação administrativa continuada os capitães generais de Mato Grosso Rolim de Moura, Pedro da Câmara, Souza Coutinho e Luiz Cáceres delinearão e desenvolveram as defesas da capitania de Mato Grosso ou, do Brasil Colônia no Oeste, para conter os espanhóis em seus domínios.

Segundo o gen. Raul Silveira de Mello, o conjunto fortes de Coimbra e Príncipe da Beira representaram os punhos defensivos da capitania e Corumbá o seu capacete protetor.

Este dispositivo defensivo foi útil como elemento dissuasor de aventuras expansionistas espanholas durante o período de disputas bélicas e diplomáticas entre Portugal e Espanha entre 1760 -77 pela posse definitiva de Colônia do Sacramento defronte a Buenos Aires, como se verá.

Enquanto Mato Grosso se fortificava e era povoado, estas eram as situações militares em São Paulo e no atual Rio Grande do Sul:

Um ano antes do Capitão General Rolim de Moura deixar a capitania de Mato Grosso, o Rio Grande do Sul, comandância militar subordinada ao Rio de Janeiro, fora invadido pelo litoral, por potente Exército ao comando do gen. Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires. Ele conquistou a vila do Rio Grande e territórios adjacentes que

seriam dominados pelos espanhóis até 1º de abr. 1776, quando foram expulsos em definitivo. Assunto que abordamos em *A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul 1774 -76*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996.

Enquanto isto os capitães gerais Pedro Camargo, Souza Coutinho e Luiz Cáceres fortificaram Mato Grosso.

São Paulo, por sua vez, dentro do mesmo contexto de guerra contra os espanhóis, fundou em 1767, no vale do rio Iguatemi, em região insalubre e afetada pelo impaludismo, a Fortaleza N.S dos Prazeres do Iguatemi. Ela foi atacada e destruída por espanhóis em 27 out. 1776, por poderosa expedição terrestre espanhola partida do Paraguai, quando já fazia quase 7 meses que os espanhóis haviam sido definitivamente expulsos do Rio Grande do Sul. Cumpriu no entanto esta fortificação, que consumiu centenas de vidas de soldados paulistas dizimadas por doenças, a sua destinação geopolítica, ao definir o destino brasileiro da região ao norte de onde fora erigida e que hoje integra o Mato Grosso do Sul.

Aos 4 primeiros capitães gerais da capitania de Mato Grosso e aos seus bravos colaboradores muito deve o Brasil e os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a inviolabilidade do Oeste do Brasil na guerra de 1763 -76. Esforço defensivo que fixou importantes efetivos espanhóis que poderiam ter reforçado a frente Sul.

Somente em 1801 o Mato Grosso sofreu o seu primeiro ataque na Guerra do 1801, extensão de guerra entre Portugal e Espanha na península ibérica, quando a última invadiu Portugal e conquistou a cidade portuguesa de Olivença.

A segunda foi em dez 1864 quando os paraguaios invadiram o Brasil por Mato Grosso conquistando o forte de Coimbra, Corumbá, Dourados etc que mantiveram em seu poder durante longo tempo.

Em ambas o forte de Coimbra enfrentou forças atacantes muito superiores. Em 1801 a resistência a um ataque fluvial espanhol chefiado por D. Lázaro da Ribeira, foi liderado pelo idealizador, projetista, construtor do forte o cel. Ricardo Franco de Almeida Serra, atual patrono dos engenheiros militares do Exército e que foi estudado pelo gen. Raul Silveira de Mello na obra *Ricardo Franco*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1953. Obra em que conta inclusive como localizou os restos mortais do herói em Vila Bela (Mato Grosso atual).

Ao ultimato do comandante espanhol para render-se com o forte de Coimbra, Ricardo Franco respondeu nestes termos:

Tenho a honra de responder categoricamente a V. Excia. que a desigualdade de forças foi sempre um estímulo que muito animou os portugueses, e por isso mesmo, a não desampararem os seus postos e defendê-los até as suas últimas conseqüências: Ou a de repelir o inimigo, ou a de sepultarem-se debaixo das ruínas dos fortes cujas defesas lhes confiaram[...]

Ricardo Franco foi fiel ao pensamento militar português decorrente do ideal de Dilatar a Fé e o Império por Portugal e que assim foi interpretado pelo gen. Francisco Paulo Cidade que comandou a guarnição de Corumbá durante a Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia:

Julgada a causa justa, pedir proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade meios.

Esta agressão acima foi respondida com um ataque partido do forte de Miranda, sobre o fortim espanhol no rio Apa, liderado pelo Ten. de Dragões Francisco do Prado, natural de São João Del Rei e estudado pelo citado gen. Silveira de Mello em *Para Além dos Bandeirantes*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1968. Ataque com 57 soldados e 297 índios guaicurus, aos quais muito se deve o Brasil o sul de Mato Grosso do Sul brasileiro Gratidão consagrada pela 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada sediada em Campo Grande -MS. Tribo que recordamos em artigo na *Revista Militar Brasileira*. 1975 (Especial comemorativa bicentenário Forte de Coimbra).

Território então conquistado pela força das armas e não reclamado por Espanha por ter achado mais vantajoso ficar com a cidade de Olivença que conquistara de Portugal na península ibérica e não devolvera. De igual modo não foram devolvidos os territórios conquistados no Sul nesta guerra: Os Sete Povos das Missões, o atual município de Santa Vitória do Palmar e o territórios entre os rios Piratini e Jaguarão, etc.

Em dez 1864, o forte de Coimbra sofreu outro ataque muito superior as suas forças e de surpresa, quando escreveu páginas épicas na comovente resistência ao invasor liderada pelo cel. Hermenegildo Porto Carrero e sua esposa D. Ludovina Porto Carrero, mais tarde por este fato consagrados como barão e baronesa do Forte de Coimbra.

Forte imortalizado na História do Brasil pelo citado gen Silveira de Mello, gaúcho de Cruz Alta RS, em cerca de 12 livros em que fala direta ou indiretamente de assuntos relacionados com o forte e, especificamente, em *História do Forte de Coimbra*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1958-61.4v

Escrevemos sobre o forte de Coimbra em artigo amplamente ilustrado sob o título: "O forte de Coimbra - dois séculos de História, Fé e Glórias" na *Revista Militar Brasileira*. Especial, 1975, citada, dedicada ao bicentenário do Forte de Coimbra. Edição por nós coordenada como Presidente de Comissão Histórico Literária para editá-la e na qual prestamos justa homenagem ao historiador militar terrestre de Mato Grosso e a sua obra que analisamos, Gen. Raul Silveira de Mello, hoje patrono da cadeira 28 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil que fundamos e presidimos. Cadeira ocupada pelo ilustre mato-grossense gen. Plínio Pitaluga, heróico comandante da Cavalaria da Força Expedicionária Brasileira na Itália na 2ª Guerra Mundial e descendente direto de Ricardo Franco.

O Forte Real Príncipe da Beira tem com o seu mais recente historiador o cel José Maria de Souza Nunes, atual comandante do Colégio Militar de Campo Grande com a obra bilingüe patrocinada pela Odebrechet e ilustrada por Iza Adonias: *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Espala Editores, 1985.

Era um assunto pouco conhecido por haver a sua documentação sido destruída por incêndio em Portugal. Sobre ele escrevemos artigo Bicentenário do Forte Príncipe da Beira em *Letras em Marcha*, 4 set 1976 reunindo o que se sabia então desta fortificação redescoberta pelo Mal Rondon coberta por vasta vegetação. E a obra citada do cel Souza Nunes resgatou o Forte Real Príncipe da Beira que resgatamos também junto com o forte de Coimbra para um conhecimento mais amplo dos brasileiros em *A História do Brasil através de seus fortes*. Porto Alegre: GBOEx, 1982.

O forte Príncipe da Beira não lutou mas cumpriu a sua destinação geopolítica dissuasória no domínio das cabeceiras do rio Guaporé. Sua construção decorreu de um temor resultante da perda definitiva de Portugal da Colônia do Sacramento na margem do rio da Prata. E para assegurar além do domínio da foz da Amazônia, as cabeceiras de importante afluente seu - o Guaporé -, iniciou a construir

em 1776 o forte Príncipe da Beira. Iniciativa ciclópica para a época, comparável, guardadas as proporções no tempo aos esforços para a construção de Brasília, pelo hercúleo esforço para torná-lo realidade, correspondendo a esta diretriz do grande fronteiro Luiz Cáceres:

A soberania e o respeito a Portugal impõem que neste lugar se erga um forte. E isso é obra e serviço dos homens de El Rei nosso senhor. E como tal, por mais duro, por mais difícil, e por mais trabalho que isso dê [...] é serviço de Portugal. E tem de se cumprir.

E foi cumprida esta diretriz do grande D. Luiz de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, 4º Capitão General de Mato Grosso.

O Duque de Caxias o considero entre os defensores de Mato Grosso ao ter como Ministro da Guerra e logo a seguir com Chefe do Governo do Brasil como Presidente do Conselho de Ministros haver fundado em 1855 -56 as colônias militares de Nioac, Brilhante e Dourados para vivificar a fronteira e protegê-la. E a de Dourados mostrou que estava certo o futuro patrono do Exército com a resistência apresentada pelo ten. Antônio João e seus bravos, ao protestarem solenemente, com suas vidas imoladas à invasão do Brasil em episódio marcante revivido pelo gen Silveira de Mello em *A epopéia de Antônio João*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1969. (Prêmio Tasso Fragoso) onde potencializou o seu prefácio à obra de Jorge Maia. *A Invasão do Mato Grosso*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1964. (Comemorativa do centenário do início da Guerra do Paraguai.)

Não pode ser esquecida a heróica reconquista de Corumbá aos paraguaios um caso histórico de surpresa tática, por ter sido atacada na hora da sesta quando seus defensores dormiam, como era costume cultural.

Conquista em 11 jun 1867, por tropa liderada pelo Cap. do Exército Antônio Maria Coelho e composta em expressiva maioria de civis cuiabanos. Ataque que resultou em sangrento corpo a corpo. Foi um dos mais expressivos episódios da História Militar do Brasil escrito por estes bravos que partiram de Cuiabá, rio abaixo e atingiram o seu objetivo depois de 28 dias de viagem em vapores pelo rio e em canoas (igarités), para infiltrarem-se através de pântanos, na retaguarda do invasor para a seguir caírem de surpresa sobre ele.

Este episódio épico não tem merecido nacionalmente o reconhecimento devido, por ofuscado pela Retirada de Laguna, um insucesso operacional, mal planejado por subestimação do Inimigo e do Terreno e imortalizado nacionalmente e internacionalmente pela pena

genial do Visconde de Taunay, mas que valeu pelos sacrifícios ingentes e comoventes de seus heróicos participantes.

Caxias, também como Comandante - em - Chefe das Forças Brasileiras e Aliadas de 1866 -68, contribuiu com sua pressão sobre Humaitá e Curupaiti para aliviar a pressão do invasor sobre Mato Grosso, e indiretamente, para a restauração de território de Mato Grosso que havia sido ocupado pelo inimigo. Isto por atrair parte efetivos que ocupavam Mato Grosso.

Não poderia perder a oportunidade de depor sobre um fato relacionado com o meu co-estaduano Gen Silveira de Mello que serviu no 4 ° Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá - MG no início dos anos 20, como major. Por ocasião do seu centenário comandávamos o referido Batalhão e inauguramos um biblioteca de assuntos profissionais e de cultura geral dando denominando-a Gen. Raul Silveira de Mello. Ao irmos servir no Rio de Janeiro em 1983 fomos avisados que não perdêssemos palestra que o Gen. Raul faria no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, cujo título seria "Há 60 anos passados".

E fomos assisti-la. Ele só falou que se tratava de uma retribuição a homenagem que o 4 ° batalhão de Engenharia de Combate lhe prestara ao dar seu nome a uma biblioteca. Coube a seu filho Cel. Luiz Gonzaga lê-la. E seu conteúdo foi um depoimento seu de haver iniciado em 1922 na Igreja Matriz de Itajubá um movimento para a recristianização católica do Exército, cujas práticas haviam sido abolidas ou amortecidas, em função dos reflexos da separação da Igreja do Estado, em decorrência da República e dos confrontos do Positivismo agnóstico com a Igreja. Movimento que ele ali proclamava vitorioso com a atuação de uma organização de militares católicos naquele lapso de tempo, fazendo quase tudo voltar como era antes da República.

Eis nesta evocação sintética limitada no espaço de um artigo comemorativo solicitada gentilmente pelo IHGMT, nos 250 anos da criação da Capitania de Mato Grosso, uma idéia geral do desempenho de suas defesas e defensores para manter a Integridade e a Soberania do Brasil no Oeste, de 1748 -1870.

Obras consultadas além das referenciadas no texto:

- CORRÊA, Philogônio de Paula. Bicentenário da Capitania de Mato Grosso. *RIHGMT*, t.57/60,1947/48.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*, Rio de Janeiro: INL, 1969.
- _____. Fundação de Vila Bela. *Anais do 4º Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro,1952.v.16.
- _____. Mato Grosso, seu devassamento e exploração. *Anais do 4º Congresso de História Nacional*, 1952. v.4.
- LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Vila Maria dos meus Maiores*. São Paulo: Vaner Bicego, 1978.
- MELLO, Raul Silveira de, Gen. in: SILVA, op. cit na bibliografia 9 abaixo.p.187 -9(Relaciona 28 títulos deste autor sobre a História de Mato Grosso).
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânias do... Mato Grosso e Cuiabá*. Brasília, Conselho Federal de Educação, 1971.4v.
- FIGUEIREDO, José Lima, Gen. Geopolítica de nossas fronteiras. *A Defesa Nacional*, nº 337,1945.
- PÓVOAS, Lenine. *História Geral de Mato Grosso*. Cuiabá, 1995.2v.
- _____. RONDON, Cândido, Mal.Corumbá. *RIHGMT*, t.35/38 1937.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá: CCS - Editora Gráfica Ltda,1992.(Valioso instrumento de trabalho para a abordagens da História de Mato Grosso).
- _____. Rondon e Comissão Rondon - bibliografia. Cuiabá: *IHGMT*. 1998 (Publicações Avulsas, 2)
- TAUNAY, Visconde. *A Retirada da Laguna*. Rio de Janeiro, Laemert,1868. (Existem várias edições).
- _____. *Memórias*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960.
- O autor é sócio correspondente do IHGMT e presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil sediada em Resende - RJ.

A CONQUISTA DO OESTE BRASILEIRO

*João Alberto Novis Gomes Monteiro**

Quando comemoramos os 250 anos da criação da *Capitania de Matto-Grosso*, episódio importantíssimo na História de nossa Pátria, somos levados a uma reflexão mais profunda sobre a importância de Mato Grosso na formação do contorno que possui o Brasil, depois da seqüência dos fatos: o Tratado de Tordesilhas, o descobrimento, a formação do sentimento de patriotismo do brasileiro, as Bandeiras, a fundação de Cuiabá, o avanço para o Oeste, o Tratado de Madrid e a criação da Capitania. Em uma época na qual a mídia televisiva já faz contagem regressiva para a grande comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, será bom, pois, analisarmos como nosso *velho Mato Grosso* foi integrado ao país. Bom, sobretudo, para esclarecer leitores de publicações de historiadores - despreparados ou tendenciosos - que alardeiam terem sido, as terras do Oeste, pertencentes à Espanha - como se apenas agora sabido - e que, portanto, Mato Grosso do Sul, por suas origens, é muito mais ligado aos guaranis e aos espanhóis que à *gente cuiabana ou aos norte-mato-grossenses*.

Pensando de forma diferente é que - quando participante de reunião na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, na qual foi fundada a Sociedade Brasileira de História da Medicina - iniciei meu breve discurso dizendo: "Venho de um Brasil que não é o Brasil, num feliz acaso, descoberto por Cabral e previamente limitado pela Linha de Tordesilhas. O Brasil de onde venho é conquista de brasileiros - os bandeirantes - e teve seu domínio sabiamente consolidado pelo Reino de Portugal".

Passemos, pois, aos fatos, irrefutáveis, comprobatórios da minha assertiva.

* - Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-grossense de Letras, instituição que atualmente preside.

1494 - Em 1.494, na cidade de Tordesilhas, Portugal e Espanha, considerando-se os únicos senhores dos mares, assinaram um tratado visando estabelecer os limites dos seus domínios em terras ainda mal conhecidas ou que viriam a ser descobertas. Por este tratado, a Portugal caberiam as terras *"limitadas, no Atlântico, pelo meridiano 21,5° contados da parte mais ocidental da ilha de S. Antão (Cabo Verde) o que se situaria a ± 400 léguas da dita ilha. Deveria correr tal meridiano por cerca de 51 graus 30 minutos a ocidente de Paris, passando pela ilha de Marajó, ao norte, e ao Sul, ± pelo distrito de Laguna em Santa Catarina. Assim, até boa parte da Costa Sul já não seria portuguesa"*. (Rocha Pombo). Recorro a Rocha Pombo por ter sido, ele, um dos maiores estudiosos da História do Brasil e não ter sido mato-grossense ; portanto, as citações aqui transcritas são totalmente isentas de paixões geradas por sentimentos nativistas.

1500 - A 22 de abril de 1.500, Cabral aporta no Brasil, dentro dos limites da Linha de Tordesilhas. Nestes limites estabeleceu-se a colônia portuguesa, a princípio povoada, pelos colonizadores, apenas em estreita faixa litorânea. Dividida em capitânias hereditárias, a Coroa Portuguesa não tardaria muito em interessar-se pela interiorização dentro dos limites que lhe cabiam, incentivando os nativos da colônia, lembrando-lhes suas responsabilidades fundamentadas num patriotismo que se consolidava a cada geração.

1654 - Realmente, tal sentimento de patriotismo já era tão presente nos nativos que a eles se credita o mérito da expulsão dos holandeses do Brasil. Estaria neste episódio a primeira prova de que havíamos adquirido aquele sentimento gerado pelo amor à terra natal. Entre outros, naquela luta, distinguiram-se João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Henrique Dias. Novamente a palavra de Rocha Pombo:

Deixara de ser um simples colono, fizera-se patrício, e patrício de uma pátria criada pelo seu coração e pelo testemunho incomparável da sua grandeza moral. E este justo orgulho dos que haviam resgatado a terra, muito longe de localizar-se na zona

Redimida, repercutiu em todo o paiz, e exaltou o ânimo geral das populações. (...)E no meio das alegrias, é preciso não esquecer uma particularidade de muito significativa: aquella obra era devida ao esforço quasi exclusivo dos brasileiros.

1664 - E o mesmo Rocha Pombo é quem relata -: *O Rei tinha sabido falar à alma dos colonos. A carta régia de 27 de Setembro de 1.664 dirigida a Fernão Dias, de igual teor ao das que se endereçaram a outros potentados e às Câmaras de algumas villas, procurava despertar até sentimentos nativistas, chegando El -Rei a dizer 'que confiava no auxílio por ser Barbalho natural do Brasil. Tal auxílio seria com relação à penetração dos sertões. E assim foi.*

1719 - A avidez dos nativos por novas conquistas prosseguiu: entradas e bandeiras se voltaram para o Oeste, muitíssimo além dos limites da Linha de Tordesilhas, até onde foram contidos por núcleos de colonização espanhola. Na sede pela conquista de braços - escravizando índios - ou pela descoberta de minerais preciosos, em 1719 é aqui encontrado ouro e fundada Cuiabá - o primeiro e mais avançado ponto de povoação permanente neste Oeste. Cuiabá foi, pois, o início de todo o processo de expansão das nossas fronteiras. Daqui partiram todas as gestões que resultaram na definição geo-política da **Capitania do Matto -Grosso**. Antes desta definição, obviamente, nada existia como Mato Grosso.

1731 - Referindo-se às **Minas de Cuiabá** e à expansão da atividade garimpeira, que resultou no alargamento das nossas fronteiras, é o próprio Rocha Pombo quem nos conta:

As lavras mais ricas foram as de alluvião no sítio onde hoje se acha a cidade de Cuiabá. Estas minas produziram logo enorme quantidade de ouro e causaram alvoroços geraes entre os paulistas ; mas dentro de poucos annos foram-se esgotando. Isto determinou novas explorações em todo o vasto sertão daquella zona. Dos aventureiros que encaminharam para as terras dos Parecis, com o intuito de fazer escravos, o licenciado Fernando Paes de Barros, seu irmão Arthur e dois sobrinhos todos paulistas de Sorocaba foram os primeiros que, em 1731, atravessando aquelle sertão, avançaram

até as cabeceiras do Galera, onde viram saciada sua cobiça, encontrando ouro no alto do chapadão e na aresta montanhosa que constitui a cordilheira dos Parecis: logares onde, mais tarde uns tres annos, fundaram-se os arraiaes de Sant'Anna e de S. Francisco Xavier. Deixando o irmão ahí, desceu Fernando Paes ao Cuiabá, satisfeito de trazer amostras do ouro descoberto no sertão que se chamou 'Matto-Grosso', por ser coberto de floresta cerrada e estensa.

Já longe estavam os nossos patrícios !

1737 - Em 1737, pelo Tratado assinado em Madri, Portugal e Espanha definiram os limites de suas terras, respeitando a posse de áreas conquistadas (*uti possidetis*). A Espanha, com este Tratado, beneficiou-se na Ásia e Portugal na América do Sul.

1748 - Preocupado com a legitimação de sua posse no Oeste brasileiro, D. João V, pela Carta Régia de 9 de maio de 1.748, cria a Capitania de Mato Grosso.

A conquista de toda área da nova capitania e o seu próprio nome, **Matto-Grosso**, assim como a penetração pelo Sul do, hoje, Mato Grosso do Sul - rota Tiete, Paraná, Paraguai, Cuiabá - deve ser creditada inteiramente aos bandeirantes paulistas. Estes e seus descendentes *fizeram* todo o Mato Grosso original.

Cuiabá teve sua população muito reduzida pelo afluxo de seus habitantes para outros locais, quando da descoberta das novas minas, mas nunca foi completamente abandonada ou desativada, aqui permanecendo como base de apoio para novas conquistas e para a preservação das fronteiras conquistadas.

Resumindo: os bandeirantes se apossaram do território, o Reino de Portugal legitimou esta posse (com o Tratado de Madri e a criação da Capitania) e os *cuiabanos* - como tal considerados todos os mato-grossenses, de primeira hora, nascidos em Poconé, Cáceres, Livramento, Santo Antônio e demais localidades vinculadas à velha Cuiabá - mantiveram a posse e domínio conquistados, até que divisões viessem modificar seus limites (Guaporé depois Rondônia, Ponta Porã que foi reintegrada e, finalmente, Mato Grosso do Sul). Ignorar esta

realidade é desconhecer os feitos de grandes vultos que emprestam seus nomes a Estado, Cidades e logradouros públicos de toda área que constituía a antiga *Capitania de Matto -Grosso*: Rondon, Luiz de Albuquerque, Moreira Cabral, Miguel Sutil, Ricardo Franco, Silva Pontes, Lacerda e Almeida, Antônio João, Antônio Maria, entre tantos outros. É não saber que mais recentemente, há pouco mais de um século (1.892), a oficialidade cuiabana lotada em Corumbá abortou um movimento que pretendia fazer de Mato Grosso uma república independente - a República Transatlântica -, cujos idealizadores pretendiam viabilizar hipotecando-a à Inglaterra.

Comemoremos, pois, o descobrimento do Brasil pelos portugueses uma vez que em Portugal temos fortes raízes, a Portugal devemos nossa união como um só país e, já brasileiros, por muitos anos fomos súditos da Coroa Portuguesa. Vibremos com os festejos pelos 250 anos de criação da Capitania de Mato Grosso. Exaltemos o tamanho e a riqueza deste Oeste brasileiro! Mas, jamais poderemos deixar de salientar o papel de Cuiabá na história de toda a antiga Capitania de Mato Grosso e muito menos esquecer que seus filhos, os cuiabanos ou *norte-mato-grossenses* - um neologismo incabível por definir um gentílico inexistente: não existe um Mato Grosso do Norte - estiveram sempre presentes na conquista e preservação das fronteiras de Mato Grosso, ainda que, posteriormente, patrícios de outros rincões e imigrantes de outros países viessem colaborar em sua povoação e desenvolvimento.

Bibliografia:

POMBO, Rocha. *História do Brazil*, W. M. Jackson Inc., Editores, São Paulo, 1.935.

DOCUMENTAÇÃO

CARTA RÉGIA DE 5 DE AGOSTO DE 1746, mandando fundar uma Vila no Distrito de Mato Grosso

Dom João, por graça de Deus, El Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, em África Senhor da Guiné, etc. Faço saber a vós, D. Luiz de Mascarenhas, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, que me sendo presente algumas contas que me deu o Ouvidor que foi da Comarca do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, e atendendo à informação que nela me destes sobre a qual foram ouvidos os meus Procuradores da Fazenda e Coroa, Fui servido por Resolução de vinte e sete de junho do presente ano tomada em Consulta de meu Conselho Ultramarino de 30 de Janeiro de 1741 e de 26 de Janeiro do presente ano, mandar erigir uma Vila no distrito de Mato Grosso, em sítio que se julgar mais conveniente o qual parte do Cuiabá tenha por termo o Cubatão (sic) desembocadouro do Jaurey e por desejar fazer mercê e favorecer meus vassallos assistentes em parte tão remota que habitarem a Vila que mando fundar. Hei por bem de lhes conceder todos os privilégios, prerrogativas, isenções de direitos e liberdades adiante declaradas.

1 - Hei por bem que os Officiais da Câmara que servirem na Vila que mando fundar no sítio de Mato Grosso, e forem eleitos na forma da Ordenação deste Reino, tenham e gozem todos os privilégios e prerrogativas que têm e gozam os officiais da Câmara da Cidade de São Paulo, capital desse Governo, para o que se lhe passará carta em forma.

2 - Todos os officios de Justiça da mesma Vila não serão dados de propriedade nem de serventia a quem não for casado e morador da mesma Vila, e enquanto nela não houver homens casados capazes destas serventias, se darão somente a moradores solteiros, e não a outras pessoas de qualquer prerrogativa e condição que sejam, ou deste Reino

ou do Brasil, ou de qualquer outra parte não sendo morador na dita Vila quando alcançar qualquer dos ditos officios porque quero e hei por bem, os sirvam somente os ditos moradores por lhes fazer mercê com a dita declaração que havendo moradores casados prefiram aos solteiros nas serventias e propriedades dos ditos officios.

3 - Por desejar em tudo o que for justo favorecer aos dito moradores. Hei por bem que não paguem maiores emolumentos aos officiais de Justiça e Fazenda do que os que deverem pagar os moradores das Minas Gerais, assim pelo que toca à escrita do Escrivão com às mais diligências que os ditos officiais fizerem.

4 - Hei por bem fazer mercê a todos os moradores da dita Vila e seu distrito de os isentar de pagarem fintas, e quaisquer tributos, ainda os das entradas e uso por tempo de dez anos, que terão princípio do dia da fundação da dita Vila em que se fizer a primeira eleição das justiças que nela hão de servir, como também os Hei por isentos de pagarem pelo dito tempo quaisquer direitos reais que Me são devidos, e somente dos metais e minerais que tirarem serão obrigados a pagarem metade dos direitos, satisfazendo somente a décima parte em lugar do quinto que devem e enquanto o quinto de ouro se pagar no Brasil, por captação, como de presente se paga, quero e mando que no distrito da dita nova Vila se pague somente pelo dito tempo, metade da quantia que se pagar nas mais Minas, que ficam fora do dito distrito; e nesta isenção não entram os dízimos devidos à Deus nos frutos da terra os quais devem pagar como os mais moradores do Brasil.

5 - E pelo que desejo favorecer este novo estabelecimento sou servido que todos os moradores no Mato Grosso, não possam ser executados por dívidas que tiverem contraído fora dela ou seu distrito, o que se entende somente nos primeiros três anos contados do dia em que forem estabelecer se na dita Vila que seja ou nos princípios da sua fundação ou no futuro; mas deste privilégio nada gozem os que se levantarem e fugirem com fazenda alheia, porque está poderá logo haver seus donos pelos meios de Direito; por serem indignos desta mercê os que tiverem semelhante procedimento. E para que tenham seu

devido efeito contado a prontidão estas mercês e se estabeleça a dita no Vila sou servido ordenar ao Ouvidor da dita Comarca do Cuiabá que vá ao referido distrito de Mato Grosso, e estando nele convoque para determinado dia todos os seus habitadores e lhes participe as Mercês que lhes faço ordenando-lhe que dentro, digo, de entre si elejam cinco pessoas para estas determinarem o sítio em que a Vila se deve fundar com as circunstâncias abaixo declaradas, e resolvam com ele todas as mais dúvidas que se oferecerem na execução desta ordem e fundação da dita Vila e lhes dê juramento para que debaixo dele votem em cinco pessoas que lhes parecer mais capazes para o dito efeito e lhes tome e regule os votos e aos que saírem eleitos por mais votos dê juramento aos Santos Evangelhos, para que debaixo dele façam a dita eleição do sítio, e determinem com ele as mais dúvidas, conformando-se com esta ordem, no que nela se declaram. O sítio que se eleger para a fundação da dita Vila seja o mais saudável, e em que haja a boa água para beber, e lenha bastante, e se determine o lugar da praça no meio da qual, se levante o pelourinho e se assinale área para o edifício da Igreja capaz de receber competente número de fregueses, quando a povoação se aumente, e fará logo ele Ouvidor delinear por linhas retas, a área para as casas se edificarem deixando ruas largas e direitas, e em primeiro lugar se determine nesta área, as que se devem fazer para a Câmara, Cadeia, Casas de Audiências e mais oficinas públicas, e os oficiais da Câmara depois de eleitos darão os sítios que se lhes pedirem para casas e quintais no lugares delineados e as ditas casas em todo o tempo serão feitas todas no mesmo perfil no exterior, ainda que no interior as fará cada morador à sua vontade, de sorte que se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas. Junto a Vila fique bastante terreno para logradouro público e para nele se poderem edificar novas casas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto com que se mandam fazer as primeiras e deste terreno se não poderá em algum tempo dar parte alguma de sesmaria, nem aforamento sem ordem Minha que derogue esta, por que sou servido que fique para uso público e para se edificarem casas que os oficiais da Câmara arruarão e os Governadores poderão dar de Sesmaria toda a mais terra, com as cláusulas e condições que tenho ordenado exceto na extensão de terra que se promete dar a cada morador

porque nos contornos da dita Vila dentro de seis léguas de distância dela não poderão dar de sesmaria a cada morador, mais do meia légua de terra em quadra porque aumentando-se a dita Vila possam todos os moradores ter as suas datas de terra, e só no dito contorno se dará uma data de quatro léguas de terra em quadra que administrarão os oficiais da Câmara, para o seu rendimento se fazerem obras e despesas do Conselho, e desta terra poderão aforar para o mesmo efeito de terem rendimento aquelas partes que lhes parecer observando o que dispõe a Ordenação para estes aforamento e fora das ditas seis léguas darão aos Governadores as sesmarias na forma estabelecidas nas mais partes do Brasil.

Determinado o sítio para a fundação da Vila fará ele Ouvidor eleição das pessoas que hão de servir os cargos da terra, na forma que dispõe a Ordenação e hei por bem haja na dita Vila dois Juizes Ordinários, dois Vereadores, e um Procurador do Conselho, que sirva de Tesoureiro e um escrivão da Câmara, que sirva também de Almotaçaria, um Escrivão do Público Judicial e Notas, que sirva também das execuções enquanto a povoação não crescer de sorte que seja necessário fazer mais oficiais de Justiça, porque sendo Me presente a necessidade que deles houver, providerei os que forem precisos, e chegando os moradores ao número da Lei de Criação dos Juizes dos Órfãos, se procederá na eleição dele na forma da Lei e os oficiais da Câmara farão eleições dos Almotacéis e se fará o Alcaide na forma da Ordenação, que terá um Escrivão da Vara, e das pessoas que houver mais capazes para a serventia dos Ofícios de provimento que pode fazer o Governador ele Ouvidor com os oficiais da Câmara juntamente vos informar por Carta para os proveres sem donativo pelo tempo que podeis, enquanto Eu não dispuser o contrário, o que vos participo, ordenando-vos que parte que vos toca assim a executeis, e façais executar, e da vossa parte promovais o aumento da dita Vila e deis conta do que se obrar, e do mais que entenderes é conveniente ao mesmo fim. El Rey Nosso Senhor o mandou pelos Doutores Alexandre de Melo de Souza e Menezes e Rafael Pires Pardino, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino e se passou em duas vias. Luís Manoel a fez em Lisboa a cinco de agosto de mil setecentos e quarenta e seis. O secretário Manoel Caetano Lopes de Lavre a fez escrever. - Alexandre de Melo de Souza e Menezes - Rafael Pires Pardino .

CARTA RÉGIA DE DOM JOÃO V, CRIANDO A CAPITANIA DE MATO GROSSO

D. João, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em África, Senhor de Guiné, etc., Faço saber a vós, Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro que por resolutivo se criem de novo dois governos, um nas Minas de Goiás, outro nas de Cuiabá e considerar ser desnecessário que haja mais em São Paulo, Governador com patente de General, razão por que mando que D. Luiz de Mascarenhas se recolha para o Reino na primeira frota.

Hei por bem por resolução do presente mês e ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino, cometer-vos a administração interina dos ditos dois novos governos, enquanto não sou servido nomear governadores para eles, a qual administração vos ordeno exerciteis debaixo da mesma homenagem me destes pelo governo que ocupais, e por ser conveniente que as duas Comarcas de São Paulo e Paranaguá, que medeiam e são mais vizinhos a essa Capitania do Rio de Janeiro dependam desta; sou servido que o Governador da praça de Santos administre todo o militar das ditas duas comarcas, ficando subalerno dessa Capitania do Rio de Janeiro, como estava antes que se criasse o governo de São Paulo, e como estão os Governadores da ilha de Santa Catarina, do Rio Grande de São Pedro, e da Colônia, e os confins do mesmo governo subalerno de Santos, serão para a parte do norte, por onde hoje partem os governadores dessa mesma Capitania do Rio de Janeiro, e São Paulo, e para a parte do sul, por onde parte o mesmo governo de São Paulo, como o de Santa Catarina, e no interior do sertão, pelo Rio Grande, e pelo rio Sapucaí, ou por onde vos parecer; e se vos avisa a que os confins do governo de Goiás hão de ser da parte de leste, por onde hoje partem os governos de São Paulo, e de Minas Gerais, e da parte do norte, por onde hoje parte o mesmo Governo de São Paulo com os de Pernambuco e Maranhão, e os confins do governo de Mato Grosso

e Cuiabá, hão de ser respeito a sua confrontação com os governos de Goiás e do Estado do Maranhão, visto a pouca notícia que ainda há daqueles sertões, tendo determinado se ordene a cada um dos novos governadores, e também do Maranhão, informem por onde poderá determinar-se mais cômoda e naturalmente a divisão. El Rey Nosso Senhor a mandou pelo Dr. Raphael Pires Pardiniho e Thomé Joaquim da Costa Corte Real, Conselheiros do meu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias; Pedro José Corrêa a fez em Lisboa, a 9 de maio de 1748 - o Secretário Manoel Caetano Lopes de Lavre, a fez escrever. Raphael Pires Pardiniho - Thomé Joaquim da Costa Corte-Real.

**CARTA PATENTE de 25 de Setembro de 1748 - Nomeando D.
Rolim Capitão General da Capitania de Mato Grosso**

Dom João, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem, que tendo consideração às qualidades, merecimentos e serviços que concorrem na pessoa de D. Antonio Rolim de Moura, e a que dará inteira satisfação a tudo o que lhe for encarregado do meu serviço, conforme a confiança que dele faço; Hei por bem de o nomear como pela presente nomeio no cargo de Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, por tempo de três anos, e o mais enquanto lhe não mandar sucessor, com o qual haverá soldo de doze mil cruzados cada ano, pagos na forma das minhas ordens, e com o mesmo cargo gozará de todas as honras, poderes, mando, jurisdição e alçada que têm e de que usam os Governadores do Rio de Janeiro e do mais que por minhas ordens e instruções lhe for concedido, com subordinação somente ao Vice-Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil, com o têm os mais governadores dele.

Pelo que mando ao General ou pessoa que estiver governando a dita Capitania de Mato Grosso, dê ao dito D. Antonio Rolim de Moura posse do mesmo governo, e a todos os oficiais de guerra, justiça e fazenda de toda aquela capitania ordeno também, que em tudo obedeçam, cumpram suas ordens e mandados, como seu Governador e Capitão General; e o tesoureiro ou recebedor de minha Fazenda da dita Capitania, a quem o recebimento dela tocar, lhe fará o pagamento do dito soldo aos quartéis por esta carta somente, sem para isso ser necessário outra provisão minha; a qual se registrará para o dito assento em os livros de sua despesa para lhe levar em conta o que assim lhe pagar, e o dito D. Antonio Rolim de Moura jurará em minha Chancelaria na forma costumada, do que se fará assento nas costas desta minha Carta Patente, e antes de partir desta Corte fará em minhas Reais Mãos preito e homenagens pelo dito Governo, segundo o uso e costumes destes

Reinos, de que apresentará certidão do meu Secretário de Estado, e por firmeza de tudo, lhe mandei passar esta Carta Patente por mim assinada e selada com o selo grande de minhas armas; e pagou de novo direito seiscentos mil réis, que se carregarão ao Tesoureiro Manoel de Faria Souza a fls. 31 do livro 4°. da sua receita, e deu fiança a outra tanta quantia no livro 2°, a fls. 122 e deu mais outra fiança no dito livro a fls. 123 a pagar das propinas e emolumentos que tiver com este cargo, e deu mais outra fiança no referido livro a fls. 123 a pagar de mais tempo que servir além de três anos, em que vai provido, como constou do seu conhecimento em forma, registrado no livro 3°. do Regulamento Geral a fls. 294. Dada na Cidade de Lisboa aos 25 dias do mês de setembro no nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1748.

A Rainha

D. Mariana da Áustria.